

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	4
2.3 - Outras informações relevantes	5

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	6
3.2 - Medições não contábeis	7
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	9
3.4 - Política de destinação dos resultados	11
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	12
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	13
3.7 - Nível de endividamento	14
3.8 - Obrigações	15
3.9 - Outras informações relevantes	16

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	17
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	27
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	28
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	37
4.5 - Processos sigilosos relevantes	38
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	39
4.7 - Outras contingências relevantes	40
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	41

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos	42
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	44
5.3 - Descrição dos controles internos	47
5.4 - Alterações significativas	48
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	49

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	50
6.3 - Breve histórico	51
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	52
6.6 - Outras informações relevantes	53

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	54
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	55
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	56
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	69
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	70
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	73
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	75
7.8 - Políticas socioambientais	76
7.9 - Outras informações relevantes	77

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários	78
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	79
8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	80
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	81

Índice

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	82
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	83
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	84
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	85
9.2 - Outras informações relevantes	86

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	87
10.2 - Resultado operacional e financeiro	89
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	90
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	91
10.5 - Políticas contábeis críticas	92
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	93
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	94
10.8 - Plano de Negócios	95
10.9 - Outros fatores com influência relevante	96

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	98
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	99

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	100
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	105
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	107
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	108
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	109
12.7/8 - Composição dos comitês	116
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	117

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	123
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	136
12.12 - Práticas de Governança Corporativa	137
12.13 - Outras informações relevantes	138

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	139
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	143
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	147
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	151
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	156
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	163
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	165
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	167
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	169
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	170
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	171
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	172
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	173
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	174
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	175
13.16 - Outras informações relevantes	177

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	178
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	179

Índice

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	180
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	183
14.5 - Outras informações relevantes	184
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	185
15.3 - Distribuição de capital	190
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	191
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	192
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	193
15.7 - Principais operações societárias	195
15.8 - Outras informações relevantes	198
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	199
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	200
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	211
16.4 - Outras informações relevantes	213
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	214
17.2 - Aumentos do capital social	215
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	216
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	217
17.5 - Outras informações relevantes	218
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	219
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	221

Índice

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	222
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	223
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	224
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	225
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	226
18.8 - Títulos emitidos no exterior	227
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	228
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	229
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	230
18.12 - Outras informações relevantes	231
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	232
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	233
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	234
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	235
20.2 - Outras informações relevantes	236
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	237
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	238
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	239
21.4 - Outras informações relevantes	240

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

David Feffer

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Orlando de Souza Dias

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

DECLARAÇÃO REFERENTE À SEÇÃO 1
DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA SUZANO HOLDING S.A.

O Diretor Presidente da Suzano Holding S.A. (“Companhia”) declara que:

- a) reviu o formulário de referência da Companhia.
- b) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.
- c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

São Paulo, 30 de maio de 2016.

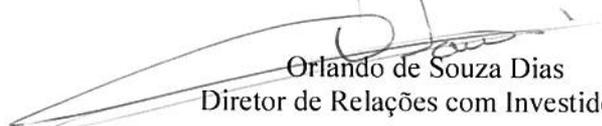

David Feffer
Diretor Presidente

DECLARAÇÃO REFERENTE À SEÇÃO 1
DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA SUZANO HOLDING S.A.

O Diretor de Relações com Investidores da Suzano Holding S.A. ("Companhia") declara que:

- d) reviu o formulário de referência da Companhia.
- e) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.
- f) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

São Paulo, 30 de maio de 2016.


Orlando de Souza Dias
Diretor de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Período de prestação de serviço	01/01/2012
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras e revisão especial das informações trimestrais - ITR e anuais - DFP, a data de contratação dos serviços foi 11 de maio de 2012.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes relativa ao último exercício social, findo em 31 de dezembro de 2015, corresponde ao montante de R\$ 81.727,00 (oitenta e um mil e, setecentos e vinte e sete reais). referente aos serviços de auditoria prestados. Não houve prestação de outros serviços durante o exercício de 2015.
Justificativa da substituição	A substituição visa atender ao disposto no artigo 31 da Instrução CVM 308/99, o qual determina a rotatividade dos Auditores Independentes a cada cinco anos, e contou com a anuência dos nossos antigos auditores, Ernst Young Terco Auditores Independentes S/S.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Anselmo Neves Macedo	01/01/2012 a 30/09/2012	033.169.788-28	Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 8º andar, Vila São Francisco, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (11) 39401500, Fax (11) 39401501, e-mail: amacedo@kpmg.com.br
Carla Bellangero	01/10/2012	101.832.328-79	Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 8º andar, Vila São Francisco, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (11) 39401500, Fax (11) 39401501, e-mail: cbellangero@kpmg.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

2.3. Outras informações relevantes:

Em 2012 em função do rodízio das empresas de auditoria instituído pela CVM a Companhia contratou a KPMG Auditores Independentes em substituição aos antigos auditores independentes Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2015)	Exercício social (31/12/2014)	Exercício social (31/12/2013)
Patrimônio Líquido	3.228.130.000,00	3.616.546.000,00	3.711.909.000,00
Ativo Total	28.621.930.000,00	28.467.899.000,00	27.498.554.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	10.224.728.000,00	7.265.360.000,00	5.689.559.000,00
Resultado Bruto	4.038.888.000,00	1.908.576.000,00	1.498.335.000,00
Resultado Líquido	-851.931.000,00	-231.698.000,00	-208.759.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	168.698.453	168.698.453	168.698.453
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	19,140000	21,440000	22,000000
Resultado Básico por Ação	-1,370000	-0,330000	-0,360000

3.2 - Medições não contábeis

3.2 Medições não contábeis

a) Medições não contábeis

O EBITDA corresponde ao lucro líquido do período e/ou exercício ajustado pelas receitas e despesas financeiras, imposto de renda e contribuição social e as despesas de depreciação, amortização e exaustão.

O EBITDA não é medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da Companhia.

O EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros da Companhia, tais como resultados financeiros e tributos.

O EBITDA consolidado apurado nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 totalizaram os montantes de R\$ 4.460 milhões, R\$ 2.421 milhões e R\$ 1.834 milhões, respectivamente. As margens EBITDA em relação às receitas líquidas foram de 43,6%, 33,3% e 32,2%, respectivamente.

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras consolidadas auditadas

Cálculo do EBITDA			
Demonstrações Financeiras Consolidadas	Exercício social encerrado em 31.12.2015	Exercício social encerrado em 31.12.2014	Exercício social encerrado em 31.12.2013
Receita Líquida Total (Em R\$ mil)	10.224.728	7.265.360	5.689.559
Resultado Bruto (Em R\$ mil)	4.038.888	1.908.576	1.498.335
Despesas operacionais:			
(-) Despesas com vendas (Em R\$ mil)	(409.986)	(300.796)	(250.996)
(-) Despesas gerais e administrativas (Em R\$ mil)	(484.721)	(418.372)	(409.431)
(+) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Em R\$ mil)	(104.198)	14.922	106.584
(=) EBIT (Em R\$ mil)	3.039.983	1.204.330	944.492
(+) Depreciações e Amortizações (Em R\$ mil)	1.419.560	1.216.240	889.620
(=) EBITDA (Em R\$ mil)	4.459.543	2.420.570	1.834.112
Margem de EBITDA %	43,62%	33,32%	32,24%

3.2 - Medições não contábeis

c) Explicações sobre o motivo pelo qual a Companhia entende que tais medições são mais apropriadas para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Em razão de não serem considerados, para o seu cálculo, o resultado financeiro, o imposto de renda e a contribuição social, as despesas de depreciação e amortização, a participação de acionistas não controladores e os ajustes de despesas de remuneração baseada em opções de ações, o EBITDA Ajustado funciona como indicador de desempenho econômico da Companhia que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Por funcionar como indicador de desempenho econômico da Companhia, o EBITDA Ajustado é utilizado como uma medida prática de desempenho pela administração da Companhia e pelas demais companhias do setor, motivo pelo qual se entendeu importante a sua inclusão neste formulário. O EBITDA Ajustado, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios da Companhia, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros da Companhia, tais como: resultado financeiro, tributos, depreciação e amortização, despesas de capital e outros encargos relacionados.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

3.3 Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

Os eventos subsequentes que alteram as últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que se referem à controlada Suzano Papel e Celulose S.A. ("SPC"):

Aquisição de florestas de eucalipto

Em 27 de janeiro de 2016, a SPC assinou com a Eco Brasil Florestas S.A. ("Eco Brasil") instrumento de compra de florestas de eucalipto, pela qual a SPC comprou da Eco Brasil o volume estimado de 7.500.000 (sete milhões e quinhentos mil) metros cúbicos de florestas de eucalipto localizadas no Estado do Tocantins.

A Operação de Aquisição de Madeira tem como objetivo aumentar o abastecimento de madeira da Unidade Imperatriz, para fazer frente à expansão da produção de celulose na referida unidade.

Operação com Ibema

Em 4 de janeiro de 2016, após o atendimento de todas as condições precedentes e das aprovações de todos os órgãos regulatórios, concluiu, na mesma data, a operação com a Ibema e a Ibemapar.

A partir da referida data, a Ibema passa a deter a unidade de Embu/SP e a Ibemapar e a SPC passam a ser acionistas da Ibema, na proporção inicial de 62% (sessenta e dois por cento) e 38% (trinta e oito por cento) do seu capital social, respectivamente.

Revisão de taxaço e decisão afirmativa no processo de dumping

Em 12 de janeiro de 2016, o Departamento de Comércio dos Estados Unidos da América (EUA) proferiu nova decisão revisando a taxaço antidumping aplicada contra a SPC de 33,09% para 22,16%, a ser aplicada exclusivamente ao papel não revestido cortado (folio e cut size) exportado para os EUA.

Em 9 de fevereiro de 2016, a International Trade Commission ("ITC"), órgão responsável por apurar se as importações dos países investigados estão causando dano ao mercado americano, proferiu decisão final afirmativa no processo de dumping contra a Austrália, Brasil, China, Indonésia e Portugal, ratificando a aplicação de taxa antidumping nas vendas dos investigados para os EUA. A decisão do ITC não altera o cenário atual, mantendo a taxaço de 22,16% contra a SPC.

Em qualquer caso, a SPC poderá solicitar as revisões anuais previstas na legislação pertinente.

Pagamento de dividendos

Em 25 de abril de 2016, a Assembleia Geral de Acionistas da SPC aprovou a proposta da Administração de distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$300.000 a serem atribuídos às Reservas de Lucros, sendo: R\$ 0,25800 por ação ordinária; R\$ 0,28380 por ação preferencial classe "A"; e R\$ 0,34352 por ação preferencial classe "B". Os dividendos foram pagos (creditados em conta) aos acionistas 10 (dez) dias após a realização desta Assembleia, com base na posição acionária desta data, passando as ações a serem negociadas "ex-direitos" a partir de 26 de abril de 2016.

Os eventos subsequentes que alteram as últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que se referem à Companhia:

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Pagamento de dividendos

Em 16 de fevereiro de 2016, foi realizada Reunião de Diretoria (RD) que aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$167.778, debitados a Reserva de Lucros, da seguinte forma: R\$0,94 (noventa e quatro centavos de real) para as ações ordinárias; R\$1,034 (um e três centavos de real e quarenta milésimos de centavos de real) para as ações preferenciais classe A e classe B. Os dividendos foram pagos aos acionistas em 25 de fevereiro de 2016, com base na posição acionária em 16 de fevereiro de 2016, passando as ações a serem negociadas “ex-direitos” a partir de 17 de fevereiro de 2016.

Em 28 de abril de 2016, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária (AGE) que aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$77.107, debitados a Reserva de Lucros, da seguinte forma: R\$0,432 (quarenta e três centavos de real e cinquenta milésimos de centavos de real) para as ações ordinárias; R\$0,4752 (quarenta e sete centavos de real e cinquenta e dois milésimos de centavos de real) para as ações preferenciais classe A e classe B. Os dividendos foram pagos aos acionistas em 05 de maio de 2016, com base na posição acionária em 28 de abril de 2016, passando as ações a serem negociadas “ex-direitos” a partir de 29 de abril de 2016.

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4 Política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais:

	Exercício social encerrado em 31.12.2015, 31.12.2014 e 31.12.2013
a) Retenção de lucros	<p>Nos termos do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido terá a seguinte destinação: (i) 5% será destinado ao Fundo de Reserva Legal, até o limite de 20% do capital social; (ii) determinado percentual será destinado à Reserva para Contingências; (iii) 25% do lucro líquido, no mínimo, deverá ser distribuído aos acionistas a título de dividendos, nos termos do artigo 202 da Lei das S.A.; (iv) o saldo, se houver, terá o destino que, por proposta da Diretoria, com parecer favorável do Conselho de Administração, for deliberado pela Assembleia Geral, com a faculdade de destinar até 90% à Reserva para Aumento de Capital, objetivando assegurar adequadas condições operacionais. Esta reserva não poderá ultrapassar 80% do capital social. O valor remanescente será destinado à Reserva Estatutária Especial, com o fim de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, até atingir o limite de 20% do capital social.</p>
b) Regras sobre distribuição de dividendos	<p>Conforme mencionado no item anterior, o Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Aos detentores das ações preferenciais é assegurado um dividendo 10% superior ao das ações ordinárias.</p> <p>O Estatuto Social prevê, ainda, nos termos do artigo 197 da Lei das S.A., que no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição da Reserva de Lucros a Realizar. Ademais, nos termos do artigo 199 da Lei das S.A., o saldo das reservas de lucros, exceto as de contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social; atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização das ações da Companhia, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.</p> <p>Além disso, o Estatuto Social da Companhia permite que a Assembleia Geral atribua aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma participação nos lucros.</p> <p>Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, poderá a sociedade pagar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, até o limite estabelecido pelo artigo 9º da Lei n.º 9.249/1995. Caso pagas dessa forma, as importâncias desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório.</p>
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>A distribuição de dividendos aos acionistas ocorre anualmente, sempre que houver lucro ou reservas de lucros.</p> <p>Ainda, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, poderá ser levantado balanço semestral no último dia de junho de cada ano e poderá a Diretoria declarar dividendo semestral, por conta do dividendo anual; levantar balanços extraordinários e distribuir dividendos em períodos menores, por conta do dividendo anual, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, por conta do dividendo anual.</p>
d) Restrições à distribuição de dividendos	<p>Não há qualquer restrição quanto à distribuição de dividendos.</p>

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2015	Exercício social 31/12/2014	Exercício social 31/12/2013
Lucro líquido ajustado	0,00	0,00	0,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	0,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	0,000000	0,000000	0,000000
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido	0,00	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção			

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	0,00		0,00		0,00	
Preferencial	0,00	Preferencial Classe A	0,00		0,00	
Preferencial	0,00	Preferencial Classe B				
Preferencial		Preferencial Classe B	0,00			
Preferencial		Preferencial Classe B			0,00	

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.6 Dividendos declarados à conta de lucros retidos ou reservas constituídas nos 3 últimos exercícios sociais:

Em 25 de junho de 2015, foi realizada Reunião de Diretoria (RD) que aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 57.116 mil, debitados a Reserva de Lucros. Os dividendos foram pagos aos acionistas em 16 de julho de 2015, com base na posição acionária em 25 de junho de 2015, passando as ações a serem negociadas “ex-direitos” a partir de 26 de junho de 2015.

Em 12 de novembro de 2015, foi realizada Reunião de Diretoria (RD) que aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$37.482 mil, debitados a Reserva de Lucros. Os dividendos foram pagos aos acionistas em 25 de novembro de 2015, com base na posição acionária em 12 de novembro de 2015, passando as ações a serem negociadas “ex-direitos” a partir de 13 de novembro de 2015.

Em 21 de dezembro de 2015, foi realizada Reunião de Diretoria (RD) que aprovou o pagamento de juros sobre capital próprios no montante de R\$80.320 mil, debitados a Reserva de Lucros. Os dividendos serão pagos até 31 de março de 2016 aos acionistas, com base na posição acionária em 21 de dezembro de 2015, passando as ações a serem negociadas “ex-direitos” a partir de 22 de dezembro de 2015.

Na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2014, a Companhia aprovou a distribuição de dividendo no montante de R\$ 33.913 mil com base no saldo das Reservas de lucros. Os dividendos foram com base na posição acionária em 30 de abril de 2014, passando as ações serem negociadas “ex-direitos” a partir de 02 de maio de 2014.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2015	19.221.527.000,00	Índice de Endividamento	2,04000000	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2015)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		927.215.000,00	1.399.272.000,00	990.791.000,00	655.840.000,00	3.973.118.000,00
Empréstimo	Quirografárias		930.270.000,00	2.595.830.000,00	4.410.888.000,00	2.813.491.000,00	10.750.479.000,00
Total			1.857.485.000,00	3.995.102.000,00	5.401.679.000,00	3.469.331.000,00	14.723.597.000,00
Observação							

3.9 - Outras informações relevantes

3.9. Outras informações relevantes:

A Companhia não possui outras informações relevantes.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1. Fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia:

a) Com relação à Companhia

Somos uma companhia holding dependente das distribuições de lucros de nossas subsidiárias.

Somos uma companhia holding e a maior parte de nossas atividades é conduzida através de nossa controlada Suzano Papel e Celulose. Dependemos das distribuições de lucros de nossas subsidiárias para obtermos fluxo de caixa.

b) Com relação ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Os acionistas controladores da Companhia têm poderes para, dentre outros, eleger a maioria dos membros de seu Conselho de Administração e determinar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias e alienações, bem como a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observada a exigência de pagamento do dividendo mínimo obrigatório imposta pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Com relação aos seus acionistas

O pagamento de dividendos aos nossos acionistas depende dos lucros das nossas subsidiárias.

Nossa capacidade de pagar dividendos aos nossos acionistas depende do fluxo de caixa e dos lucros das nossas subsidiárias, bem como da distribuição desses lucros à Companhia, sob a forma de dividendos, inclusive juros sobre o capital próprio.

Os proprietários das ações da Companhia podem não vir a receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com o Estatuto Social, deve-se pagar aos acionistas um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido anual da Companhia, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto permite o pagamento de dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, por conta do dividendo anual. A Companhia poderá ainda pagar juros sobre o capital próprio, limitados aos termos da lei. Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. A Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social se seus administradores manifestarem ser tal pagamento desaconselhável diante da situação financeira da Companhia.

Podemos vir a captar no futuro recursos através de distribuição pública de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Podemos vir a captar no futuro recursos adicionais por meio de operações de emissão pública de valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação através de distribuição pública de valores mobiliários conversíveis em ações poderá afetar o valor de nossas ações e resultar na diluição da participação de acionistas no nosso capital social.

As ações de emissão da Companhia não têm liquidez.

As ações da Companhia não tem liquidez, limitando substancialmente a capacidade dos acionistas de vender suas ações pelo preço e na data desejados.

O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários internacionais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Essas características de mercado podem limitar substancialmente a capacidade dos detentores de ações de vendê-las ao preço e na ocasião em que desejarem fazê-lo e, conseqüentemente, poderão vir a afetar negativamente o preço de mercado das ações.

d) Com relação às controladas e coligadas da Companhia

Nossa estrutura societária não conta com sociedades coligadas.

O nosso resultado operacional poderá ser afetado pelos riscos inerentes ao desenvolvimento das atividades das nossas subsidiárias.

As nossas controladas poderão: (i) apresentar dificuldades financeiras que poderão resultar na necessidade de investimentos adicionais de nossa parte; (ii) cometer atos ou lhes serem atribuídos fatos que venham a prejudicar a nossa reputação, imagem e relacionamento com terceiros, impactando negativamente nossos negócios e operações; (iii) ter interesses econômicos e comerciais distintos dos nossos ou entre si; (iv) acarretar prejuízos à Companhia em virtude da sua responsabilização por eventuais obrigações de naturezas trabalhista, tributária, ambiental e/ ou de defesa do consumidor; e (v) conter passivos ocultos. Tais fatores de risco poderão afetar o resultado por nós estimado ou a perda de nosso investimento em tais controladas.

A Companhia possui 32,283% de participação no capital social da controlada Suzano Papel e Celulose, a qual em 31 de dezembro de 2015 foi responsável por quase 100% do resultado da Companhia. Como se trata de participação relevante, qualquer risco relacionado à Suzano Papel e Celulose e suas operações podem ocasionar um efeito adverso nos resultados operacionais e na performance financeira da Companhia. Em virtude disso, passamos a expor abaixo os principais riscos da Suzano Papel e Celulose:

Os preços dos produtos da Suzano Papel e Celulose são altamente influenciados por mercados internacionais e, portanto, a Suzano Papel e Celulose tem pouco controle sobre os preços praticados.

Os mercados de celulose são tipicamente cíclicos. Além disso, os preços de celulose praticados pela Suzano Papel e Celulose acompanham os preços internacionais de mercado, que são determinados pelo balanço de oferta e demanda, pela capacidade de produção global e pelas condições econômicas mundiais. Esses preços também podem ser afetados por flutuações das taxas de câmbio entre as moedas dos principais países produtores e consumidores, movimentações de estoques entre produtores e compradores, em função de expectativas de preços distintas ou, ainda, pelas estratégias de negócios adotadas por outros produtores, incluindo a disponibilidade de substitutos para os produtos da Suzano Papel e Celulose a preços mais competitivos. Todos esses fatores estão fora do controle da Suzano Papel e Celulose e podem ter um impacto significativo sobre a demanda por celulose e, conseqüentemente, sobre as margens operacionais, lucratividade e retorno sobre o capital investido da Suzano Papel e Celulose.

Os preços de papéis, por sua vez, são determinados pelas condições de oferta e demanda nos mercados regionais onde são comercializados, embora com comportamento mais estável do que o dos preços de celulose. Assim, os preços dos papéis comercializados pela Suzano Papel e Celulose sofrem flutuações em decorrência direta de diversos fatores, dentre eles, das flutuações nos preços de celulose e de características específicas dos mercados em que a Suzano Papel e Celulose atua.

Flutuações de preços dos produtos ocorrem não só de ano para ano, mas também ao longo do ano como resultado da economia global e regional, condições, restrições de capacidade, aberturas e fechamentos de plantas, entre outros fatores.

A Suzano Papel e Celulose não pode garantir que os preços de mercado para celulose e papel e a demanda por seus produtos se manterão favoráveis aos seus negócios sem oscilações adversas, casos em que a habilidade da Suzano Papel e Celulose em operar suas fábricas de maneira economicamente viável poderá ser afetada de forma negativa.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A atividade da Suzano Papel e Celulose apresenta riscos operacionais relevantes que se materializados podem resultar na paralisação parcial de suas atividades e impactar adversamente os seus resultados e condições financeiras.

As operações da Suzano Papel e Celulose estão sujeitas a riscos operacionais, os quais podem causar a paralisação, ainda que parcial ou temporária, de suas atividades assim como perda de produção. Tais paralisações podem ser causadas por fatores associados à falha de equipamentos, acidentes, incêndios, greves, desgastes decorrentes do tempo e da exposição às intempéries e desastres naturais. A ocorrência dos eventos mencionados pode, dentre outros efeitos, resultar em danos graves aos bens da Suzano Papel e Celulose, diminuição do volume ou aumento dos custos de produção, causando um efeito adverso negativo em suas condições financeiras.

Para o desenvolvimento dos seus negócios, a Suzano Papel e Celulose depende da contínua operação logística, que contempla estradas, ferrovias, armazéns, portos, entre outros. Tais operações podem ser interrompidas por fatores exógenos, como, por exemplo, ocorrências de movimentos sociais, desastres naturais e greves.

A interrupção no fornecimento de insumos para a operação das unidades industriais e florestais, ou no transporte de produtos acabados aos clientes poderiam causar impactos materiais adversos sobre as receitas e o resultado operacional da Suzano Papel e Celulose.

A Suzano Papel e Celulose celebrou contratos com terceiros para prestar os serviços de transporte e logística necessários para suas operações. Por consequência, a rescisão ou término destes ou a incapacidade da Suzano Papel e Celulose de renová-los ou negociar novos contratos com outros prestadores de serviços em condições semelhantes poderá afetar significativamente sua situação financeira e operacional.

A cobertura de seguro da Suzano Papel e Celulose pode ser insuficiente para cobrir suas perdas e não abrange danos causados às suas florestas.

A cobertura de seguros da Suzano Papel e Celulose para danos em suas unidades industriais decorrentes de riscos operacionais ou responsabilidade de terceiros por acidentes, bem como para transporte doméstico e internacional, pode ser insuficiente para cobrir as perdas que a Suzano Papel e Celulose possa vir a sofrer em eventuais sinistros de magnitude catastrófica ou então decorrente de particularidades excluídas e/ou descobertas pelas devidas apólices contratadas. A Suzano Papel e Celulose não mantém cobertura contra danos decorrentes de incêndio, furtos, pragas ou quaisquer outros riscos nas suas florestas. A ocorrência de perdas ou outros prejuízos que não estejam cobertos pelos seguros da Suzano Papel e Celulose, decorrente de limitação de cobertura, prejuízos superiores aos limites estabelecidos em apólice ou quaisquer outros motivos que impeçam o recebimento de indenização, podem resultar em custos adicionais significativos e inesperados. Ademais, os termos e as condições de renovação das apólices de seguros da Suzano Papel e Celulose poderão ser alterados no futuro em função de modificações no mercado de seguros ou então das características dos próprios riscos cobertos.

A Suzano Papel e Celulose é titular de benefícios fiscais, cuja suspensão, decurso do prazo de vigência, cancelamento ou não renovação podem afetar adversamente os resultados da Suzano Papel e Celulose e geração de caixa líquida. Alterações na legislação fiscal podem impactar negativamente os negócios da Suzano Papel e Celulose.

A Suzano Papel e Celulose possui unidades de produção em microrregiões localizadas nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, sendo assim é beneficiária de incentivos fiscais federais por força de suas atividades nessa região. Além disso, a Suzano Papel e Celulose conta com outros benefícios fiscais federais.

Ainda, a Suzano Papel e Celulose se beneficia de incentivos fiscais com base em legislação estadual que podem eventualmente ser questionados judicialmente decorrente de entendimento de que a concessão de tais incentivos dependeria de aprovação por unanimidade do CONFAZ, o qual é composto por secretários da fazenda de cada Estado da Federação.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Suzano Papel e Celulose não pode assegurar que os incentivos fiscais de que é atualmente beneficiária serão mantidos, renovados ou, ainda, que conseguirá obter novos benefícios fiscais em condições favoráveis. Caso tais benefícios fiscais não sejam efetivamente renovados, isso poderá ter um efeito adverso relevante nos resultados da Suzano Papel e Celulose e na geração de caixa líquida.

Além disso, o governo federal e os governos estaduais, frequentemente, implementam alterações na legislação tributária que podem afetar a Suzano Papel e Celulose e seus clientes, tais como alterações nas alíquotas e base de cálculo dos tributos. Algumas destas alterações podem resultar em aumento de encargos fiscais e alteração, redução ou extinção de benefícios fiscais, que podem afetar adversamente os negócios da Suzano Papel e Celulose.

Os empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Suzano Papel e Celulose exigirão que uma parte significativa do seu fluxo de caixa seja utilizada para o pagamento do valor principal e dos juros das obrigações decorrentes desse endividamento.

Em 31 de dezembro de 2015 a dívida bruta da Suzano era de R\$ 14.711 milhões, a dívida líquida consolidada era de R\$ 12.263 milhões e o EBITDA ajustado dos últimos doze meses de R\$ 4.594 milhões. Dessa forma, a relação dívida líquida/EBITDA Ajustado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 era de 2,7x. Durante o ano de 2015, dando continuidade ao processo de desalavancagem e eficiência financeira da Suzano Papel e Celulose, a gestão de passivos financeiros otimizou a forte geração de caixa e antecipou o pagamento de dívidas, no montante aproximado de R\$ 4,3 bilhões. O perfil de endividamento da Suzano pode levá-la a utilizar o fluxo de caixa disponível proveniente de suas operações para o pagamento do principal e dos juros decorrentes desse endividamento, ao invés de utilizá-lo para o pagamento de dividendos ou para outros fins. Adicionalmente, o nível de endividamento da Suzano pode limitar sua flexibilidade no planejamento ou reação a mudanças no mercado. O alto grau de alavancagem pode também reduzir a capacidade da Suzano de contratar empréstimos adicionais para financiar seus projetos, suas necessidades de capital de giro e despesas com juros e amortizações de empréstimos.

Alguns dos contratos financeiros da Suzano Papel e Celulose contêm cláusulas que impõem a manutenção de certos índices financeiros e o inadimplemento cruzado (cross default). A inadimplência gerada a partir de violação destes contratos pode ter efeitos materiais adversos sobre a Suzano Papel e Celulose.

Parte dos contratos que representam parcela do endividamento da Suzano Papel e Celulose contém cláusulas que exigem a manutenção de determinada proporção entre certos índices financeiros, tais como Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, além de que a ocorrência de um evento de inadimplemento sob certas dívidas pode acionar um evento de inadimplemento de outras dívidas ou permitir que os credores destas dívidas antecipem seus vencimentos. O inadimplemento de determinados termos dos contratos de financiamento, que não for devidamente consentido pelos credores relevantes, pode resultar em uma decisão por parte destes credores de acelerar o saldo em aberto da dívida, e em alguns contratos também poderiam acelerar outras dívidas. Nesta última hipótese, os ativos e fluxos de caixa da Suzano Papel e Celulose poderão ser insuficientes para pagar os valores devidos pelos contratos de financiamento. Se tais eventos ocorrerem, a situação financeira da Suzano Papel e Celulose e o preço das suas ações poderão ser material e adversamente afetadas.

Se a Suzano Papel e Celulose for incapaz de administrar os problemas e riscos em potencial relacionados a aquisições e alianças, seus negócios e perspectivas de crescimento podem ser afetados. Alguns dos concorrentes da Suzano Papel e Celulose podem estar melhor posicionados para adquirir outros negócios de celulose e papel.

A Suzano Papel e Celulose completou aquisições importantes nos anos 2010 e 2011 e poderá, como parte de sua estratégia, adquirir outros negócios ou firmar alianças no Brasil ou em outros países. Eventos inesperados, alterações em condições de mercado, bem como dificuldades ao integrar novos negócios, ou administrar novas alianças com êxito, podem afetar adversamente o desempenho comercial e financeiro da Suzano Papel e Celulose. Além disso, o setor mundial de celulose e papel pode buscar consolidações com diversas empresas competindo por oportunidades de aquisições e alianças neste setor. Eventuais movimentos de outras empresas

4.1 - Descrição dos fatores de risco

concorrentes nesse sentido podem afetar a Suzano Papel e Celulose e a probabilidade de sucesso em realizar ou concluir aquisições e alianças necessárias à ampliação de seu negócio. Além disso, qualquer grande aquisição pode estar sujeita à aprovação regulamentar.

A redução da classificação de risco de crédito da Suzano Papel e Celulose pode aumentar seu custo de capital e/ou restringir a disponibilidade de novos financiamentos.

A Standard & Poor's Ratings Services classificou o risco da Suzano Papel e Celulose em escala global e o risco da sua emissão de senior notes em BB+. A Moody's Investors Service classificou o risco corporativo e das senior notes da Suzano Papel e Celulose em Ba2 e o risco em escala nacional em Aa2Br. Ainda, a Fitch Rating atribuiu a classificação em escala nacional equivalente a AA-(br) e o risco da sua emissão de senior notes em BB.

Reduções da classificação de risco da Suzano Papel e Celulose podem acarretar aumento do custo de capital e afetar suas operações, assim como investimentos, prejudicando de maneira adversa a sua situação financeira, os seus resultados e, conseqüentemente, o preço de suas ações.

Disputas judiciais cujos resultados venham a ser desfavoráveis para a Suzano Papel e Celulose podem afetar negativamente seus negócios e situação financeira

Diante da natureza da atividade, a Suzano Papel e Celulose está envolvida em disputas judiciais de natureza cível (inclusive ambiental), tributária e trabalhista que envolvem reivindicações monetárias significativas.

Considerando que eventual resultado desfavorável nas demandas poderá resultar em desembolso pela Suzano Papel e Celulose em valores substanciais, o item 4.3 do Formulário de Referência destaca a relação aos processos relevantes em que a Suzano Papel e Celulose figura como parte.

Emissão de novos valores mobiliários pela Suzano Papel e Celulose no futuro poderão resultar em uma diluição da participação do investidor no capital social da Suzano Papel e Celulose.

A Suzano Papel e Celulose pode optar por captar recursos adicionais no futuro através de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. Conforme previsto no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações, a captação de recursos através de distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações pode ser realizada com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Suzano Papel e Celulose.

Portanto, a emissão de novos valores mobiliários pela Suzano Papel e Celulose, para fazer frente a uma eventual necessidade de capital adicional no futuro, poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no capital social da Suzano Papel e Celulose.

Os proprietários das ações da Suzano Papel e Celulose podem não vir a receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com o Estatuto Social, deve-se pagar aos acionistas um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido anual da Suzano Papel e Celulose, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social permite o pagamento de dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, por conta do dividendo anual. A Suzano Papel e Celulose poderá também pagar juros sobre o capital próprio, limitados aos termos da lei. Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos.

A Assembleia Geral de Acionistas da Suzano Papel e Celulose pode deliberar pela capitalização, utilização para compensar prejuízo ou retenção de lucro líquido da Suzano Papel e Celulose, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo tal lucro líquido não ser

4.1 - Descrição dos fatores de risco

disponibilizado para pagamento de dividendos ou a Suzano Papel e Celulose não realizar o pagamento de juros sobre capital próprio.

e) Com relação aos fornecedores da Companhia

NÃO APLICÁVEL. A Companhia não possui fornecedores. Abaixo os principais riscos com fornecedores da Suzano Papel e Celulose:

A Suzano Papel e Celulose depende de terceiros como fornecedores de parte de suas necessidades de madeira e pode ser adversamente afetada pela falta ou pelo aumento dos custos da madeira.

A madeira é a principal matéria-prima utilizada para a produção de celulose e produtos de papel, sendo parte relevante proveniente de florestas próprias. A Suzano Papel e Celulose celebra contratos de fornecimento de médio e longo prazo com fornecedores de madeira, por um período que pode variar de 1 a 2 ciclos florestais, de 6 a 8 anos cada, na modalidade de fomento ou parcerias florestais. Caso seja necessário a complementação do volume, o abastecimento de madeira pode ser suprido através de contratos de compra de madeira de mercado nas modalidades: compra de florestas em pé ou posto fábrica, podendo ter duração de curto ou longo prazo variando conforme o volume negociado. Qualquer interrupção no fornecimento que represente uma redução relevante na madeira disponível para processamento pela Suzano Papel e Celulose poderá afetar adversamente seus resultados operacionais e sua situação financeira.

Mudanças na qualidade de crédito dos fornecedores ou clientes para os quais tenham sido efetuados adiantamentos, vendas a prazo ou empréstimos podem afetar os resultados da Suzano Papel e Celulose.

É prática corrente e, eventualmente, condição para atuação competitiva em diversos mercados onde a Suzano Papel e Celulose opera, a concessão de adiantamentos a fornecedores e venda a prazo a clientes. Ao realizar adiantamentos, vendas a prazo ou empréstimos aos seus fornecedores ou clientes, a Suzano Papel e Celulose assume seus riscos de inadimplência. Desta forma, mudanças no ambiente macroeconômico, nas condições específicas dos seus mercados de atuação, ou ainda problemas relacionados à gestão destes fornecedores e clientes, podem afetar significativamente a sua capacidade de efetuar pagamentos, impactando diretamente o valor dos ativos e o capital de giro da Suzano Papel e Celulose. Adicionalmente, existe o risco de descasamento entre as taxas pagas sobre os recursos que a Suzano Papel e Celulose capta e as recebidas com relação ao crédito que concede aos seus clientes ou fornecedores, pois nem sempre é possível equiparar os termos dos financiamentos que a Suzano Papel e Celulose contrata aos termos dos créditos que concede aos seus fornecedores ou clientes. Qualquer deterioração do risco de crédito de fornecedores ou clientes ou descasamento entre as taxas e termos pelos quais a Suzano Papel e Celulose contrata e concede crédito poderá causar um efeito adverso relevante sobre o valor dos ativos, patrimônio e resultados da Suzano Papel e Celulose.

A Suzano Papel e Celulose depende de poucos fornecedores de certos insumos, como óleo combustível, pasta mecânica e gás, e pode ser adversamente afetada pela indisponibilidade ou pelo aumento dos custos destes insumos.

A Suzano Papel e Celulose possui poucas fontes de fornecimento para alguns insumos que são matérias-primas relevantes para o seu processo produtivo. A Suzano Papel e Celulose celebra contratos de fornecimento de médio e longo prazo com esses fornecedores. Portanto, eventual redução significativa no fornecimento ou aumento de custos, por parte de fornecedor relevante, de óleo combustível, de pasta mecânica e de gás, poderá afetar o mix, a margem ou a disponibilidade dos produtos da Suzano Papel e Celulose, o que afetará adversamente seus resultados operacionais.

f) Com relação aos clientes da Companhia

NÃO APLICÁVEL. Somos uma companhia holding e como tal não possuímos clientes.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

g) Com relação aos setores de atuação da Companhia

Somos uma companhia holding e a maior parte de nossas atividades é conduzida através de nossas subsidiárias.

Deste modo, a nossa participação em setores da economia se dá de maneira indireta, de acordo com a capacidade administrativa e organizacional de nossas subsidiárias, o que está além de nosso controle.

Não é possível assegurar que a atuação de nossa subsidiária no setor de papel e celulose será bem sucedida e produzirá os resultados almejados, o que poderá prejudicar as nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

O setor de papel e celulose, por sua vez, apresenta alta volatilidade, vez que, os preços de seus produtos são altamente influenciados por mercados internacionais, e, portanto, a Companhia e suas subsidiárias têm pouco controle sobre os preços praticados. A nossa controlada Suzano Papel e Celulose S.A. enfrenta concorrência significativa em alguns dos segmentos de mercado em que atua, o que pode afetar adversamente sua participação no mercado de papel e celulose e sua lucratividade e, conseqüentemente, a da Companhia. Os maiores riscos relacionados com os setores de atuação da Suzano Papel e Celulose S.A. são os seguintes:

Uma volatilidade significativa do Real frente ao Dólar pode impactar de forma relevante as receitas e o endividamento da Suzano Papel e Celulose.

A volatilidade da cotação do Real frente ao Dólar tem efeitos relevantes na condição financeira consolidada da Suzano Papel e Celulose e em seu resultado operacional consolidado quando expressos em Reais, além de impactar suas receitas, despesas e ativos consolidados denominados em moeda estrangeira. As receitas de vendas com exportações e, portanto, a geração de caixa operacional da Suzano Papel e Celulose, são direta e imediatamente afetadas pela variação da taxa média de câmbio entre o Real e o Dólar. A depreciação do Real causa aumento de tais receitas quando expressas em Reais, enquanto que a apreciação do Real resulta em receitas de vendas com exportação menores. As receitas no mercado doméstico são indiretamente influenciadas pela variação da taxa cambial, na medida em que os papéis importados, cotados em Dólares, ganham ou perdem competitividade no mercado doméstico dependendo da taxa de câmbio. Alguns custos e despesas operacionais da Suzano Papel e Celulose, tais como despesas com seguros e fretes relacionadas às exportações e custos de produtos químicos utilizados como matéria prima, entre outros, também são afetados pelas variações cambiais. Sendo assim, a depreciação do Real resulta em aumento de tais custos e despesas expressos em Reais, enquanto a apreciação do Real resulta na queda de tais custos e despesas. As contas patrimoniais consolidadas da Suzano Papel e Celulose, indexadas em moeda estrangeira, especialmente empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, disponibilidades no exterior e contas a receber de clientes e estoques no exterior, são diretamente e pontualmente afetadas pela taxa de câmbio. A parcela da dívida da Suzano Papel e Celulose denominada em Dólar, considerando o ajuste com derivativos, totalizava aproximadamente 68% do endividamento bruto da Suzano Papel e Celulose em 31 de dezembro de 2015. Portanto, as variações da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar afetam diretamente o endividamento e os resultados da Suzano Papel e Celulose.

Investimentos em aumento na capacidade de produção celulose de mercado por concorrentes nos próximos anos podem impactar adversamente os resultados da Suzano Papel e Celulose.

Diversos anúncios de investimentos em novas capacidades foram feitos por concorrentes do setor de celulose e também por iniciantes nesta indústria. Caso todos ou parte importante dos projetos sejam confirmados e os investimentos realizados, poderá haver um desequilíbrio entre oferta e demanda que poderá ocasionar redução de preços de celulose. Investimentos em novas capacidades por terceiros podem ter um impacto significativo sobre os preços da celulose e, conseqüentemente, sobre as margens operacionais, lucratividade e retorno sobre o capital investido da Suzano Papel e Celulose.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Ainda, por conta do aumento da oferta da celulose no mercado, a Suzano Papel e Celulose poderá ser obrigada a ajustar, ainda que temporariamente, o volume de produção para adequação da menor demanda pelo produto, correndo o risco de ter que operar com capacidades ociosas e um maior custo de produção.

A Suzano Papel e Celulose enfrenta concorrência significativa em alguns dos segmentos de mercado em que atua, o que pode afetar adversamente sua participação nos mercados de celulose e papel e sua lucratividade.

O setor de papel e celulose é extremamente competitivo. A Suzano Papel e Celulose enfrenta concorrência significativa, tanto no mercado doméstico quanto no internacional, de um grande número de empresas, algumas das quais contando com baixos custos de capital e amplo acesso a recursos financeiros. No mercado doméstico, a Suzano Papel e Celulose enfrenta a competição de produtos nacionais, fabricados por empresas pertencentes a grupos brasileiros e internacionais, e importados. No mercado internacional, a Suzano Papel e Celulose concorre com empresas com maiores capacidades de produção e distribuição, expressiva base de consumidores e grande variedade de produtos.

As importações de celulose não representam concorrência para a Suzano Papel e Celulose no mercado doméstico, devido aos baixos custos de produção e logística dos produtores locais.

A sobreoferta de papel revestido no mundo, as medidas anti-dumping adotadas em outros países e o desvio de finalidade na importação de papel revestido, sobretudo durante um prolongado período de apreciação do Real em relação ao Dólar, pode aumentar a concorrência de produtores estrangeiros no mercado doméstico, impactando adversamente a Suzano Papel e Celulose.

Além disso, os mercados de celulose e papel são atendidos por várias empresas localizadas em diversos países. Se a Suzano Papel e Celulose não for capaz de se manter competitiva em relação aos concorrentes no futuro, sua participação no mercado pode ser afetada adversamente. Além disso, as pressões para redução dos preços de celulose e papel causadas por competidores da Suzano Papel e Celulose, que podem estar mais preparados para manter preços mais baixos, podem afetar a lucratividade da Suzano Papel e Celulose.

As condições políticas e econômicas brasileiras, como inflação e taxas de juros, podem ter impacto adverso nos negócios da Suzano Papel e Celulose.

Os negócios, a condição financeira e os resultados da Suzano Papel e Celulose podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, econômicas e eventos políticos que afetem o Brasil. Assim, medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo, podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais doméstico. Caso os cenários político e econômico se deteriore, a Suzano Papel e Celulose poderá arcar com uma elevação nos seus custos financeiros. Além disso, no caso de haver inflação, ela poderá desacelerar a taxa de crescimento da economia brasileira, o que poderá levar a uma redução da demanda pelos produtos da Suzano Papel e Celulose no Brasil e a reduções de suas vendas. Caso as taxas de inflação venham a aumentar consideravelmente e a elevação dos índices inflacionários não seja repassada integralmente aos preços finais dos produtos vendidos pela Suzano Papel e Celulose, os fluxos de caixa, a condição financeira e os resultados da Suzano Papel e Celulose serão negativamente afetados. Além disso, um aumento das taxas de juros pode acarretar aumento no custo de captação da Suzano Papel e Celulose.

Situações de restrição de liquidez no mercado poderão aumentar o custo, restringir os prazos ou até mesmo inviabilizar a captação de recursos no mercado, o que poderá afetar adversamente as operações da Suzano Papel e Celulose.

As empresas brasileiras de celulose e papel fizeram grandes investimentos durante os últimos anos a fim de competir com mais eficácia e em maior escala no mercado internacional. Este movimento elevou a necessidade de recursos e a diversificação de fontes de financiamentos com instituições financeiras nacionais e internacionais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Dentro deste contexto, a Suzano Papel e Celulose depende do capital de terceiros para conduzir seus negócios, na forma de operações de financiamento para suportar seus investimentos e capital de giro. Em situações de restrição de liquidez, como a vivenciada em 2008 e 2009 em razão da crise financeira internacional, as linhas de crédito podem se tornar excessivamente curtas, caras ou até mesmo indisponíveis. Nessas circunstâncias, aumenta-se o risco de captação e de rolagem, ou seja, a possibilidade de não obtenção, no mercado, dos recursos necessários para honrar os vencimentos da dívida contratada, assim como o risco de ter de levantar esses recursos a custos elevados, o que poderá afetar adversamente os resultados da Suzano Papel e Celulose.

h) Com relação à regulação do setor de atuação da Companhia Não estamos sujeitos a entes reguladores além da Comissão de Valores Mobiliários.

Somos uma companhia holding e a maior parte de nossas atividades é conduzida através de nossas subsidiárias, não estando, portanto, sujeita a entes reguladores, exceto a CVM, a que estão sujeitas todas as companhias abertas.

Regras ambientais mais rigorosas podem implicar em dispêndio maior de recursos pela Suzano Papel e Celulose.

As operações da Suzano Papel e Celulose estão sujeitas à extensa regulamentação ambiental, incluindo regulamentação relacionada às emissões atmosféricas, descarga de efluentes, resíduos sólidos, odores e reflorestamento, manutenção de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente. Ainda, as atividades da Suzano Papel e Celulose estão sujeitas à renovação periódica das licenças ambientais, tanto florestais quanto industriais. No Brasil, as violações às leis ambientais podem acarretar em sanções para a companhia e seus colaboradores tais como multa, detenção, reclusão ou até a dissolução da sociedade. As normas ambientais a serem cumpridas pela companhia são expedidas no âmbito federal, estadual e municipal, sendo que mudanças nas referidas regras e leis e/ou na política ou nos procedimentos adotados nas leis atuais poderão afetar adversamente a companhia. O descumprimento de uma determinada regra ou lei ambiental poderá implicar no pagamento de multa ou mesmo uma sanção criminal, bem como ocasionar a revogação da sua licença ou suspensão de determinadas atividades.

Vale ressaltar que existe a possibilidade de as agências governamentais ou outras autoridades competentes estabelecerem novas regras ou imporem regulamentos adicionais ainda mais rígidos que os vigentes, ou buscarem uma interpretação mais rigorosa das leis e regulamentos existentes, o que poderia exigir da companhia o dispêndio de fundos adicionais para a conformidade ambiental ou poderia restringir sua habilidade de operar conforme atualmente. Além disso, o não cumprimento das leis e regulamentos ambientais poderia restringir a capacidade da companhia na obtenção de financiamentos junto às instituições financeiras.

A não obtenção das autorizações e licenças necessárias poderá afetar adversamente as operações da Suzano Papel e Celulose.

A Suzano Papel e Celulose depende da emissão de autorizações e licenças do poder público para o desenvolvimento de certas atividades. Assim, para o processo de licenciamento dos empreendimentos florestais e industriais, cujos impactos socioambientais sejam considerados significativos, é obrigatória a realização de investimentos e ações, de modo a compensar tais impactos. As licenças para operação das suas fábricas e plantios geralmente são válidas por cinco anos contados da data da emissão, ao final dos quais poderão ser renovadas por iguais períodos. As licenças para operação exigem, dentre outros, que a Suzano Papel e Celulose informe periodicamente o cumprimento de padrões de emissões e eventuais condicionantes estabelecidos pelos órgãos ambientais competentes.

A não obtenção, não renovação ou regularização, conforme aplicável, pela Suzano Papel e Celulose de licenças operacionais poderão causar atrasos na implantação das novas capacidades produtivas da companhia, aumento dos custos do processo, multa pecuniária ou mesmo a suspensão do processo produtivo da parte afetada.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

i) Com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atua

A Companhia é uma holding sem atividades operacionais.

Recessão em virtude da crise econômica mundial poderá afetar a demanda e o preço dos produtos da Suzano Papel e Celulose S.A. de modo adverso.

A demanda de papel e celulose está relacionada ao crescimento da economia mundial. Atualmente, Europa, América do Norte e China são os principais mercados dessa indústria. Eventual desaceleração do crescimento econômico dessas regiões poderá afetar adversamente os preços e o volume de exportações da Suzano Papel e Celulose S.A. e, conseqüentemente, impactará o seu desempenho operacional e os seus resultados financeiros, até que esse volume possa ser alocado em outros mercados.

As exportações da Suzano Papel e Celulose S.A. estão sujeitas a riscos especiais que poderão afetar adversamente os seus negócios.

A Suzano Papel e Celulose S.A. exporta para diversas regiões do mundo, sujeitando-se a alguns riscos políticos e regulatórios especiais, entre os quais: controles cambiais nos países onde tiver pagamentos a receber; e eventuais barreiras comerciais, formais ou informais, ou ainda políticas de incentivo ou subsídio aos produtores em diversas regiões.

O desempenho financeiro futuro da Suzano Papel e Celulose S.A. dependerá, portanto, das condições econômicas, políticas e sociais dos seus principais mercados de exportação (Europa, Ásia e América do Norte). Desta forma, fatores que estão fora do controle da Suzano Papel e Celulose S.A., como a imposição de barreiras ou a concessão de incentivos comerciais e alterações nas políticas econômicas dos países para os quais a Suzano Papel e Celulose S.A. exporta, poderão prejudicar a sua capacidade de exportação e, conseqüentemente, seus negócios e resultados operacionais.

j) Com relação a questões socioambientais

A Suzano Papel e Celulose apresenta alto grau de dependência de suas áreas de plantio para o fornecimento de madeira, que é essência para seus processos de produção. Qualquer dano efetivo sobre essas áreas de plantio pode afetar adversamente os resultados operacionais da Suzano Papel e Celulose.

Parte relevante da madeira utilizada nos processos de produção da Suzano Papel e Celulose é fornecida por suas próprias operações florestais, que incluem áreas de plantio localizadas próximas às unidades industriais de produção da Suzano Papel e Celulose. O mercado de madeira no Brasil é limitado, já que a maioria dos produtores de celulose e papel utiliza a madeira extraída de suas áreas de plantio para consumo próprio. Além disso, para aquisição ou utilização das terras que formarão a sua base florestal, a Suzano Papel e Celulose concorre com outras culturas, o que acaba elevando potencialmente o preço de aquisição das áreas de plantio ou mesmo trazendo dificuldades para a contratação de terceiros para desenvolver o cultivo do eucalipto.

Ainda, as áreas de plantio da Suzano Papel e Celulose estão sujeitas a ameaças naturais, tais como, seca, incêndio, pestes e pragas, que podem reduzir o fornecimento de madeira para a Suzano Papel e Celulose ou resultar em maiores preços para a madeira que a Suzano Papel e Celulose adquire. As áreas de plantio da Suzano Papel e Celulose também estão sujeitas a ameaças adicionais, tais como a perda temporária da posse causada por invasão de posseiros, inclusive por movimentos sociais, ou roubo de madeira. Portanto, qualquer dano efetivo sobre essas áreas de plantio pode afetar adversamente os resultados operacionais da Suzano Papel e Celulose.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

4.2. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxa de juros.

Conforme mencionado no item 4.1, somos uma holding que controla a Suzano Papel e Celulose. A Suzano Papel e Celulose, em 31 de dezembro de 2015, foi responsável por quase 100% do resultado da Companhia. Dessa forma, estamos expostos aos riscos de mercado da Suzano Papel e Celulose.

A Suzano Papel e Celulose tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. A Suzano Papel e Celulose está constantemente monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial, que possam influenciar suas atividades, por meio de acompanhamento dos principais indicadores de desempenho. Além disso, a Suzano Papel e Celulose adota política de foco contínuo na disciplina financeira e na gestão conservadora de caixa. Atualmente, a Suzano Papel e Celulose não identifica qualquer cenário de aumento ou redução de sua exposição aos riscos mencionados no item 4.1 acima.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3. Processos judiciais, administrativos e arbitrais em que a Companhia ou suas controladas são partes, são relevantes para seus negócios e não estão sob sigilo:

A Companhia não está é parte de processos judiciais, administrativos ou arbitrais relevantes.

Suzano Holding.

Processos Tributários:

Processo: 2008.61.00.013550-1	
a. juízo	14ª Vara Federal
b. instância	Primeira Instância
c. data de instauração	09/06/2008
d. partes no processo	Autor: Suzano Holding S.A. e outros Ré: Receita Federal do Brasil
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 394 milhões
f. principais fatos	Em dezembro de 2010, a Companhia foi atuada pela Receita Federal, que desconsiderou a redução de capital efetuada em 2007 para entregar aos seus acionistas as ações da Suzano Petroquímica S.A. (SZPQ), em seu poder, como forma de viabilizar a alienação de referidas ações diretamente pelos acionistas à Petrobrás. A Receita Federal considerou que a venda das Ações SZPQ teria sido feita pela pessoa jurídica. O valor do auto de infração foi de R\$ 394 milhões. Após discussão em âmbito administrativo, o auto foi integralmente cancelado por decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF. Dada a existência de depósitos judiciais vinculados à discussão administrativa acima resumida, os quais somavam R\$ 274 milhões em dezembro de 2015, a Companhia requereu o levantamento da quantia em juízo, o que teve a aquiescência da Procuradoria da Fazenda Nacional e foi deferido pela Justiça igualmente em dezembro de 2015. Com a liberação dos recursos, a discussão sobre a matéria foi definitivamente encerrada.
g. chance de perda:	Prejudicado.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Prejudicado.

A seguir descrevemos os processos judiciais, administrativos e arbitrais que sua controlada, Suzano Papel e Celulose, está sujeita:

Suzano Papel e Celulose S.A.

Geral

Em 31 de dezembro de 2014, a Suzano Papel e Celulose. figurava no polo passivo em 2.620 processos administrativos e judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Para fins das informações aqui apresentadas e detalhadas, divulgaremos somente as ações em que a Suzano Papel e Celulose figura no polo passivo, pois as ações em que figura no polo ativo não gerariam um impacto negativo adverso aos seus negócios.

No tocante às contingências, importante ressaltar que: i) para os casos em que a possibilidade de perda é remota, não é constituída provisão, ii) para os casos em que a perspectiva de perda é classificada pelos assessores jurídicos externos como possível, não é constituída provisão; e iii) para os casos em que a possibilidade de perda é provável, a Administração da Suzano Papel e Celulose constitui provisão.

Entre as demandas de natureza, cível, tributária e trabalhista, descrevemos abaixo o número total de casos e a provisão correspondente. Além disso, descrevemos em maiores detalhes as ações que são consideradas individualmente relevantes para os negócios da Suzano Papel e Celulose e suas controladas, classificadas de acordo com a sua natureza:

A) Tributários

Em 31 de dezembro de 2015, a Suzano Papel e Celulose figurava no polo passivo em 260 processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária, nos quais se discutia matérias relativas a diversos tributos, tais como PIS, COFINS, IPI, ICMS, IR e contribuições previdenciárias, envolvendo valor total de provisão estimado em R\$ 167 milhões. Cumpre salientar que a Suzano Papel e Celulose não é parte em processos tributários, em valores individuais superiores a R\$ 45.960.414,27 (0,5% do Patrimônio Líquido da Suzano Papel e Celulose) e que estejam classificados como probabilidade de perda possível ou provável, não representando, portanto, contingências passivas que impactam de maneira relevante nos seus resultados.

B) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia figurava como parte em 2.083 ações de natureza trabalhista e/ou acidentária, envolvendo valor total de provisão de R\$ 29.385 milhões. De maneira geral, os processos trabalhistas estão relacionados às questões frequentemente contestadas por empregados de empresas agroindustriais, como certas verbas salariais e/ou rescisórias, além de ações propostas por empregados de empresas contratadas para a prestação de serviços para a Companhia e que pleiteiam uma eventual condenação subsidiária em verbas supostamente não pagas por essas empresas terceirizadas, destacando-se, porém, os processos relacionados abaixo, relativos a pleitos de insalubridade/periculosidade e à regularidade do processo de terceirização de atividades de florestamento e reflorestamento, os quais, por força das matérias envolvidas e das consequências que um precedente negativo pode ocasionar, merecem ser mencionados.

Processo: 0047/2003	
Juízo	2ª Vara do Trabalho de Suzano/SP
Instância	Instância Superior
Data de instauração	20/01/2003
Partes no processo	S.T.I.P.C.M x Suzano Papel e Celulose
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4,5 milhões

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Principais fatos	O Autor reclama o pagamento de adicional de insalubridade/periculosidade aos seus substituídos nas áreas da ré em que esses exercem as suas atividades, na Unidade Rio Verde. Condenação da Suzano Papel e Celulose em 1ª instância para pagamento de adicional de insalubridade a 17 colaboradores e do adicional de periculosidade a 19 colaboradores. As partes recorreram da decisão. Negado provimento aos recursos. Interposto Recurso de Revista por ambas as partes. Denegado seguimento. Processo transitado em julgado. Processo em fase de cálculos/impugnação.
Chance de perda:	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagar o valor de eventual condenação, com reflexo na folha de pagamento. Dada sua relevância, o caixa da Suzano Papel e Celulose S.A poderia ser impactado no montante determinado pelo juízo para pagamento.

Processo: 1020/2005	
Juízo	1ª. Vara do Trabalho de Suzano/SP
Instância	Instância Superior
Data de instauração	10/08/2005
Partes no processo	S.T.I.P.C.M x Suzano Papel e Celulose
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 11,7 milhões
Principais fatos	O Sindicato reclama o pagamento de adicional de insalubridade (vencidos e vincendos) aos seus substituídos nas áreas da ré em que esses exercem as suas atividades, na Unidade Suzano que trabalharam ou ainda trabalham nos setores envolvidos no acordo judicial firmado no processo 1230/78. Decisões de 1ª e 2ª Instâncias favoráveis ao Autor. Aguardando-se julgamento do Recurso de Revista interposto pela Suzano Papel e Celulose.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagar o valor de eventual condenação, com reflexo na folha de pagamento. Dada sua relevância, o caixa da Suzano Papel e Celulose poderia ser impactado no montante determinado pelo juízo para pagamento.

Processo: 0194300-14.2007.5.05.0531	
Juízo	Vara do Trabalho de Teixeira de Freitas /BA
Instância	1ª Instância
Data de instauração	16/11/2007
Partes no processo	SINDICELPA x Suzano Papel e Celulose
Valores, bens ou direitos envolvidos	O valor envolvido ainda não foi estimado.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Principais fatos	O sindicato reclama o pagamento de adicional de insalubridade/periculosidade vencidos e vincendos aos seus substituídos, nas áreas em que esses exercem/exerceram as suas atividades, na Unidade Mucuri/BA. O processo se encontra em fase de instrução.
Chance de perda:	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagar o valor de eventual condenação, com reflexo na folha de pagamento. Dada sua relevância, o caixa da Suzano Papel e Celulose S.A poderia ser impactado no montante determinado pelo juízo para pagamento. Diante da ausência de conteúdo econômico estabelecido, ainda não é possível determinar o impacto financeiro de uma eventual condenação.

Processo: 0001444-81.2011.5.05.0531	
Juízo	Vara do Trabalho de Teixeira de Freitas /BA
Instância	1ª Instância
Data de instauração	29/07/2011
Partes no processo	SINTREXBEM x Suzano Papel e Celulose
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 11,5 milhões
Principais fatos	O sindicato reclama o pagamento de adicional de insalubridade/periculosidade vencidos e vincendos aos seus substituídos (operadores de máquinas florestais e mecânicos), em decorrência das atividades que exercem, na Unidade Mucuri/BA. Realizada perícia. Publicada sentença. Ação procedente em parte. Aguardando decisão dos embargos de declaração.
Chance de perda:	Remota

C) Cíveis**Processos judiciais**

Em 31 de dezembro de 2015, a Suzano Papel e Celulose figurava como parte em 241 ações cíveis no polo passivo, envolvendo valor total de provisão estimado em R\$ 1.989 milhões. De maneira geral, os processos cíveis nos quais a Suzano Papel e Celulose figura como ré estão relacionados, principalmente, a matérias na natureza indenizatória, medidas cautelares, ações possessórias, ações de reparação de danos e revisionais, sem que nenhum deles mereça menção de destaque.

A Companhia possui apólice de seguro de responsabilidade civil geral que visa a amparar, dentro de limites contratados na apólice, eventuais condenações judiciais, a título de causados a terceiros (incluindo também empregados).

Todavia, em face do tema envolvido – no caso direito ambiental – e face a impactos relevantes que uma decisão negativa à Companhia pode acarretar, destacamos os seguintes processos:

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo: 0001195-88.2007.8.26.0579	
Juízo	Vara Única do Fórum de São Luiz do Paraitinga
Instância	1ª Instância
Data de instauração	13/11/2007
Partes no processo	Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Suzano Papel e Celulose e Fibria Celulose S/A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$7,6 milhões
Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública, na qual a autora requer a suspensão imediata de todo e qualquer plantio de eucalipto no município, empreendimentos presentes ou em projetos futuros até a realização, pelas empresas empreendedoras, de um aprofundado estudo de impacto ambiental EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto e Relatório de Impacto Ambiental). Após determinada a realização de prova pericial, o juízo nomeou perito. Com a apresentação de proposta de honorários, o juízo determinou a inversão do ônus financeiro para a realização da prova. As réis recorreram da decisão e o Tribunal de Justiça determinou a sua reforma. A autora interpôs recurso aos tribunais superiores e, atualmente, o processo em primeira instância está suspenso aguardando julgamento dos recursos.
Chance de perda:	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	A Suzano Papel e Celulose deixará de utilizar as áreas objeto da ação para o plantio de eucalipto, até que se faça e aprove o EIA-RIMA. Além disto, uma decisão negativa pode abrir um precedente no sentido de que outras cidades passem a exigir estudo de impacto ambiental a projetos de reflorestamento levados a efeito pela Companhia. Dada a fase processual, a Suzano Papel e Celulose entende ser difícil o estabelecimento de qualquer estimativa financeira decorrente de tal decisão.

Processo: 0032101-90.2012.4.01.3400	
Juízo	9ª Vara Cível do Distrito Federal
Instância	1ª Instância
Data de instauração	29/0/2012
Partes no processo	Ministério Público Federal x Suzano Papel e Celulose
Valores, bens ou direitos envolvidos	O valor envolvido ainda não foi estimado.
Principais fatos	O Ministério Público Federal busca responsabilizar a Suzano Papel e Celulose pela deterioração da rodovia federal por onde trafegam os caminhões que transportam madeira e produto acabado, alegando excesso de peso no transporte dessas cargas. A liminar foi deferida, mas teve seus efeitos suspensos por decisão do TRF, em agravo de instrumento da Suzano Papel e Celulose. A ação já foi contestada. Aguarda-se a instrução processual.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Chance de perda:	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagar o valor de eventual condenação. Eventual condenação pode resultar no redimensionamento da logística de transportes da Suzano Papel e Celulose S.A, no que tange ao controle de peso das carretas. Dada a sua relevância, o caixa da Suzano Papel e Celulose poderia ser impactado no montante determinado pelo juízo para pagamento. Diante da ausência de conteúdo econômico estabelecido, ainda não é possível determinar o impacto financeiro de uma eventual condenação.

Processo: 15863-80.2010.4.01.4300	
Juízo	Vara Federal de Araguaína – TO
Instância	1ª Instância
Data de instauração	21/07/2010
Partes no processo	Ministério Público Federal, Suzano Papel e Celulose S/A, NATURATINS e IBAMA.
Valores, bens ou direitos envolvidos	O valor envolvido ainda não pode ser estimado.
Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública, na qual o autor discute a competência para o licenciamento ambiental do empreendimento “Projeto de Silvicultura no Estado do Tocantins”. Atualmente, aguarda-se julgamento do conflito de competência para prosseguimento do feito.
Chance de perda:	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	O programa de plantio de eucalipto sofrerá atraso, até que se defina a competência administrativa para a condução do processo de licenciamento ambiental. Daí resulta sua relevância. Dada a fase processual, a Suzano Papel e Celulose S.A entende ser difícil o estabelecimento de qualquer estimativa financeira decorrente de tal decisão.

Processo: 15839-09.2010.4.01.3700	
Juízo	8ª Vara Federal de São Luís – MA
Instância	1ª Instância
Data de instauração	04/05/2010
Partes no processo	Ministério Público Federal, Suzano Papel e Celulose S/A, IBAMA e Estado do Maranhão (SEMA).
Valores, bens ou direitos envolvidos	O valor envolvido ainda não pode ser estimado

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública com pedido de tutela antecipada, na qual o autor discute a competência para o licenciamento ambiental das atividades florestais no Maranhão (Urbano Santos) para plantio de 42.000 hectares de florestas de eucaliptos pela Companhia. Em 1ª instância foi indeferido o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, contudo a decisão foi reformada em sede de Agravo de Instrumento interposto pelo autor. A Companhia, o Ibama e o Estado do Maranhão impetraram recursos contra a decisão que concedeu a tutela antecipada e, atualmente, aguarda-se o julgamento dos recursos. Em primeira instância, foi deferida a realização de perícia judicial. Aguarda-se início dos trabalhos pelo expert nomeado.
Chance de perda:	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	O programa de plantio de eucalipto sofrerá atraso, até que se defina a competência administrativa para a condução do processo de licenciamento ambiental. Daí resulta sua relevância. Dada a fase processual, a Suzano Papel e Celulose entende ser difícil o estabelecimento de qualquer estimativa financeira decorrente de tal decisão.

Processo: 007814-33.2012.4.01.3701	
Juízo	1ª Vara Federal de Imperatriz – MA
Instância	1ª Instância
Data de instauração	23/11/2012
Partes no processo	Ministério Público Federal (MPF) x Estado do Maranhão, IBAMA e Suzano Papel e Celulose S/A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	O valor envolvido ainda não pode ser estimado
Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública, com pedido de tutela antecipada, na qual o MPF busca anular o processo de licenciamento ambiental conduzido pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Estado do Maranhão referente à unidade industrial para a fabricação de celulose branqueada da Suzano Papel e Celulose S.A, no Município de Imperatriz/MA, em decorrência da atribuição do IBAMA para realizar o licenciamento frente aos impactos regionais relacionados. Indeferido o pedido de antecipação da tutela. A Suzano foi citada e já contestou a ação.
Chance de perda:	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Eventual decisão que suspenda a supracitada licença acarretará na paralisação da operação industrial.

Processo: 25-40.2007.4.02.5001	
Juízo	6ª Vara Federal do Estado do Espírito Santo
Instância	1ª instância
Data de instauração	14/07/2017

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Partes no processo	Ministério Público Federal do Espírito Santo, União Federal, Companhia de Docas do Espírito Santo – COESA, Fábio Nunes Falce, Vicente de Paula Dias Filho, Henrique Germano Zimmer, Danilo Roger Marçal Queiroz, Suzano Bahia Sul Papel e Celulose.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 7.605.000,00
Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública de improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público Federal contra os ex-diretores da CODESA – Companhia de Docas do Espírito Santo, tendo em vista a suposta irregularidade do contrato operacional nº 013/2000 firmado para a exploração do Porto de Vitória – ES. A fase de instrução processual foi finalizada. O laudo pericial conclui que os valores praticados pelas partes refletem a realidade de mercado, sendo o contrato equilibrado. Aguarda-se prolação de sentença. Foi proferida sentença julgando a ação improcedente.
Chance de perda:	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Apesar de a Suzano Bahia Sul Papel e Celulose não operar no Porto de Vitória, a Companhia eventual sentença condenatória poderá exigir o pagamento de valores referentes à diferença tarifária apontada pelo Autor. Contudo, dada a fase processual, a Companhia entende ser difícil o estabelecimento de qualquer estimativa financeira decorrente de tal decisão.

Processo:	
Juízo	2ª Vara Cível de Cubatão
Instância	1ª Instância
Data de instauração	15/02/1986
Partes no processo	Ministério Público do Estado de São Paulo, Oikos União dos Defensores da Terra. e Suzano Papel e Celulose e outros.
Valores, bens ou direitos envolvidos	O valor envolvido ainda não pode ser estimado
Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública na qual o Ministério Público Estadual busca responsabilizar as Rés por supostos danos causados ao Meio Ambiente, em razão da degradação e do perecimento de grande parte da cobertura vegetal das encostas da Serra do Mar. Em 08/04/2015 foi realizada Audiência de Conciliação, restando a mesma infrutífera. Atualmente, os autos estão suspensos em razão das tratativas entre as partes para a tentativa de composição da demanda. Caso não haja composição entre as partes o processo retomará o seu curso normal e será nomeado perito judicial para elaborar perícia.
Chance de perda:	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Apesar de não existirem valores definidos para fim de acordo e/ou condenação, eventual sentença condenatória poderá exigir o pagamento de verbas para a compensação dos danos pretéritos causados.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3.

Para os processos trabalhistas mencionados no item 4.3, a Suzano Papel e Celulose constituiu provisão no montante de R\$ 4,5 milhões.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.4. Processos judiciais, administrativos e arbitrais em que a Companhia ou suas controladas são partes, que não estão sob sigilo, e cujas partes contrárias são administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de seus controladores:

Processo Judicial:

Processo: 583.00.2012.192852-0	
Juízo	41ª Vara Cível
Instância	1ª Instância
Data de instauração	27/07/2012
Partes no processo	Autor: João Antônio Lian Rés: Suzano Papel e Celulose S.A. e Suzano Holding S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 799.470,00
Principais fatos	Trata-se de ação de indenização ajuizada contra a Suzano, Suzano Holding e seus administradores, pleiteando a anulação das deliberações tomadas em Assembleia Geral Extraordinária, Reuniões do Conselho de Administração, assim a como a anulação das cláusulas da escritura de emissão de debêntures. Por fim, requer a condenação dos demandados à reparação dos prejuízos causados em decorrência da suposta prática de atos societários abusivos e violação de deveres legais praticados pela companhia e seus administradores. Em 24.09.2015, foi proferida sentença julgando improcedente a ação. Condenou-se que o autor ao pagamento de custas, despesas processuais, e honorários advocatícios, fixados em R\$ 20.000,00. As rés recorreram apenas contra a parte da sentença que fixou os honorários advocatícios. Atualmente aguarda-se o processamento dos recursos junto ao Tribunal de Justiça.
Chance de perda:	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso já julgado com sentença favorável. Decisão favorável transitada em julgado. Recurso pendente envolve apenas honorários de sucumbência ao patrono da Suzano.

4.4.1 Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Não há provisão para o processo indicado no item 4.4. O processo foi julgado com sentença favorável à Companhia e à Suzano Papel e Celulose.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5. Impactos em caso de perda e valores envolvidos em processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas são parte:

NÃO APLICÁVEL. A Companhia e suas controladas não são parte em processos sigilosos relevantes.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6. Processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, em que a Companhia ou suas controladas são partes, não estão sob sigilo e em conjunto são relevantes para seus negócios:

NÃO APLICÁVEL. A Companhia e suas controladas não são parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes que em conjunto são relevantes para os seus negócios.

4.6.1 Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6:

NÃO APLICÁVEL. Conforme mencionado no item 4.6, a Companhia e suas controladas não são parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes que em conjunto são relevantes para os seus negócios.

4.7 - Outras contingências relevantes

4.7. Outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores:

NÃO APLICÁVEL. A Companhia não possui contingências relevantes.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8. Informações sobre as regras do país de origem da Companhia, caso estrangeira, e regras do país no qual os valores mobiliários da Companhia, caso estrangeira, estão custodiados:

NÃO APLICÁVEL, uma vez que a Companhia não possui valores mobiliários emitidos ou custodiados no exterior.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, tendo em vista que a quase totalidade de seu resultado está vinculado à operação de sua controlada Suzano Papel e Celulose, que possui uma política aprovada em fevereiro de 2016 pelo Conselho de Administração, conforme divulgado em seu Formulário de Referência.

A Companhia segue, no que couber, a Política de Gestão Integrada de Riscos da controlada que tem o objetivo de estabelecer, atualizar e unificar as diretrizes e os princípios gerais do processo de Gestão Integrada de Riscos, da identificação à tratativa dos Riscos identificados, conceituando as atividades, bem como as principais responsabilidades atribuídas aos diversos órgãos da administração ou departamentos da controlada.

A última versão da política foi aprovada em fevereiro de 2016 pelo Conselho da Administração, da controlada, e é aplicável a todos os órgãos da administração e departamentos da Suzano Papel e Celulose S.A.

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

ii. os instrumentos utilizados para proteção

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, conforme descrito no item (a), tendo em vista que a quase totalidade de seu resultado está vinculado à operação de sua controlada Suzano Papel e Celulose S.A.

A Política de Gestão Integrada de Riscos da controlada tem o objetivo de padronizar os conceitos, definições e práticas por ela adotadas, de forma que possam subsidiar a controlada no momento da tomada de decisões, aumentando a transparência das informações para a controlada e seus stakeholders, conforme aplicável.

A investida categoriza seus Riscos da seguinte maneira:

- Riscos Estratégicos;
- Riscos Financeiros;
- Riscos Operacionais;
- Riscos de Compliance.

A definição dos critérios para gestão de Riscos, analisando o contexto interno, que envolve a estrutura organizacional, processos, responsabilidades, sistemas de informação internos e relações com as partes interessadas internas, assim como o contexto externo, envolvendo a análise do ambiente cultural, legal, social, político, financeiro, tecnológico e econômico.

A avaliação de Riscos é um processo que serve como base e auxilia na tomada de decisão, identificando Riscos prioritários, que necessitam de tratamento e gestão. Os Riscos são

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

avaliados e classificados de acordo com o Impacto do Risco, sendo eles: baixo, médio, alto e severo.

Quanto à vulnerabilidade (probabilidade de ocorrência), os Riscos também são classificados em quatro diferentes graus, de acordo com o seguinte critério: baixo, médio, alto e severo.

A controlada possui uma área de Riscos Corporativos que tem o papel de fazer a gestão integrada dos riscos prioritários da investida em conjunto com as demais unidades de negócio.

c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, conforme descrito no item (a), tendo em vista que a quase totalidade de seu resultado está vinculado à operação de sua controlada Suzano Papel e Celulose S.A.

A controlada possui área de Controles Internos e sua respectiva uma política formal, tendo, como objetivo estabelecer princípios e responsabilidades a serem observados para o fortalecimento e funcionamento dos sistemas de controles internos da investida, mitigando os riscos de acordo com a complexidade de seus negócios, bem como disseminar a cultura de controles para garantir o cumprimento de leis, regulamentos e demais normas estabelecidas pelos órgãos reguladores ou pela própria investida.

Controles Internos consistem em um processo desenvolvido para garantir, com razoável certeza, que sejam atingidos os objetivos da controlada nas seguintes dimensões:

- Eficiência e efetividade operacional;
- Confiança nos registros de dados e informações;
- Conformidade; e
- Abordagem baseada em risco.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, tendo em vista que a quase totalidade de seu resultado está vinculado à operação de sua controlada Suzano Papel e Celulose, que possui uma política aprovada em novembro de 2015 pela sua Diretoria Executiva e é aplicável para todos os órgãos da administração e departamentos da Suzano Papel e Celulose S.A.

A Companhia segue, no que couber, a Política de Gestão de Riscos de Mercado e de Gestão de Derivativos da controlada, que é formalizada, e estabelece regras e orientações de procedimentos que permitirão:

- Proteger os resultados e o patrimônio da controlada contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção, ou ainda outros ativos ou instrumentos negociados em mercados líquidos ou não (“riscos de mercado”) aos quais o valor dos ativos, passivos ou geração de caixa da investida estejam expostos;
- Desenhar um processo estruturado de atribuições que servirá para ampliar e agilizar o processo decisório, buscando identificar novas oportunidades bem como evitar perdas;
- Otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco, tomando partido de hedges naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados, evitando o desperdício de recursos com a contratação de operações de modo ineficiente.

A última versão da política foi aprovada em novembro de 2015 pela Diretoria Executiva da controlada e é aplicável para todos os órgãos da administração e departamentos da Suzano Papel e Celulose S.A.

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, conforme descrito no item (a), tendo em vista que a quase totalidade de seu resultado está vinculado à operação de sua controlada Suzano Papel e Celulose, que possui uma política formal aprovada pela sua Diretoria Executiva.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

Com a finalidade de evitar a volatilidade dos preços e taxas de mercado, a controlada pode optar por realizar operações que mitigam essas variações. Para isso, são contratadas operações de derivativos, atreladas aos seguintes fatores de risco:

- (i) Câmbio;
- (ii) Juros;
- (iii) Celulose;
- (iv) Combustível de frete e outros insumos relacionados à produção.

O uso de derivativos deve ser exclusivamente para proteção de operações financeiras já contratadas ou fluxos de caixa da investida, não gerando alavancagem para a investida.

É permitida a contratação dos seguintes derivativos:

- Swaps;
- NDFs (non deliverable forward);
- Opções Plain Vanilla (zero cost - collar).

Para cada exposição da controlada há uma metodologia para a definição dos parâmetros de proteção utilizando produtos de derivativos. A definição destas práticas é acordada previamente entre as diretorias envolvidas diretamente com a origem e mitigação dos riscos de mercado das exposições.

Além disso, a controlada possui limite de hedge estabelecidos para cada tipo de exposição pautado em estudo realizado pela Tesouraria e apresentado ao Conselho de Administração da controlada.

c) A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, conforme descrito no item (a), tendo em vista que a quase totalidade de seu resultado está vinculado à operação de sua controlada Suzano Papel e Celulose, que possui uma política formal aprovada pela sua Diretoria Executiva.

De acordo com a Política de Gestão de Riscos de Mercado e de Gestão de Derivativos da controlada, a verificação da adequação das operações da controlada à referida política deve ser efetuada pela Área de Riscos. Os valores em risco e o cumprimento dos limites de exposição das operações contratadas devem ser acompanhados de forma a manter o enquadramento pré-estabelecido pela Diretoria da investida.

Caso algum limite seja excedido, cabe à Área de Riscos avisar imediatamente e por escrito ao Gerente Executivo de Finanças, para que este tome as medidas necessárias à readequação dos limites. Se o limite continuar excedido na segunda verificação, que deve ocorrer no dia seguinte,

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

o aviso deve ser dado a área de Riscos Corporativos. Finalmente, caso o limite continue sendo desrespeitado ao final do terceiro dia, a Diretoria deve ser informada.

A Diretoria decidirá então pela implementação de medidas que permitam o retorno aos limites de risco estabelecidos ou, se for o caso, pela revisão do limite, em face de condições excepcionais de mercado. Quando se tratar de mercados com baixa liquidez ou, ainda, quando as condições de mercado forem consideradas extraordinariamente desfavoráveis, a Diretoria poderá conceder o prazo que julgar conveniente para o reenquadramento das exposições aos limites de risco.

A controlada entende que a estrutura operacional e os controles internos adotados são adequados para verificação da efetividade da Política de Gestão de Riscos de Mercado e de Gestão de Derivativos, visto que possui um sistema bem definido de atribuições que serve para ampliar e agilizar o processo decisório, buscando identificar novas oportunidades bem como evitar perdas, além de otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco.

5.3 - Descrição dos controles internos

5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Para auditar a eficácia dos controles internos e práticas contábeis, a Companhia recorre aos diagnósticos da Auditoria Interna e as considerações da Auditoria Externa. A área de auditoria interna, por sua vez, contribui para o aprimoramento dos processos e direcionamento das oportunidades de melhoria identificadas por meio de planos de ação tratados com prioridade pelas áreas

Adicionalmente, a Companhia conta com uma gerência de gestão de riscos e controles internos com o objetivo de melhorar ainda mais sua estrutura de controles internos e governança corporativa. Dessa forma, os Diretores acreditam que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações contábeis é satisfatório e está investindo cada vez mais em controles sistêmicos a fim de aprimorá-los.

b) As estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui a seguinte estrutura organizacional para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

- Controladoria:
- Auditoria Interna.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A eficiência dos controles internos é supervisionada pelos seguintes responsáveis: Orlando de Souza dias - Vice Presidente Executivo e Diretor de Relação com Investidores Flavio Amaral - Diretor de Controladoria e Auditoria Interna.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Não foram identificadas deficiências relevantes sobre os controles internos da Companhia, que requeiram a implementação de ações corretivas para a assegurar a adequada elaboração das Demonstrações Financeiras

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

As questões pontuais reportadas pelos auditores independentes foram tratadas como oportunidades de melhoria e não como deficiências de controles internos da Companhia, não trazendo reflexos sobre as Demonstrações Financeiras auditadas.

5.4 - Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos:

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado aos quais a Companhia e sua controlada Suzano Papel e Celulose S.A. estão exposta ou na Política de Gestão Integrada de Riscos adotada pela referida controlada.

5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Não há outras informações relevantes que não tenham sido disponibilizadas

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	26/02/1954
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	11/03/1982

6.3 - Breve histórico

6.3. Breve histórico da Companhia:

A Companhia foi fundada em 1954 sob a denominação Feffer S.A. Comercial Importadora, tendo sua razão social alterada em 1960 para Nemo S.A. Administração de Negócios Mobiliários e em seguida para Nemo S.A. Comércio e Administração. Posteriormente, a Companhia teve a sua denominação social novamente alterada para SPP-Nemo S.A. e passou a abranger os objetivos de sociedade *holding*, *trading* e distribuidora.

Em 1981 foi aprovada a sua cisão, da qual resultou a criação da SPP-Nemo S.A. Comercial e Exportadora com os objetivos de *trading* e distribuidora e a alteração de sua denominação social para NemoFeffer S.A., com o objetivo social de apoiar empresas privadas nacionais.

Em 1982 a Companhia foi registrada como companhia aberta perante a CVM. Atualmente, as ações ordinárias, preferenciais classe "A" e preferenciais classe "B" de emissão da Companhia estão listadas na BM&FBOVESPA respectivamente sob os símbolos "**NEMO3**", "**NEMO5**" e "**NEMO6**".

Em assembleia geral extraordinária realizada em 29 de novembro de 1988, foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da Companhia, com versão da parcela cindida para a constituição de uma nova sociedade denominada Polpar S.A.

Em 2003 deu-se início à implementação de um amplo processo de reestruturação societária e organizacional do grupo econômico da Companhia, visando a agregar valor para os acionistas, através do foco em profissionalização, na alta performance gerencial, na redução dos custos corporativos e na implantação de mecanismos de controle das subsidiárias, com o objetivo de atingir o equilíbrio entre o maior grau de autonomia de gestão das empresas controladas e uma atuação mais estratégica e de longo prazo para os acionistas controladores, observando-se as melhores práticas de governança corporativa. A NemoFeffer S.A. teve então sua denominação social alterada para Suzano Holding S.A., sendo selecionados executivos internamente e no mercado para a sua direção, com vistas a capacitá-la para exercer, de forma plena e alinhada, suas funções de formulação estratégica, controle e elaboração de políticas corporativas.

Durante o ano de 2005, foi iniciada a elaboração do código de conduta da Companhia. A intenção foi a de obter dos administradores, gestores e colaboradores das sociedades integrantes do grupo econômico um compromisso com os princípios éticos que norteiam a atuação empresarial, além de disseminá-los a toda a sua rede de relacionamentos. Os princípios éticos da Companhia, que foram definidos com base nos valores corporativos e nos pilares de gestão, são os seguintes: (i) governança corporativa; (ii) integridade; (iii) transparência; (iv) desenvolvimento sustentável; e (v) valorização profissional.

A principal atividade da Companhia é a participação, como sócia, em outras sociedades. A Companhia possui atualmente participações nas seguintes sociedades: (i) Suzano Papel e Celulose S.A.; (ii) Premesa S.A.; e (iii) Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.5. Pedidos de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

NÃO APLICÁVEL. Nunca houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras informações relevantes

6.6. Outras informações que a Companhia julgue relevantes

Não há informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido inseridas nos demais itens do Formulário de Referência.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

7.1. Descrição sumária das atividades desenvolvidas pela Companhia e por suas controladas:

Suzano Holding S.A

A sociedade é uma holding de um conglomerado industrial que tem como atividade principal a produção e comercialização de papel e celulose através de sua controlada Suzano Papel e Celulose S.A.

Suzano Papel e Celulose S.A

A Companhia e suas controladas têm como atividade principal a fabricação e a comercialização, no País e no exterior, de celulose de fibra curta de eucalipto e papel, além da formação e exploração de florestas de eucalipto para uso próprio e venda a terceiros.

Premesa S.A.

A controlada tem por objeto a locação, incorporação e compra e venda de imóveis, e participação em outras sociedades.

Nemonorte Imóveis e Participações. Ltda.

A controlada tem por objeto a conservação e administração de imóveis, especialmente próprios e de seus sócios, excluídas as atividades reservadas pela lei nº 6.350 de 12/05/1978.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2. Segmentos operacionais que tenham sido divulgados nas 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social:

a) Produtos e serviços comercializados

As receitas da companhia decorrem principalmente do segmento de papel e celulose, que é a principal atividade da controlada Suzano Papel e Celulose S.A, e da atividade imobiliária das controladas Premesa S.A. e Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

	31.12.15			
	Celulose	Papel	Imobiliário	Total
Receita líquida (R\$ mil)	6.603.406	3.620.955	367	10.224.728
Participação na receita líquida	64,6%	35,4%	0,0%	100%
	31.12.14			
	Celulose	Papel	Imobiliário	Total
Receita líquida (R\$ mil)	3.851.303	3.413.296	761	7.265.360
Participação na receita líquida	53,0%	47,0%	0,0%	100%
	31.12.13			
	Celulose	Papel	Imobiliário	Total
Receita líquida (R\$ mil)	2.577.288	3.111.337	934	5.689.559
Participação na receita líquida	45,3%	54,7%	0,0%	100%

c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

A controlada Suzano Papel e Celulose S.A não calcula o lucro ou prejuízo separadamente para cada um dos segmentos em que atua, uma vez que é uma produtora integrada de celulose e papel e muitas das funções de sua estrutura operacional, tais como áreas de compras, tecnologia da informação, logística, finanças, administração e recursos humanos são compartilhados por ambos os segmentos, não sendo possível a alocação das despesas associadas com tais atividades. O mesmo ocorre com algumas contas da demonstração de resultados, como despesas e receitas financeiras e imposto de renda e contribuição social, que são calculadas de forma consolidada.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3. Produtos e serviços dos segmentos operacionais divulgados no item 7.2:

a) Características do processo de produção

As características do processo de produção se referem às atividades da controlada Suzano Papel e Celulose S.A, conforme explicado abaixo.

Processo de Produção de Celulose e de Papel

O processo de produção de papel compreende três etapas: (i) a formação das florestas e seu corte; (ii) a produção da celulose; e (iii) a produção do papel. Em linha com a estratégia da Controlada de conduzir seus negócios de acordo com os mais altos padrões ambientais, a Controlada utiliza técnicas de plantio e colheita que sejam menos agressivas e que exijam menos ao meio ambiente, tais como cultivo mínimo e técnicas de preparo do solo, o que evita erosão e mantém o solo mais úmido proporcionando elevados níveis de eficiência e produtividade.

Formação de Florestas e seu Corte

A formação de florestas começa nos viveiros da Controlada, onde a Controlada utiliza técnicas disponíveis de clonagem, e em viveiros terceirizados que utilizam material genético desenvolvido pela Controlada. As mudas produzidas nos viveiros da Controlada são variedades de eucalipto de alta produtividade florestal e que melhor se adaptam ao clima e demais características das respectivas microrregiões onde serão plantadas. A Controlada utiliza colheitadeiras mecânicas (*harvesters*) que cortam as árvores em altura próxima ao solo, descascam e cortam o tronco em toretes. Parte da casca, galhos e folhas permanecem na floresta. Os toretes são transportados para a beira dos talhões de plantio por equipamentos específicos (*forwarder* e auto carregável) e dali são transportados em caminhões para a fábrica.

A gestão de nossas florestas é a base de sustentação dos negócios da Controlada, baseada no plantio e manejo de florestas renováveis e visa o abastecimento competitivo de madeira, por meio do planejamento de longo prazo, do desenvolvimento e a aplicação de melhoramento genético. Em 31 de dezembro de 2015, a Controlada possuía 1,09 milhão de hectares de terras, dos quais 557 mil hectares eram ocupados por plantios de eucalipto, 478 mil hectares destinados à preservação ambiental, garantindo o atendimento à legislação que determina o percentual de área para as reservas legais e de preservação permanente localizadas principalmente às margens dos rios. As unidades de produção estão em cumprimento ou excedem os padrões ambientais tanto brasileiros quanto internacionais relativos à produção de papel e celulose.

Dado o elevado grau de integração entre a produção de celulose e papel, a Controlada detém baixo custo de conversão de celulose para papel.

Muitos fatores contribuem para nossa vantagem competitiva em relação ao custo da madeira para a produção de celulose: (i) topografia favorável, materiais genéticos adequados às condições de clima e solo nas regiões do Brasil onde operamos; (ii) programa de melhoramento genético e desenvolvimento operacional na silvicultura e colheita; (iii) baixa distância média entre as nossas florestas plantadas e fábricas, que estão entre as menores do Brasil; (iv) nosso sistema de seleção de clones, que visa melhorar o rendimento de nossas florestas e desempenho industrial, integrando nossas atividades florestais e industriais; e (v) nossas técnicas sustentáveis de manejo florestal, tais como plantação de mosaico e técnica de cultivo de mínimo. Juntos, esses fatores nos permitem desfrutar de: (i) um elevado aumento de volume médio de madeira por hectare plantado; (ii) uma maior concentração de fibras por tonelada de madeira colhida; (iii) desenvolvimento sustentável de nossas operações; e (iv) rotações de colheita de árvores de eucalipto de aproximadamente sete anos, um dos períodos mais curtos do que de outras regiões do mundo.

Produção de Celulose

- O Processo Kraft de Cozimento

Os toretes recebidos nas fábricas de celulose são, se necessário, descascados e posteriormente picados em cavacos. Os cavacos são, então, transferidos por esteira transportadora aos digestores, onde passam por um processo de cozimento com adição de sulfato de sódio e soda cáustica. Este processo de cozimento, designado Processo Kraft, minimiza os danos às fibras da celulose, de forma a preservar sua uniformidade e resistência. Durante o cozimento, as fibras de celulose são separadas da lignina e resinas, quando então é obtida a celulose

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

não branqueada. Numa fase de pré-branqueamento, a celulose é então lavada e submetida a um processo de deslignificação por oxigênio que, combinado com o Processo Kraft, remove aproximadamente 95% da lignina. A esta altura do processo, uma pequena parcela da fibra de celulose produzida é utilizada na produção de alguns tipos de papelcartão. A lignina e os produtos resultantes do Processo Kraft compõem o chamado “licor negro”, que é separado e enviado para evaporadores para elevar a concentração de sólidos e em seguida para uma caldeira de recuperação. Neste equipamento, o licor negro é utilizado como combustível para a produção de vapor e energia elétrica e, recupera-se, aproximadamente, 99% das substâncias químicas utilizadas no Processo Kraft.

- Branqueamento

A próxima etapa do processo de produção de celulose é o processo de branqueamento químico. Os atuais complexos branqueadores da Controlada consistem em uma série de torres de branqueamento de média densidade através das quais passa a celulose deslignificada. Cada torre de branqueamento contém uma mistura diferente de agentes branqueadores. As sequências mais evoluídas do processo de branqueamento são do tipo “Elemental Chlorine Free”, ou ECF e são as empregadas por todas as unidades industriais da Controlada. Essas sequências utilizam químicos como Oxigênio – O₂, Peróxido de Hidrogênio – H₂O₂ e o Dióxido de Cloro – ClO₂, que são tratados via estação de tratamento de efluentes em harmonia com o meio ambiente. Ao final desta etapa a celulose branqueada é transferida para torres de armazenagem. A partir deste ponto, ela pode ser destinada diretamente para as máquinas de papéis nas Unidades Mucuri, Limeira e Suzano, transferida para a Unidade Rio Verde ou, ainda, no caso da celulose de mercado, para secadoras onde a celulose é então seca, moldada em folhas e cortada e, em seguida, embalada para o cliente.

Produção de Papel

A Controlada produz papel para imprimir e escrever do tipo não revestido nas Unidades de Limeira, Suzano, Mucuri, e Rio Verde. Produz papel para imprimir e escrever revestido nas Unidades de Suzano e Limeira e papelcartão na Unidade de Suzano. A Controlada inicia a produção de papel encaminhando a celulose para refinadores, que aumentam o nível de resistência das fibras. Após o refino, a máquina de papel é alimentada com a solução de celulose que é misturada a outros materiais e aditivos de forma a fornecer as propriedades demandadas pelos consumidores finais. Estes aditivos incluem cola sintética, carbonato de cálcio precipitado (processo alcalino), alvejantes ópticos e outros. Durante o processo de produção de papel e papelcartão, a folha é formada, prensada e seca. Na etapa final do processo, rolos de papel de grande dimensão são convertidos em bobinas, papel formato fôlio e papel cut-size. No caso do papel revestido, o papel passa por tratamentos adicionais, com aplicações de tinta de revestimento nas duas faces do papel, antes de ser cortado conforme as especificações do cliente ou do convertedor.

A Controlada monitora a produção por um sistema computadorizado que controla cada etapa do processo de produção. A programação e o controle da produção de papel são feitos com estreita coordenação entre as áreas de marketing, vendas e produção. Desta forma, a Controlada é capaz de planejar, otimizar e customizar a programação de produção, bem como de antecipar e responder com flexibilidade às variações sazonais e preferências dos consumidores.

Turnos da Produção de Papel e Celulose

As fábricas integradas de papel e celulose da Controlada operam em três turnos, durante 24 horas por dia, todos os dias do ano, com exceção das paradas programadas de manutenção. As datas das paradas são flexíveis e podem ser alteradas em função de fatores relacionados à produção, mercado e fornecedores.

A Controlada mantém um estoque de determinadas peças sobressalentes consideradas críticas devido à sua função no processo de produção ou devido à dificuldade de encontrar substitutos. A Controlada também desenvolve um relacionamento estreito com seus fornecedores de forma a assegurar seu acesso a peças sobressalentes.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

b) Características do processo de distribuição

A Controlada Suzano Papel e Celulose conta com equipes de vendas próprias nas unidades de negócio de celulose e papel com atuação nacional e internacional, responsáveis pela comercialização dos seus produtos diretamente aos usuários finais ou intermediários distribuidores.

Celulose

A Unidade de Negócio Celulose possui uma estratégia comercial lastreada em 3 pilares: relacionamento, parceria de longo prazo e serviços diferenciados.

A partir da equipe brasileira (que atende o mercado da América Latina) e dos escritórios internacionais, localizados na Europa (Suíça), América do Norte (EUA) e Ásia (China), a empresa garante proximidade com seus clientes, oferecendo pacotes de soluções comerciais e técnicas em linha com suas necessidades. Para garantir serviços diferenciados, as gerências de assistência técnica do Brasil e de cada escritório internacional atuam intensivamente no apoio às necessidades dos clientes, com o objetivo de propor soluções técnicas inteligentes que incentivem o uso e a migração das demais fibras para a celulose de fibra de Eucalipto – Suzano Pulp.

Periodicamente, a Controlada realiza workshops técnicos no Brasil e em cada um dos continentes em que atua, para dividir com os escritórios e clientes as iniciativas em inovação, técnicas em desenvolvimento e alinhamento estratégico e mercadológico.

Papel

Em 2015, aproximadamente 64% da receita de papel da Controlada foram proveniente de vendas no Brasil. Para melhor atender este mercado, a Controlada o dividiu o negócio de papel em sete grandes segmentos. Como as necessidades destes subsegmentos são diferentes, a Controlada estruturou suas ações de marketing, comerciais e estratégicas de acordo com o mercado, com áreas focadas nos diferentes subsegmentos, são eles:

- Embalagem: Principal destino das vendas de papelcartão, como o próprio nome sugere, é responsável pela produção de embalagens para as indústrias farmacêutica, cosmética, tabaco, brinquedos, vestuário e calçados, alimentos e bebidas, e higiene e limpeza.
- Promocional: comercializa principalmente papéis revestidos, produz, entre outros, encartes promocionais, catálogos, displays e cartazes.
- Editorial: Caracterizado pela produção de livros, revistas e jornais, consome papéis de imprimir e escrever não-revestido, revestido e papelcartão.
- Cadernos: Atendendo ao mercado doméstico e exportações, este segmento é responsável pela produção de cadernos e agendas e consome os papéis não-revestidos e papelcartão.
- Mailing: predominantemente utiliza-se a linha de papéis não-revestidos para a produção de formulários, faturas e envelopes.
- Office: abrange os sub-segmentos copistas, concorrências e corporativo, comercializa apenas papéis não-revestidos no formato cut-size (papel cortado), com predominância do formato A4.
- Varejo: Assim como o subsegmento Office, este segmento comercializa apenas papéis não-revestidos no formato cut-size (papel cortado), com predominância do formato A4, porém com foco de atuação em papelarias, auto- serviços e conveniência.

A Controlada possui distribuidoras próprias de papéis e produtos gráficos, sendo uma operação no Brasil e uma operação na Argentina, a Stenfar S.A.I.C. Importadora y Exportadora (“Stenfar”).

Para distribuição de papel no Brasil, a Controlada conta com quatro Centros de Distribuição Regionais (CDRs), sendo dois em São Paulo, um em Serra (ES) e um em São José dos Pinhais (PR), além de 16 Centros de Distribuição Locais (CDLs), localizados em Belém (PA), Belo Horizonte (BH), Brasília (DF), Campinas (SP),

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Campo Grande (MS), Cuiabá (MT), Fortaleza (CE), Goiânia (GO), Londrina (PR), Manaus (AM), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Ribeirão Preto (SP), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), Uberlândia (MG).

Além da sua própria linha de papelcartão e papéis para imprimir e escrever, a Controlada também distribui outras 23 linhas de produtos, atendendo aos segmentos gráfico, editorial, de consumo, convertedor e aos órgãos públicos.

A Stenfar, distribuidora própria de papéis e suprimentos de informática, em operação na Argentina, conta com 58 anos de existência, e possui uma presença ativa e importante participação no mercado. A distribuidora possui três filiais: Buenos Aires, Córdoba e Mar del Plata. Esta operação atende aos segmentos gráfico, editorial, de consumo, convertedor e aos órgãos públicos, trabalhando com papéis para imprimir e escrever, papel cartão e suprimentos de informática. Acredita-se, com base em estimativas do mercado realizadas para o setor de distribuição de papéis e suprimentos de informática, que a Stenfar é uma das maiores distribuidoras locais atuantes nesse setor.

As operações de distribuição no Brasil e da Stenfar reforçam o compromisso da Controlada com o fortalecimento do seu canal de distribuição, ampliando a sua capilaridade e beneficiando diretamente os seus clientes, pela maior proximidade e agilidade no atendimento a clientes, além da oferta de portfólio mais completo de produtos e serviços.

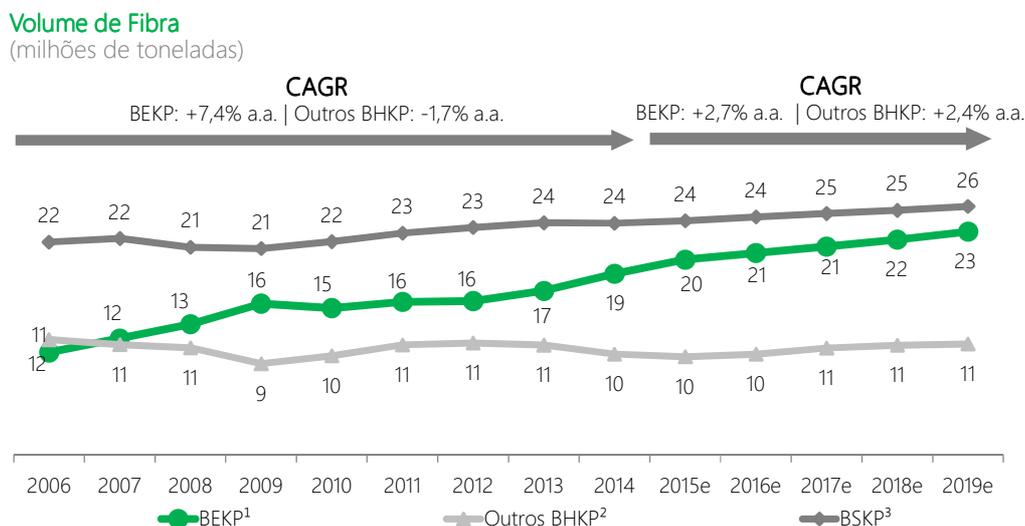
c) Características dos mercados de atuação: (i) participação em cada um dos mercados; (ii) condições de competição nos mercados

As características dos mercados de atuação se referem a controlada Suzano Papel e Celulose S.A., conforme demonstramos abaixo.

Celulose

De acordo com Hawkins Wright, o total da capacidade de celulose de eucalipto no mundo em 2015 foi de 21,2 milhões de toneladas, estando predominantemente na América Latina com 18,7 milhões de toneladas. O Brasil é o maior produtor do mundo de celulose de eucalipto com 14,1 milhões de toneladas de capacidade em 2015, seguido do Uruguai com 2,5 milhões de toneladas. Outros tipos de fibra curta são produzidos em outras regiões, como, por exemplo, a Ásia. A produção de fibra longa concentra-se principalmente no hemisfério norte, sendo que Canadá e Estados Unidos são responsáveis por 51% do total produzido de fibra longa no mundo.

Conforme demonstrado no gráfico abaixo, a competitividade da fibra de eucalipto leva à substituição de fibras:



Fonte: Hawkins Wright (dez/2015)

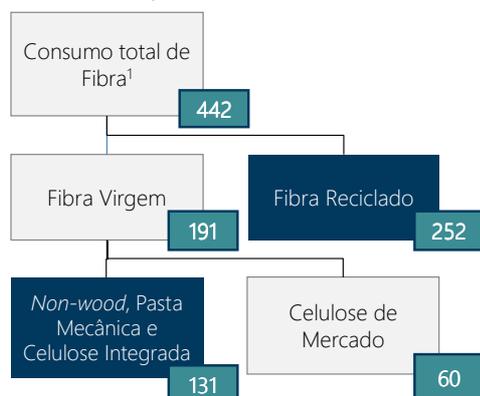
¹ Bleached Eucalyptus Kraft Pulp | ² Bleached Hardwood Kraft Pulp | ³ Bleached Softwood Kraft Pulp

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Globalmente, conforme demonstrado no gráfico abaixo contemplando pesquisa realizada pela Pöyry e Hawkins Wright, o mercado de celulose representou 14% do consumo de fibra para a produção de papel:

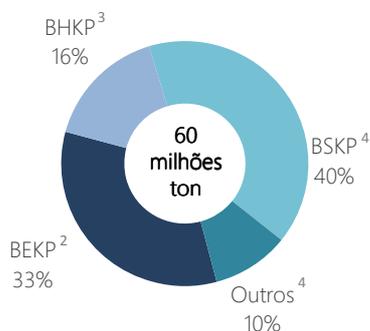
Consumo de Fibra

(milhões de toneladas)



Composição da Celulose de Mercado

(%)



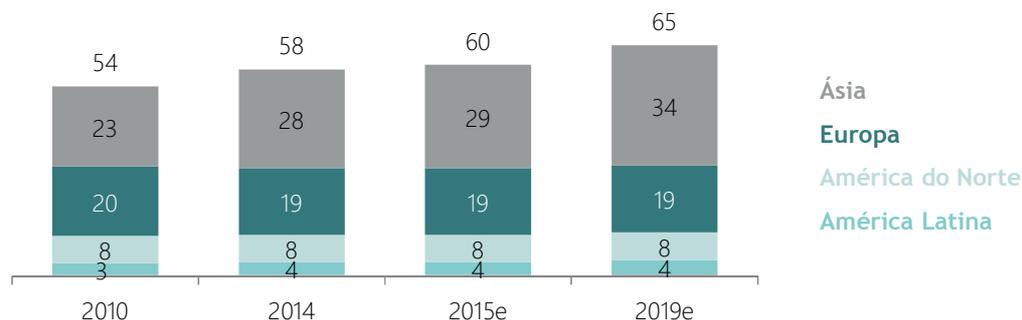
¹ Não inclui Fluff e Celulose Solúvel | ² Bleached Eucalyptus Kraft Pulp | ³ Bleached Hardwood Kraft Pulp | ⁴ Bleached Softwood Kraft Pulp | ⁵ Inclui celulose química não-branqueada e sulfite

Fonte: Poyry (2013) e Hawkins Wright (dez/2015)

O crescimento da demanda por celulose de mercado é impulsionado pelo consumo da fibra na Ásia, que tem investido em fábricas de papel não integradas. O crescimento da oferta acontece na América Latina, região mais competitiva para produção de celulose.

Demanda Global de Celulose de Mercado

(milhões de toneladas)



CAGR Demanda	2010 – 2014	2015e – 2019e
América do Norte	0,0%	+0,5%
Europa	-1,0%	+0,1%
Ásia	+5,4%	+3,8%
América Latina	+1,5%	+2,7%
Outros*	0,0%	+5,2%
Total	+2,1%	+2,2%

*Outros compreende a Oceania

Fonte: Hawkins Wright (dez/15) e Suzano

A demanda global por celulose branqueada de mercado em 2015 somou 59,9 milhões de toneladas, segundo dados da Hawkins Wright (consultoria especializada na indústria de celulose de mercado), sendo deste total 50% de fibra curta, 40% de fibra longa. Do volume total de fibra curta, 62% são de fibra de eucalipto, segmento de mercado da Controlada.

Nos últimos dez anos, segundo dados da Hawkins Wright, a demanda por celulose de eucalipto cresceu a uma taxa anual de 7,7%, enquanto a demanda por outros tipos de fibra curta retraiu -1,5% a.a. e de fibra longa cresceu a uma taxa anual de 1,1%.

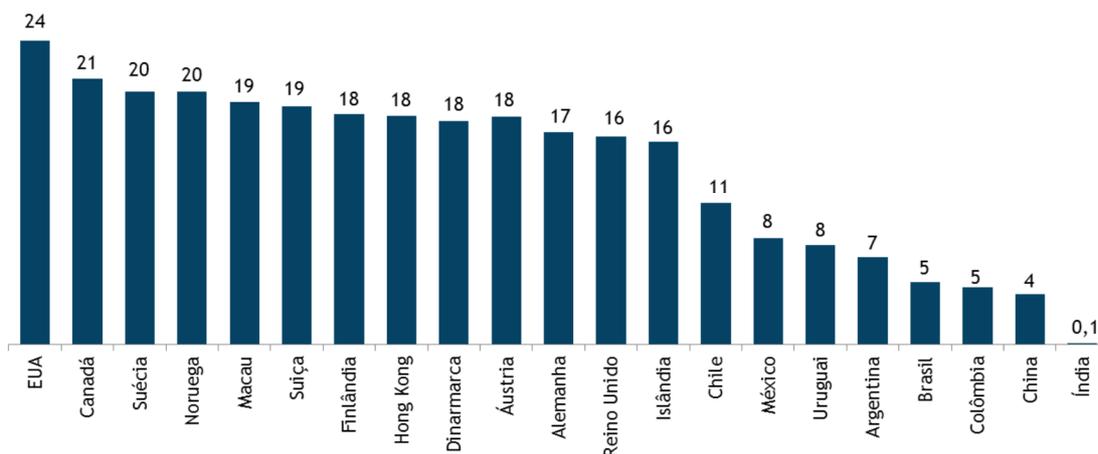
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Os segmentos de papéis que consumiram celulose de mercado, em 2015, foram: papéis sanitários (35%), imprimir e escrever (30%), especialidades (15%), fluff (10%), e outros (11%) (fonte: End Use Survey 2015, Hawkins Wright). Vale destacar que o primeiro segmento, representam 57% do uso final dado à celulose comercializada pela Controlada no ano de 2015.

A demanda por papéis para fins sanitários é impactada pela cultura, pelo crescimento econômico (PIB) e pelo desenvolvimento do país (urbanização). A participação desse segmento na demanda total por papéis deve crescer em função da maior demanda nos países em desenvolvimento, conforme gráfico abaixo:

Consumo per capita de Papéis para Fins Sanitários

(Kg/habitante/ano)



Fonte: World Tissue Business Outlook - RISI (2013)

De acordo com estudo baseado no Hawkins Wright, considerando a produção mundial de celulose e as fábricas já em operação em plena capacidade, a Controlada está na quinta posição com 5,6% do *market share*, sendo que o produtor líder de mercado detém somente 8,9% da produção mundial. Ao considerar apenas a produção mundial de celulose de fibra curta, a Controlada encontra-se na segunda posição com 10,5% do *market share*.

Maiores Produtores de Celulose de Mercado do Mundo

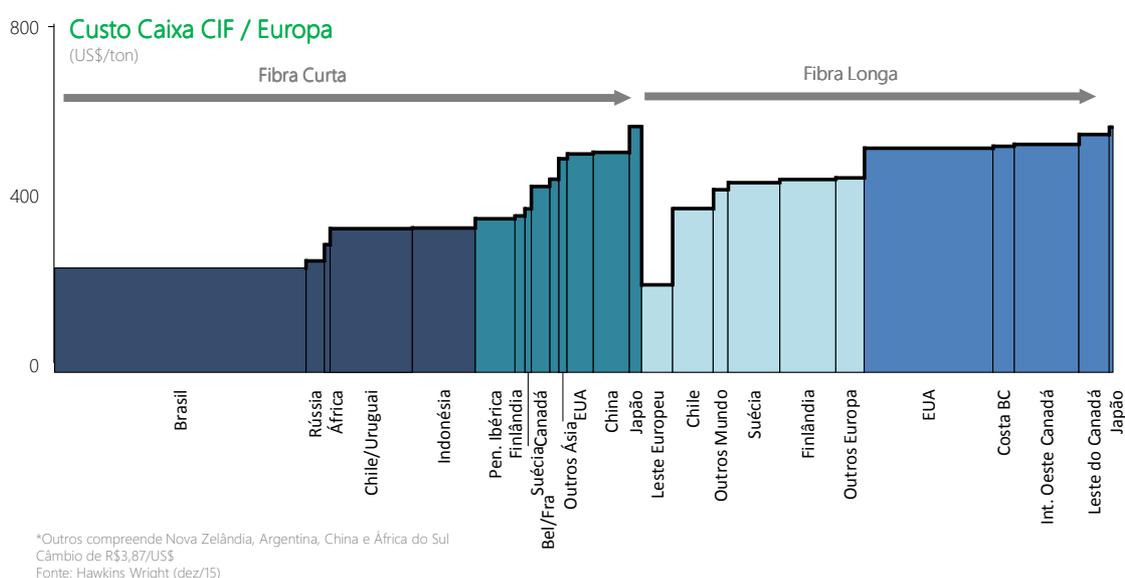
Posição	Companhia	País / Região	Capacidade (mil toneladas/ano)
1	Fibria	Brasil	5.573
2	Arauco	Chile / Argentina	3.850
3	CMPC ²	Chile / Brasil	3.625
4	APRIL	Indonésia / China	3.600
5	Suzano	Brasil	3.465
6	APP and Affiliates	Ásia / Europa/ Am. do Norte	3.195
7	UPM-Kymmene	Finlândia / Uruguai	2.540
8	Stora Enso	Países Nórdicos / Brasil	2.503
9	Georgia Pacific	EUA	2.310
10	Ilim	Rússia	1.995
11	Metsa Group	Finlândia / Suécia	1.810

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

12	Weyerhaeuser	EUA / Canadá	1.785
13	IP	USA / Rússia / França	1.770
14	Eldorado	Brasil	1.700
15	Mercer	Canadá / Alemanha	1.555
16	Domtar	EUA / Canadá	1.545
17	Sodra	Suécia / Noruega	1.415
18	Resolute Forest Product	Canadá	1.325
19	Cenibra	Brasil	1.275
20	Canfor Corporation	Canadá	1.050
20 maiores produtores			47.885

Fonte: Baseado no Outlook for Market Pulp – Dez/15, Hawkins Wright, porém considerando full capacity. Não considera pasta mecânica.

O Brasil apresenta custos de produção entre os mais baixos do mundo. O gráfico abaixo apresenta o custo-caixa (CIF Europa) de celulose de mercado, que compreende os custos totais de produção. Os dados foram apurados pela Hawkins Wright em dezembro de 2015, e os valores foram expressos em dólares por tonelada:

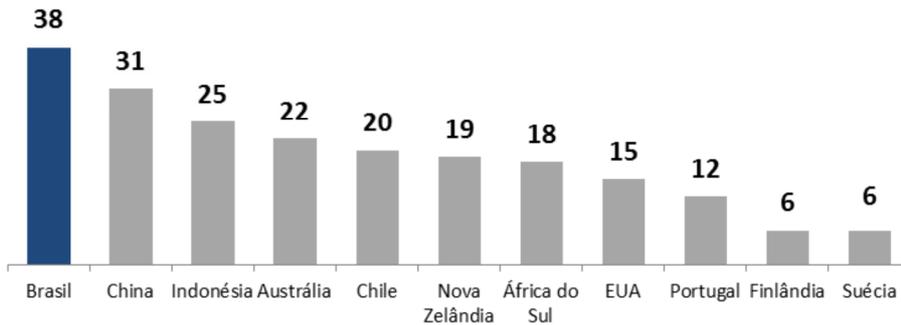


Dentre as vantagens competitivas do Brasil estão: (i) disponibilidade de terras produtivas, (ii) excelentes condições de solo e climáticas, (iii) florestas plantadas de ciclo curto, (iv) potencial de recuperação de áreas degradadas e (v) baixo custo de formação e manutenção.

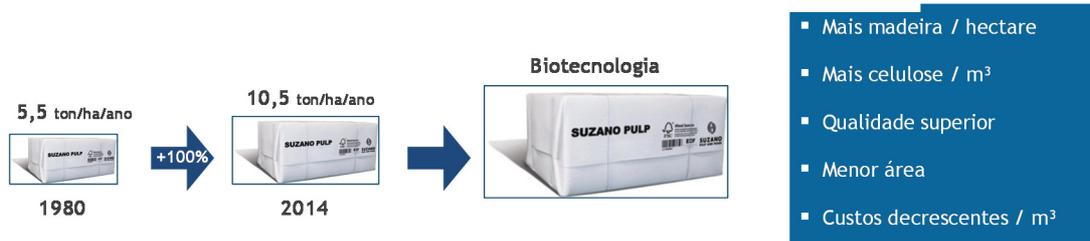
Em 2015 a Controlada alcançou volume de vendas de 3,3 milhões de toneladas de celulose, volume 15,5% maior que em 2014, com receita líquida consolidada de R\$ 6,6 bilhões. A receita líquida foi impulsionada pelo maior volume de vendas de celulose em função da produção a plena capacidade da Unidade de Imperatriz, além do aumento do preço lista e da desvalorização cambial no período.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Produtividade em Folhasas (m³/ha/ano)



Fonte: ABRAF - 2014



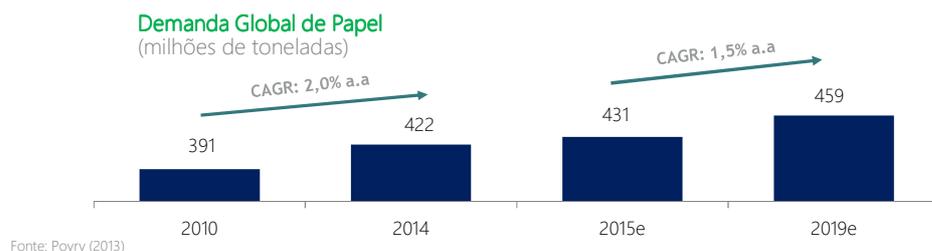
A Ásia representou 40% da receita do negócio de celulose da Controlada em 2015, seguido da Europa com 32%, América Latina com 15%, América do Norte com 13%.

Papel

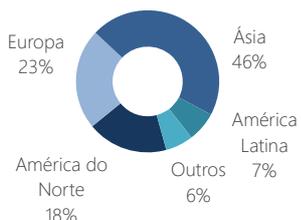
O mercado de papel é composto basicamente por 4 (quatro) segmentos: papéis para imprimir e escrever, papéis para embalagem, papéis especiais e papéis para fins sanitários. A Controlada atua nos segmentos de papéis para imprimir e escrever, papéis para embalagem e papéis especiais. Os papéis de imprimir e escrever são usados em livros, revistas, catálogos, impressão comercial, formulários, dados variáveis, cópias e jornais. Os papéis para embalagem são utilizados em embalagens primárias e secundárias, nos mercados de alimentos, farmacêutico, cosmético, eletrônicos, limpeza, higiene pessoal, brinquedos e calçados. Os papéis especiais englobam papéis autocopiativos, reciclados, papéis decorativos, papéis de segurança, auto-adesivos e papel para cigarros. Em 2014, 26% da demanda total de papel foi destinada a papéis para imprimir e escrever, 50% para papéis para embalagem, 8% papéis para fins sanitários e 16% outros papéis, segundo a Pöyry Management Consulting.

De acordo com a Pöyry, o crescimento da demanda global de papel de 2015 a 2019 é estimado em 1,5% ao ano, impulsionado pelos países emergentes. Abaixo o gráfico demonstrando a demanda global de papel em cada região e por tipo de papel:

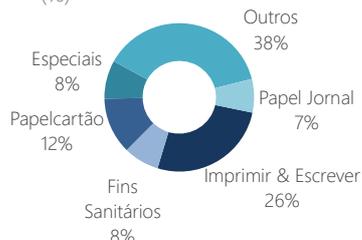
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Consumo por região
(%)



Consumo por segmento
(%)

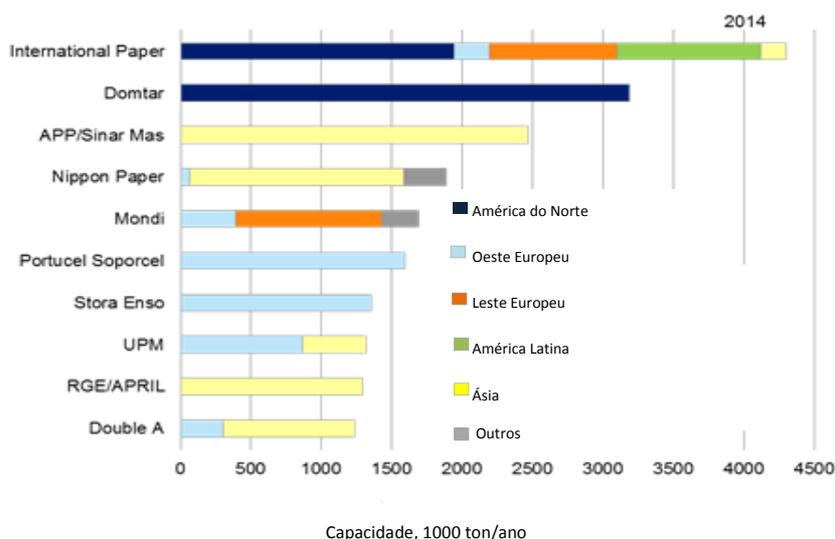


Diferentes fatores influenciaram e influenciam o crescimento da demanda mundial por papéis, tais como: (i) crescimento do PIB; (ii) crescimento populacional; e (iii) elevação do consumo per capita.

Já nos mercados considerados “maduros”, como Japão, Oeste Europeu e América do Norte, o crescimento no consumo de papel e papelcartão vem ocorrendo em um ritmo mais lento, devido: (i) à queda nas taxas de crescimento da população; (ii) ao avanço nas formas e facilitação de acesso às mídias eletrônicas e TV a cabo; e (iii) à redução de gramaturas dos papéis.

O mercado mundial de papel possui diferentes produtores e concentrações de acordo com o tipo de segmento, conforme dados divulgados pela Pöyry Management Consulting. A seguir são apresentados os principais produtores dos mercados que a Controlada participa.

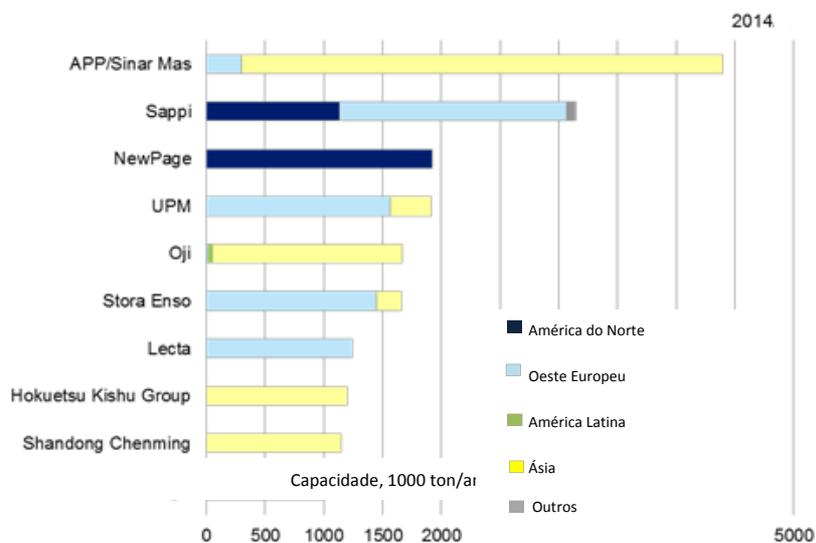
10 maiores produtores mundiais de Papéis para Imprimir e Escrever Não Revestidos – 2014 (mil toneladas)



Fonte: Poyry Consulting (World Paper Markets up to 2030)

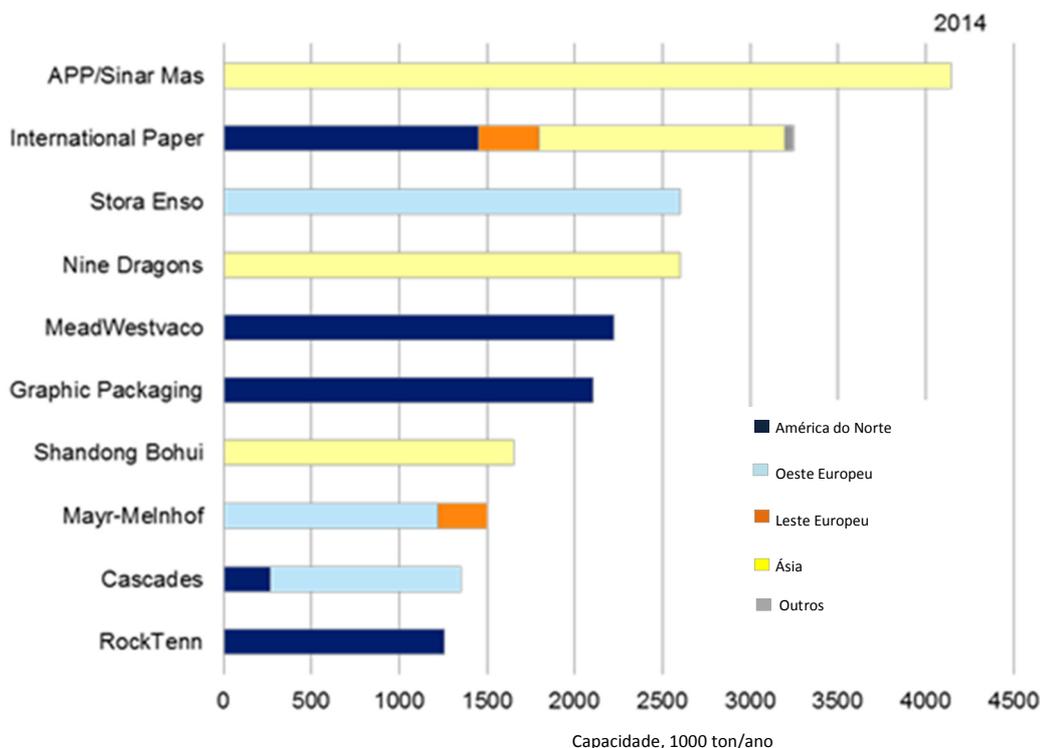
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

10 maiores produtores mundiais de Papéis para Imprimir e Escrever Revestidos – 2014 (mil toneladas)



Fonte: Poyry Consulting (World Paper Markets up to 2030)

10 maiores produtores mundiais de Papéis para Embalagem – 2014 (mil toneladas)



Fonte: Poyry Consulting (World Paper Markets up to 2030)

Nos segmentos em que atua, a Controlada possui 0,8% de participação no mercado mundial, sendo 1,0% no mercado de imprimir e escrever e 0,5% do mercado de papéis para embalagem.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Controlada comercializa cerca de 85% das vendas de papel na América do Sul e Central, região foco de sua atuação. A participação de mercado da Controlada varia em cada uma das regiões que atua.

No Brasil, onde sua presença é mais significativa, seu *market share* nos papéis de imprimir e escrever, mercado no qual a Controlada é líder, foi de 36,6%, 38,3% e 41,2% e no papelcartão 27,9%, 29,5% e 28,8%, nos anos de 2013, 2014 e 2015, respectivamente, conforme dados divulgados pela Indústria Brasileira da Árvores (Ibá).

Das vendas destinadas à exportação, a receita proveniente de vendas para países da América Latina representou 42,1%, 47,9% e 49,4% do total em 2013, 2014 e 2015, respectivamente. Receita proveniente da Europa representou 15,1%, 12,1% e 11% e da América do Norte 39,1%, 37,4% e 27,9% em relação à receita total com exportação nos anos de 2013, 2014 e 2015, respectivamente.

Os preços de papel tendem a ser menos voláteis em relação aos preços da celulose. No entanto, sendo a celulose um insumo relevante em termos de custos na produção de papel, aumentos no preço desse insumo tendem a influenciar os preços mundiais de papel. Em 2015, o preço médio da celulose de eucalipto comercializada pela Controlada foi de R\$ 2.006/ tonelada enquanto que o preço líquido médio do papel foi de R\$ 2.944/tonelada.

d) Eventual sazonalidade

Os produtos florestais, como celulose e papel, são tipicamente cíclicos. Oscilações nos estoques são frequentemente importantes na determinação dos preços. Ademais, a demanda por papel depende muito das condições econômicas gerais e, tendo em vista que a capacidade de produção se ajusta lentamente às mudanças na demanda, estas também contribuem para a natureza cíclica da indústria.

Especificamente no Brasil, a demanda por papéis apresenta-se mais aquecida no segundo semestre de cada ano, principalmente, em função de fatores como programas governamentais, a exemplo do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), e a produção de livros e cadernos para a volta às aulas. Mudanças na capacidade de produção também podem influenciar os preços.

Em comparação ao mercado de celulose, o mercado de papel apresenta um número maior de produtores e consumidores e maior diferenciação por produto. Apesar do preço do papel ser cíclico e estar historicamente atrelado ao preço da celulose, com uma ligeira diferença temporal, ele é, em geral, considerado menos volátil do que o preço da celulose. Os principais fatores que afetam o preço do papel são a atividade econômica, a capacidade de expansão da produção e a flutuação nas taxas de câmbio.

Não obstante, os impactos da sazonalidade dos negócios da Controlada não provocaram impactos significativos nos trimestres e na apuração dos resultados anuais nos três últimos exercícios. Por essa razão, a Controlada não mensurou impactos da sazonalidade nos seus resultados.

e) Principais insumos e matérias primas, informando: (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; (ii) eventual dependência de poucos fornecedores; e (iii) eventual volatilidade em seus preços

Os principais insumos e matérias primas utilizados pela Controlada Suzano Papel e Celulose em seu processo produtivo são: madeira, energia, produtos químicos e água.

Matérias Primas

As principais matérias-primas utilizadas na produção de papel e celulose estão descritas abaixo:

- Madeira, Papel Reciclado e Pastas Mecânicas

A Controlada utiliza três fontes de fibras na produção de seus papéis (i) celulose que a própria Controlada produz; (ii) papéis reciclados; e (iii) pastas mecânicas. O papel reciclado pré e pós consumo e as pastas mecânicas são usados nas camadas interiores de alguns tipos de papelcartão. O papel reciclado serve também de matéria-prima para a produção do papel Reciclato da Controlada (o primeiro papel reciclado para imprimir e escrever não

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

revestido produzido em escala industrial no Brasil, cuja produção foi iniciada em 2001). A Controlada utiliza o eucalipto para a produção de toda sua celulose.

- Energia

A Controlada utiliza diversas fontes de energia. A principal delas, produzida no próprio processo de fabricação da celulose, é resultante da queima do licor negro na caldeira de recuperação. O vapor produzido nesta queima é empregado na geração de energia elétrica e em diversos outros usos no processo produtivo da Controlada. Uma segunda fonte de energia, também associada ao processo de produção, consiste na queima de resíduos florestais (cascas e galhos de eucalipto) em uma caldeira auxiliar, onde também podem ser utilizados gás natural e óleo combustível.

A Controlada trabalha em direção à redução do consumo de energia e à autossuficiência. Nas unidades de Mucuri e Imperatriz, por exemplo, são produzidos internamente 100% da energia consumida, em sua maior parte a partir de fontes renováveis, com aplicação do reuso dos resíduos da madeira. Isso é possível graças ao processo de recuperação química utilizado nas indústrias. O processo Kraft possibilita à Controlada recuperar os químicos utilizados na polpação e, ao mesmo tempo, permite o uso dos resíduos do cozimento da madeira para gerar energia. Depois dessa etapa, o processo de recuperação química é completado com a cal virgem, que, juntamente com o sulfato de sódio e a soda, irão compor o licor verde e o licor branco, que retornarão ao início do processo para novo cozimento de madeira, com o mínimo de reposição. Isso permite ganhos ambientais diretos com a redução de resíduos e a geração de energia.

Em 2014, a Controlada iniciou a produção de energia para exportação na unidade de Mucuri através da otimização da geração de vapor nas caldeiras. Esse volume adicional somado à energia excedente gerada na Unidade Maranhão equaciona a demanda de energia da Companhia para suas fábricas de papéis.

- Produtos Químicos

O processo produtivo de papel e celulose da Controlada utiliza diversos produtos químicos desde o cozimento da madeira até a aplicação de revestimento do papel, incluindo sulfato de sódio, hidróxido de sódio (soda cáustica), clorato de sódio, peróxido de hidrogênio e ácido sulfúrico. Na produção de papel de imprimir e escrever revestido, a Controlada utiliza diversos aditivos, incluindo, principalmente, caulim, carbonato de cálcio, látex, amidos, alvejantes e cola.

Todos os resíduos são tratados de forma a se adequar às práticas e padrões mais atuais da indústria mundial de papel e celulose. Os produtos químicos utilizados na indústria de papel e celulose são comumente utilizados em várias outras atividades industriais e não apresentam uma condição particularmente perigosa. Todas as regras de segurança relativas a transporte, armazenagem e produção são estritamente cumpridas pela Controlada. Além disso, a Controlada mantém uma apólice de seguro que cobre a responsabilidade oriunda de acidente no transporte, armazenagem ou produção de produtos químicos.

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável;

Fornecedores e Relacionamento

Atualmente a Controlada tem cerca de 15 mil fornecedores ativos, que abrangem todos os segmentos da cadeia (florestal, industrial e Logística), desde pequenas empresas e produtores rurais até grandes corporações. Além de condições comerciais competitivas e qualidade dos produtos e serviços contratados, a Controlada demanda de seus fornecedores políticas de engajamento quanto aos critérios de saúde e segurança operacional, regularidade trabalhista, práticas socioambientais e respeito aos direitos humanos. Estas políticas integram os contratos jurídicos que são formalizados entre as partes e acompanhadas através de auditorias internas e externas e através de processos de monitoramento de gestão de terceiros e riscos. A Controlada avalia constantemente oportunidades, não medindo esforços para implementar mudanças e incorporar ações, que proporcionem resultados cada vez mais sustentáveis.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores;

A Controlada possui uma ampla e diversificada base de fornecedores, o que possibilita o atendimento satisfatório de suas necessidades de insumos, materiais e serviços e a mitigação dos riscos de concentração de fornecimento, sem prejuízo, no entanto, do estabelecimento de relações de parcerias, e sem que isso implique compromissos de exclusividade. Embora a Controlada entenda que não exista dependência significativa em relação a fornecedores, alguns insumos podem possuir menor número de fornecedores capacitados ou habilitados no mercado doméstico, de acordo com o grau de especificidade.

Entretanto, a Controlada sempre avalia todas as opções disponíveis no mercado nacional, assim como de importação.

Fornecedores de Matérias Primas

- Madeira, Papel Reciclado e Pastas Mecânicas

Da demanda de madeira da Controlada em 2014 (responsabilidade da equipe de compra de madeira), a maior parte teve origem em seus plantios, e o restante foi suprido por fornecedores de madeira de mercado e produtores rurais incluídos no programa de fomento da Controlada. Estes produtores rurais fomentados vendem sua madeira em grande parte para a Controlada, a qual lhes fornece assistência técnica, mudas de eucalipto e insumos necessários para o processo de cultivo do eucalipto.

- Produtos Químicos

Há produtos químicos fornecidos por um reduzido número de fornecedores. Para itens de maior complexidade técnica, menor disponibilidade ou com poucas fontes de fornecimento disponíveis são estabelecidos contratos comerciais de longo prazo. Para minimizar ou eliminar a dependência de suprimentos, o mercado fornecedor é mapeado considerando-se oferta de produtos, concentração de mercado e complexidade técnica de substituição visando estabelecer contratação por item.

(iii) eventual volatilidade em seus preços.

- Madeira, Papel Reciclado e Pastas Mecânicas

Os contratos de compra de madeira são normalmente firmados pelo prazo médio de 7 anos, correspondente a um ciclo de corte, com condições de volume e preço pré-estabelecidas e reajuste anual pelo índice de inflação medido pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A madeira respondeu por 55,0% dos custos totais de produção da Controlada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. A pasta mecânica e o papel reciclado acompanham o preço de mercado.

- Produtos Químicos

Os preços dos produtos químicos no Brasil geralmente sofrem flutuação relacionada aos preços internacionais e à taxa de câmbio vigente. O desenvolvimento de novos players e de novas soluções têm sido um fator importante na estabilização dos preços e na regularidade de fornecimento.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, produtos químicos, que incluem insumos, matriz energética, vestimentas e acondicionamento, responderam por 35,1% dos custos de produção da Controlada.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.4. Clientes relevantes (responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia), de acordo com as últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social, informando (a) o montante total de receitas provenientes do cliente; e (b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente:

A controlada Suzano Papel e Celulose S.A., principal responsável pelas receitas da Companhia não possui nenhum cliente que seja responsável por mais de 10% de sua receita líquida total.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5. Efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Companhia:

a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A necessidade de autorizações governamentais se referem ao exercício das atividades da controlada Suzano Papel e Celulose S.A. e estão descritas abaixo:

A Controlada mantém relações de qualidade com a administração pública em todos os níveis – em âmbito nacional, estadual e nos municípios em que atua.

Como uma empresa de base florestal e produtora de papel e celulose, a Controlada segue as legislações e regulamentos referentes às suas atividades e linhas de negócio, relacionados a emissões atmosféricas, descarga de efluentes, resíduos sólidos, odores e reflorestamento. Exemplos de tais regulações e legislações são: o Código Florestal, a Lei da Mata Atlântica, CONAMA 357, Portaria 518 do Ministério da Saúde, Decreto nº. 4.887/2003 e a Lei de Biossegurança nº 11.105, entre outros.

Historicamente, a Controlada acredita manter um bom relacionamento com todas as autoridades reguladoras, tendo cumprido as condicionantes aplicáveis a cada licença obtida para o atual estágio de seus negócios, assim como satisfaz eventuais pedidos de esclarecimentos realizados por tais autoridades.

Além disso, a Controlada está adequada à Política Nacional do Meio Ambiente, a qual determina o licenciamento ambiental prévio para atividades que utilizam recursos naturais. Dessa forma, realiza todos os trâmites legais e técnicos necessários para obtenção de licenças junto aos órgãos reguladores, tanto para a formação de suas bases florestais quanto para a implantação de suas unidades industriais. Vale ressaltar, que a Controlada possui as autorizações necessárias para a aquisição e utilização de produtos químicos controlados pela polícia federal ou outros órgãos.

As unidades industriais da Controlada e as áreas de plantio possuem as autorizações e licenças exigidas pelos órgãos governamentais.

b) Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental:

A política ambiental das atividades se refere à controlada Suzano Papel e Celulose S.A. e são descritas abaixo.

A política ambiental da Controlada estabelece um compromisso com relação à preservação do meio ambiente, por meio da redução do consumo dos recursos naturais e da mitigação dos impactos de suas atividades. Na Unidade de Negócio Florestal, foram investidos cerca de R\$ 23 milhões em monitoramento e conservação dos recursos naturais e biodiversidade, projetos de restauração, discussões entre segmentos organizados da sociedade civil sobre boas práticas de manejo, atendimentos a demandas de certificação, projetos de educação ambiental e desenvolvimento sustentável de comunidades locais, entre outros.

A política ambiental da Controlada tem como diretrizes:

(i) contribuir para o desenvolvimento econômico e social em harmonia com a preservação ambiental por meio de processos de gestão inovadores e pioneiros, mantendo-se como referência de empresa ambientalmente responsável;

(ii) assumir atitude de prevenção da poluição desde a pesquisa e cobrindo o projeto, a instalação, a operação, a comercialização e o uso de seus produtos;

(iii) desenvolver e estimular ações de educação ambiental por meio de uma abordagem sistêmica e participativa, que promova uma atitude consciente e responsável entre seus colaboradores, parceiros e comunidade;

(iv) empreender ações, buscando a sustentabilidade dos recursos hídricos, da atmosfera, do solo e da biodiversidade nas áreas sob influência da Controlada; e

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(v) compartilhar, com os segmentos organizados da sociedade, o uso e o desenvolvimento de programas de conservação e manejo sustentável dos recursos naturais.

A Política Ambiental e o sistema de gestão ambiental da Controlada estão alinhados aos padrões internacionais mais avançados. Em 2015, os custos incorridos para o cumprimento da legislação ambiental foram na ordem de R\$ 9 milhões. Temos a certificação ISO 14001, que atesta nosso sistema de gestão ambiental, em todas as nossas Unidades, sendo que a Unidade Mucuri foi a primeira do setor a conquistar essa certificação em 1996. Ainda no escopo de certificações, a Controlada conta com a ISO 9001, OHSAS 18001, Cerflor e FSC (Forest Stewardship Council), que atesta que o nosso manejo florestal é ambientalmente correto e socialmente justo. Este selo, elaborado por diversas organizações internacionais multisetoriais, tem forte reconhecimento mundial e está presente em diversos produtos da Controlada e de nossos clientes. Atuamos, portanto, sob o rígido cumprimento de leis e regulamentos ambientais.

A sustentabilidade pauta todas as ações e intenções da empresa, entendida como a capacidade de permitir que os ciclos de crescimento se renovem, o que implica em construir bases para uma expansão que integre operações competitivas, responsabilidade socioambiental e relacionamentos de qualidade.

Água

A gestão proativa do uso da água e sua reutilização busca ferramentas e tecnologias que permitam o uso racional dos recursos hídricos, fundamental para a produção de papel e celulose, tanto no que tange a operação industrial quanto a produtividade florestal. Possuímos outorgas de captação de água a partir de rios, poços artesianos e açudes para a utilização em nossas unidades industriais e florestas. Nosso empenho é permanente para ampliar a eficiência das operações e, conseqüentemente, reduzir o consumo - o que vem ocorrendo ano a ano por meio de reuso interno e aperfeiçoamento de processos industriais.

Resíduos e efluentes

Na Controlada, a gestão de efluentes e resíduos se faz presente em nossos processos e operações, tanto industriais quanto florestais. O tratamento de efluentes em todos os sites industriais acontece em ETEs próprias, e contempla o tratamento primário (físico) e tratamento secundário (biológico), etapa em que é adicionado oxigênio e nutrientes, além do controle de pH. Nas unidades Limeira e Maranhão é utilizado para tratamento secundário a tecnologia de lodo ativado, e para as unidades de Suzano e Mucuri as lagoas aeradas. Temos unidades de compostagem nas unidades de Limeira, Suzano e Rio Verde. Além disso, como associados da Iba e do Compromisso Empresarial pela reciclagem (Cempre), participamos das discussões acerca dos planos setoriais do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, instituído pelo governo federal.

Biodiversidade

As práticas silviculturais refletem a preocupação com a biodiversidade, desde seu planejamento até a sua implementação. Hoje a Controlada trabalha com o plantio em mosaico, que intercala áreas de plantio de eucalipto com vegetação nativa, que são utilizadas como corredores ecológicos para garantir abrigo e acesso à alimentação para diferentes espécies. Esse modelo propicia um ambiente adequado para a conservação e manutenção da biodiversidade.

A Controlada possui mais de 470 mil hectares (40% da área total) destinados à conservação ambiental, que inclui áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal e Áreas de Alto Valor de Conservação. A Controlada realiza periódicos monitoramentos de fauna e flora, afim de garantir sua perpetuidade. Esses monitoramentos ocorrem desde 2008 na Bahia, e 2013 em São Paulo e Maranhão.

Em 2015, a Controlada deu continuidade à parceria com a organização não governamental The Nature Conservancy - TNC para a elaboração de Planos de Conservação da Biodiversidade, que abrangerão os remanescentes florestais nos biomas Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga, resultando no Plano de Conservação de Áreas (PCA), com estratégias de preservação da biodiversidade, e ao clube corporativo do WWFBrazil, onde diversas empresas de diferentes setores trocam ideias e ferramentas sobre como melhorar sua gestão socioambiental.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Mudanças Climáticas

O tema das mudanças climáticas incorpora a contínua busca da Controlada pela adoção de melhores práticas na gestão de emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE), o que compreende os pilares de quantificação, redução e compensação.

Como um dos membros fundadores, em 2008 a Controlada iniciou parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Programa Brasileiro GHG-Protocol, que tem como objetivo identificar e contabilizar as emissões do processo produtivo considerando as emissões diretas provenientes das atividades de controle operacional da empresa (escopo 1), emissões indiretas oriundas do consumo de energia elétrica (escopo 2) e atividades associadas a sua cadeia de produção, porém não controladas pela empresa (escopo 3). Esta ferramenta é elaborada de acordo com a metodologia GHG Protocol do World Resources Institute (WRI).

Em 2009, a Controlada ingressou na plataforma empresarial Empresas Pelo Clima (EPC), lançada em outubro daquele ano em parceria com a rede The Prince of Wales Corporate Leaders Group (CLG) cuja missão é mobilizar, sensibilizar e articular lideranças empresariais para a gestão global das mudanças climáticas.

No que tange a redução das emissões, diversas ações de melhoria contínua são implantadas nas plantas industriais e na área florestal, bem como investimentos tecnológicos, visando à redução da geração de GEE, ampliando os ganhos ambientais e indo ao encontro das demandas de clientes, investidores e consumidores.

c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

As atividades da Controlada de pesquisa e desenvolvimento estão principalmente direcionadas ao incremento da produtividade da madeira de eucalipto e à otimização dos processos industriais, fazendo com que a produção seja mais eficiente e sejam desenvolvidos novos produtos por intermédio de: (i) melhoria no uso da fibra de eucalipto na produção de celulose e papel; (ii) desenvolvimento e implementação de tecnologia mais eficiente para o processo produtivo e para a reciclagem de sobras e aparas de papel; e (iii) condução de pesquisa ambiental.

Adicionalmente, a Controlada participa de projetos de pesquisa para o mapeamento do genoma do eucalipto, com vistas à possibilidade de futura utilização desta tecnologia, desenvolve pesquisas em biotecnologia em laboratórios para cultura de tecidos e mapeamento dos marcadores moleculares, e mantém relacionamento próximo com várias universidades e institutos particulares de pesquisa tanto no Brasil quanto no exterior.

A Controlada atua no mercado mundial, oferecendo celulose e uma completa gama de papéis, representadas por suas marcas registradas – ou em processo de registro – na América Latina, América do Norte, União Europeia e Ásia. No Brasil, a Controlada possui diversas marcas registradas perante o INPI, incluindo, dentre as mais relevantes: Report, Pólen, Paperfect, Alta Alvura, Reciclato, papelcartão Supremo, TP White, Super 6, Couché Suzano, SUZANO PULP e Eucafluff.

Apesar das atividades de pesquisa e desenvolvimento e dos investimentos feitos em suas marcas, a Controlada não é dependente de quaisquer patentes, marcas, licenças, contratos de royalties ou industriais ou novos processos produtivos em específico que sejam de importância fundamental para seus negócios ou resultados.

Para mais informações sobre os ativos de propriedade intelectual da Controlada, ver item 9 deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior**7.6. Informações acerca dos países em que a Companhia obtém receitas relevantes:**

As informações se referem às receitas obtidas de sua principal controlada, Suzano Papel e Celulose S.A.:

a) Receitas provenientes dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

CELULOSE - BRASIL		
Exercício findo em:	Receita (R\$ mil)	% sobre receita líquida total
31/12/2015	822.294	8,0
31/12/2014	609.396	8,4
31/12/2013	523.206	9,2

PAPEL - BRASIL		
Exercício findo em:	Receita (R\$ mil)	% sobre receita líquida total
31/12/2015	2.308.970	22,6
31/12/2014	2.440.944	33,6
31/12/2013	2.185.989	38,4

b) Receitas provenientes dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

c) CELULOSE	31/12/2015		31/12/2014		31/12/2013	
Região	Receita (R\$ mil)	%¹	Receita (R\$ mil)	%¹	Receita (R\$ mil)	%¹
Ásia ²	2.664.453	26,1	1.570.698	21,6	940.401	16,5
Europa ³	2.130.942	20,8	1.169.069	16,1	785.353	13,8
América do Norte	883.421	8,6	461.334	6,4	289.926	5,1
América do Sul e Central ⁴	102.297	1,0	40.806	0,6	38.402	0,7
Total	5.781.113	56,5	3.241.907	44,6	2.054.082	36,1

¹ % Calculado sobre receitas líquidas totais

² Os países mais relevantes são: China, Hong Kong, Tailândia e Coreia do Sul

³ Os países mais relevantes são: Itália, França, Alemanha, Turquia, Reino Unido e Espanha

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

⁴ Os países mais relevantes são: Argentina, Colômbia, República Dominicana e Bolívia

PAPEL	31/12/2015		31/12/2014		31/12/2013	
	Receita (R\$ mil)	% ¹	Receita (R\$ mil)	% ¹	Receita (R\$ mil)	% ¹
Região						
Ásia ²	78.071	0,8	12.501	0,2	30.226	0,5
Europa ³	144.017	1,4	118.007	1,6	139.822	2,5
América do Norte	365.662	3,6	363.529	5,0	361.359	6,4
América do Sul e Central ⁴	648.637	6,3	465.403	6,4	389.362	6,8
Outros ⁵	75.598	0,7	12.912	0,2	4.579	0,1
Total	1.311.985	12,8	972.352	13,4	925.348	16,3

¹ % Calculado sobre receitas líquidas totais

² Os países mais relevantes são: Cingapura, Tailândia, Indonésia, Coreia do Sul e Índia

³ Os países mais relevantes são: Reino Unido, Turquia, Espanha, Itália e Romênia

⁴ Os países mais relevantes são: Argentina, Peru, Paraguai, Colômbia, Chile e Bolívia

⁵ Os países mais relevantes são: África do Sul, Egito, Nigéria, Iraque, Trinidad e Tobago e Gana

c) Receita total proveniente dos países estrangeiros e sua participação da receita líquida total do emissor

CELULOSE - EXTERIOR		
Exercício findo em:	Receita (R\$ mil)	% sobre receita líquida total
31/12/2015	5.781.113	56,5
31/12/2014	3.241.907	44,6
31/12/2013	2.054.082	36,1

PAPEL - EXTERIOR		
Exercício findo em:	Receita (R\$ mil)	% sobre receita líquida total
31/12/2015	1.311.985	12,8
31/12/2014	972.352	13,4
31/12/2013	925.348	16,3

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.7. Regulação dos países em que a Companhia obtém receitas relevantes:

A Controlada Suzano Papel e Celulose S.A. exporta seus produtos para cerca de 90 países e está sujeita, assim como suas subsidiárias, à regulação usual de mercado nessas localidades, em especial nos campos comercial e tributário. As exigências e normas regulatórias destes países podem ser alteradas sem prévio aviso, devendo a Controlada observá-las. A observância de tais exigências e normas pode eventualmente exigir da Controlada dispêndios financeiros adicionais.

Além disso, a competitividade das companhias exportadoras brasileiras no mercado estrangeiro já levou alguns países a estabelecerem barreiras comerciais para limitar o acesso de companhias brasileiras aos seus mercados ou mesmo subsidiar os produtores locais. Alguns países impõem quotas de importação de produtos vindos do Brasil. Caso essas restrições sejam adotadas para os produtos exportados pela Controlada, as exportações da Controlada poderão ser afetadas adversamente.

Para assegurar o cumprimento contínuo das leis, normas e regulamentos existentes, a Controlada monitora toda e qualquer alteração das demandas de seus principais mercados, utilizando os seus escritórios locais. Dessa forma, a Controlada cumpre com todas as exigências regulatórias relevantes aplicáveis aos mercados em que os seus produtos estão presentes.

No primeiro trimestre de 2016, o Departamento de Comércio dos Estados Unidos da América ("EUA") e a *International Trade Commission* ("ITC") proferiram suas respectivas decisões finais no processo de dumping contra a Austrália, Brasil, China, Indonésia e Portugal, que concluíram pela aplicação de taxa antidumping nas vendas de papel não revestido (*folio e cut size*) dos países investigados para os EUA, fixando a taxa contra a Controlada no percentual de 22,37%. A Suzano poderá solicitar as revisões anuais previstas na legislação pertinente.

Os principais países para os quais a Controlada exporta seus produtos estão mencionados no item 7.6 deste Formulário de Referência.

7.8 - Políticas socioambientais

7.8 Em relação a políticas socioambientais:

As informações se referem a políticas socioambientais de sua principal controlada, Suzano Papel e Celulose S.A.:

a) Se a Companhia divulga informações sociais e ambientais

As informações socioambientais da Controlada são divulgadas periodicamente, através de Relatórios de Sustentabilidade, que pode ser acessado no site www.suzano.com.br/ri

b) A metodologia seguida na elaboração dessas informações

Os relatórios socioambientais da Controlada seguem a metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), na sua versão mais atualizada G4.

c) Essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

As informações publicadas no Relatório de Sustentabilidade da Controlada (ano base 2015) não foram auditadas ou revisadas por entidade independente.

d) A página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Todos os Relatórios de Sustentabilidade da Controlada podem ser acessados, na íntegra, em www.suzano.com.br/ri

7.9 - Outras informações relevantes

7.9. Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes da Companhia foram descritas nos itens anteriores.

8.1 - Negócios extraordinários

8.1. Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

NÃO APLICÁVEL. Não houve, nos últimos 3 exercícios sociais, aquisição ou alienação de ativos relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

8.2. Alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

Não houve, nos últimos 3 exercícios sociais, alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

8.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com as atividades operacionais.

Não há contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

8.4. Outras informações que a Companhia julgue relevantes

Não há informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido inseridas nos demais itens do Formulário de Referência.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1. Bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia, referente às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social:

a) Ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento

Devido à natureza de suas operações (holding com participação em outras sociedades), a Companhia não possui ativos imobilizados relevantes para o desenvolvimento das suas atividades.

b) Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, nome de domínio na rede mundial de computadores informados

Devido à natureza de suas operações (holding com participação em outras sociedades), a Companhia não possui patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia para o desenvolvimento das suas atividades.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Devido à natureza de suas operações (holding com participação em outras sociedades), a Companhia não possui ativos imobilizados relevantes para o desenvolvimento das suas atividades.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Devido à natureza de suas operações (holding com participação em outras sociedades), a Companhia não possui patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia para o desenvolvimento das suas atividades.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	47.892.435/0001-51	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Conservação e administração de imóveis, especialmente próprios e de seus sócios, excluídas as atividades reservadas pela lei nº 6.350 de 12/05/1978.	83,330000
				Valor mercado				
31/12/2015	-28,780000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2015	1.720.000,00		
31/12/2014	4,140000	0,000000	0,00					
31/12/2013	5,070000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Atividade principal da Companhia								
Premesa S.A.	61.142.469/0001-50	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Locação, incorporação e compra e venda de imóveis, e participação em outras sociedades.	99,170000
				Valor mercado				
31/12/2015	-10,980000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2015	8.250.000,00		
31/12/2014	7,210000	0,000000	148.000,00					
31/12/2013	15,330000	0,000000	971.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Atividade principal da Companhia								
Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55	1398-6	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Fabricação e a comercialização, no País e no exterior, de celulose e fibra curta de eucalipto e papel, além da formação e exploração de florestas de eucalipto para uso próprio e venda a terceiros.	32,860000
				Valor mercado				
31/12/2015	-9,270000	66,130000	83.260.000,00	Valor contábil	31/12/2015	6.683.773.000,00		
31/12/2014	-2,450000	21,750000	37.746.000,00					
31/12/2013	-1,940000	31,620000	30.941.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Atividade principal da Companhia.								

9.2 - Outras informações relevantes

9.2. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Todas as informações relevantes da Companhia foram descritas nos itens anteriores.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1. Os comentários a seguir referem-se às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazos.

Nos exercícios de 2015, 2014 e 2013 a Companhia registrou prejuízos de R\$ 230,6 milhões, R\$ 56,2 milhões e R\$ 61,1 milhões, respectivamente. A geração de caixa operacional consolidada, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 4.459,5 milhões, R\$ 2.420,6 milhões e R\$ 1.834,1 milhões, nos respectivos períodos, demonstrando a consistência dos resultados operacionais da Companhia e de suas controladas.

Indicadores adicionais sobre as condições patrimoniais e financeiras da Companhia são apresentadas no item “10.1.b” abaixo.

b) Estrutura de capital

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2015, era de R\$ 3.228,1 milhões, representando um decréscimo de 10,74%, ou R\$ 388,4 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2014, e decréscimo de 13,03%, ou R\$ 483,8 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2013. A variação é justificada pelos prejuízos acumulados nos últimos 3 anos, decorrentes do resultado negativo da equivalência patrimonial de sua principal controlada.

Em 2015 foram distribuídos dividendos e creditados juros sobre capital próprio (JCP), no montante de R\$ 174,9 milhões, debitados do saldo da conta de reserva de lucros.

Não há previsão no Estatuto Social da Companhia de resgate de ações e não existe, no curto prazo, previsão ou intenção da administração da Companhia de propor a realização de tal evento.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria trabalha com o compromisso de manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia pautando seus projetos de crescimento em suas receitas de dividendos, e de remuneração de avais e fianças concedidos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de recursos da Companhia são provenientes de dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de suas controladas, além de aportes de acionistas, e resultado de aplicações financeiras.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui geração de caixa consistente pelo recebimento de dividendos, juros sobre capital próprio, receita pela concessão de avais e fianças, e eventuais aportes de capital, com o intuito de cobertura de eventuais deficiências de liquidez.

As fontes de financiamento utilizadas em 31 de dezembro de 2015 pela Companhia para investimentos de curto e longo prazo estão indicadas nos itens “10.1.d.” e “10.1. f.”.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

f) Níveis de endividamento e características das dívidas, indicando (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia

A Companhia possuía contrato de empréstimo junto ao BNDESPAR, no valor de R\$12,7 milhões em 31 de dezembro de 2015, R\$ 25,5 milhões em 31 de dezembro de 2014, e R\$ 38,3 milhões em 31 de dezembro de 2013 com taxa média de juros de TJLP + 4,5% ao ano e vencimento da última parcela em julho de 2018. O contrato de mútuo firmado com sua controlada Nemopar S.A., sediada no Uruguai, que nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 apresentava saldo no valor de US\$ 160 milhões, foi liquidado antecipadamente em 06 de agosto de 2015.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

NÃO APLICÁVEL.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Em 06 de agosto de 2015 a Companhia liquidou antecipadamente o empréstimo de US\$ 160 milhões contraído junto à controlada NEMOPAR S.A., com vencimento em 20 de setembro de 2020. As operações simultâneas de câmbio para pagamento do contrato de mútuo e redução de capital da NEMOPAR S.A., não representaram desembolso de caixa para a Companhia, exceto pelo pagamento do IOF e comissão bancária, e permitiu a dissolução da controlada com a consequente baixa do investimento registrado pela Sociedade.

Em consequência da liquidação do mútuo com a controlada Nemopar S.A., a Companhia reverteu o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre a variação cambial.

Em 2015 foram distribuídos dividendos e juros sobre capital próprio (JCP), no montante de R\$ 174,9 milhões, debitados do saldo da conta de reserva de lucros.

No exercício de 2014 a Companhia distribuiu dividendos, debitados do saldo de reservas de lucros, no montante de R\$ 33,9 milhões.

Em outubro de 2013, a Companhia recebeu da sua controlada Premesa S.A. o montante de R\$ 15,0 milhões, referente à redução capital social, com resgate de ações preferenciais.

Em abril de 2013, a Companhia realizou a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, onde foi aprovado o aumento do capital social, de R\$ 1.018,8 milhões para R\$ 1.953,4 milhões, no montante de R\$ 934,6 milhões, com adiantamento para futuro aumento de capital, mediante emissão de 17.605 mil ações ordinárias, 17.050 mil ações preferenciais Classe A e 7.290 mil ações preferenciais Classe B, todas nominativas, sem valor nominal, com os mesmos direitos e restrições das ações já existentes.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Os comentários a seguir referem-se às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social

a) Resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O prejuízo da Suzano Holding no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 230,6 milhões, em comparação ao prejuízo de R\$ 56,2 milhões em 31 de dezembro de 2014, e um prejuízo de R\$ 61,1 milhões em 31 de dezembro de 2013. O principal fator que contribuiu para o prejuízo de 2015, 2014 e 2013 foi o resultado da equivalência patrimonial, apurado sobre o investimento detido na controlada Suzano Papel e Celulose, decorrente do prejuízo dessa controlada. Também em 2013 houve redução do resultado financeiro líquido, influenciado pela conversão das debêntures em ações da controlada Suzano Papel e Celulose, que diminuiu o valor dos juros registrado no exercício.

(em milhares de reais)

	Exercícios findos em		
	31 de dezembro		
	2015	2014	2013
Equivalência patrimonial	(165.578)	(34.443)	(20.661)
Despesas operacionais, líquidas	(28.375)	(28.274)	(36.065)
Resultado financeiro líquido (1)	(110.605)	(9.961)	(15.108)
Imposto de renda e contribuição social	73.937	16.443	10.757
Prejuízo do exercício	<u>(230.621)</u>	<u>(56.235)</u>	<u>(61.077)</u>
Abertura da equivalência patrimonial por controlada			
Suzano Papel e Celulose S.A.	(308.473)	(85.337)	(69.797)
Premesa S.A. e Nemonorte Imóveis e Part. Ltda.	(1.713)	718	1.280
	(310.186)	(84.619)	(68.517)
Nemopar S.A. (1)	144.608	50.176	47.856
	<u>(165.578)</u>	<u>(34.443)</u>	<u>(20.661)</u>

(1) Ganho sobre o investimento em moeda estrangeira, compensado com a perda financeira sobre o empréstimo externo com a controlada Nemopar S.A., influenciados pela variação cambial, e registrado no resultado financeiro líquido.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3. Comentários dos Diretores em relação aos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado, nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no período em questão.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 06 de agosto de 2015 a Companhia liquidou antecipadamente o empréstimo de US\$ 160 milhões contraído junto a controlada NEMOPAR S.A., com vencimento em 20 de setembro de 2020. As operações simultâneas de câmbio para pagamento do contrato de mútuo e redução de capital da NEMOPAR S.A., não representaram desembolso de caixa para a Companhia, exceto pelo pagamento do IOF e comissão bancária, e permitiu a dissolução da controlada com a conseqüente baixa do investimento registrado pela Sociedade.

Em outubro de 2013, a Companhia recebeu da sua controlada Premesa S.A. o montante de R\$ 15,0 milhões, referente à redução capital social, com resgate de ações preferenciais.

c) eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais no período em questão.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4. Os comentários a seguir referem-se aos 3 últimos exercícios sociais

a) Mudanças significativas nas praticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas praticas contábeis para os períodos findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013.

Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo CPC, e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standard – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”).

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013.

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas no parecer dos auditores independentes para os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

No parecer dos auditores relativo ao período findo em 31 de dezembro de 2013 foi incluído um parágrafo de ênfase relacionado às demonstrações contábeis da Controladora, ressaltando que aqueles números não estavam em conformidade com as normas do IFRS, exclusivamente pela aplicação do método de equivalência patrimonial sobre os investimentos, visto que de acordo com as regras do IFRS, estes investimentos seriam avaliados pelo seu valor de custo ou valor justo.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Comentários dos Diretores em relação às políticas contábeis críticas da Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

Políticas contábeis críticas

a) Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço patrimonial para aquelas situações que apresentam, na data das demonstrações contábeis, risco provável de desembolso futuro, e que possam ser mensuradas com segurança. As provisões para contingências são classificadas como tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

b) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor a ser registrado nessas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a análise de recuperação dos valores investidos; o imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; e a necessidade de provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**10.6. Descrição dos Diretores sobre os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:**

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos, (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, (iv) contratos de construção não terminada e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

A Companhia não possui nenhum ativo ou passivo material que não esteja refletido em suas Demonstrações Financeiras. Todas as suas participações societárias, direitos e obrigações de qualquer natureza estão registrados nas Demonstrações Financeiras em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**10.7. Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6:**

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável.

b) Natureza e propósito da operação

Não aplicável.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável.

10.8 - Plano de Negócios

10.8. Comentários dos Diretores sobre os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, (ii) fontes de financiamento dos investimentos e (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não há previsão de investimentos para a Companhia.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável.

c) Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados e (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Comentários dos Diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1 Projeções divulgadas e premissas

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11.2 Acompanhamento das Projeções

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1. Estrutura administrativa da Companhia, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno:

a) Atribuições de cada órgão e comitê

A administração da Companhia é exercida por um Conselho de Administração e uma Diretoria. Não dispomos de comitês.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o nosso órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das nossas políticas e diretrizes gerais de negócio, incluindo a nossa estratégia de longo prazo, o controle e a fiscalização de nossos diretores.

Nosso Estatuto Social estabeleceu um número mínimo de 5 (cinco) e máximo de 9 (nove) membros, dos quais um será o Presidente e outro o Vice-Presidente, residentes ou não no país. Os conselheiros são eleitos em assembleia geral para um mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos e destituídos a qualquer momento, devendo permanecer em exercício nos respectivos cargos até a investidura de seus sucessores.

A Lei das Sociedades por Ações e a Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, conforme alterada, permitem a adoção do processo de voto múltiplo, que significa dar a cada ação o número de votos igual ao número de membros do Conselho de Administração, mediante requerimento de acionistas que representem, no mínimo, os seguintes percentuais de nosso capital social votante, de acordo com o valor do nosso capital social vigente no último dia do mês anterior à data de convocação para a nossa assembleia geral que tiver por ordem do dia a eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia:

Intervalo do Capital Social (R\$)	Percentual Mínimo do Capital Votante para Solicitação de Voto Múltiplo (%)
0 a 10.000.000	10
10.000.001 a 25.000.000	9
25.000.001 a 50.000.000	8
50.000.001 a 75.000.000	7
75.000.001 a 100.000.000	6
Acima de 100.000.001	5

A Lei das Sociedades por Ações permite que (i) a maioria dos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias que, individualmente ou em grupo, detenham pelo menos 15% (quinze por cento) do capital social votante, e (ii) maioria dos acionistas detentores de ações preferenciais que, individualmente ou em grupo, detenham pelo menos 10% (dez por cento) do capital social total, indiquem, cada um, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração em nossa assembleia geral. Caso os detentores de ações preferenciais e acionistas minoritários com direito a voto não detenham um número mínimo de ações para eleger um membro do Conselho de Administração, a maioria desses acionistas poderá eleger um membro do nosso Conselho de Administração, caso eles detenham, juntos, pelo menos 10% (dez por cento) do capital social total da Companhia.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito para o Conselho de Administração, salvo dispensa da assembleia geral, aquele que (i) ocupar cargo em sociedades consideradas nossas concorrentes; ou (ii) tiver interesse conflitante com o da Companhia.

Nosso Conselho de Administração reúne-se sempre que necessário, mediante a convocação do seu Presidente, do seu Vice-Presidente ou do Diretor Presidente, com antecedência mínima de 2 (dois) dias e a indicação da ordem do dia, admitida a convocação por correio eletrônico. As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros, sendo que qualquer deliberação deverá ser tomada mediante voto favorável da maioria dos membros presentes à reunião, entre os quais necessariamente o Presidente ou o Vice-Presidente, cabendo ao Presidente o voto de qualidade. Será

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

dispensada esta formalidade quando da reunião participarem 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Administração, entre os quais o seu Presidente ou o seu Vice-Presidente, e as deliberações, neste caso, forem tomadas por unanimidade de votos.

O nosso Estatuto Social permite a participação em reuniões do Conselho de Administração por telefone, videoconferência ou outro meio de comunicação, hipótese em que o conselheiro deverá entregar na sede social ou enviar por fax no prazo de até 3 (três) dias seguintes à reunião, documentos por ele subscritos confirmando a sua participação e o teor de seus votos, dispensando-se tal providência quando da assinatura por ele da ata da respectiva reunião (da qual deverá constar a sua forma de participação). Igualmente, nos termos de nosso Estatuto Social, são admitidos os votos proferidos por carta, fax, telegrama ou correio eletrônico, quando recebidos, pelo Presidente do Conselho de Administração ou seu substituto, até o momento da reunião e a designação, por qualquer dos conselheiros, de qualquer de seus pares para representá-lo na reunião, com a faculdade de indicar ou não o teor de seu voto.

O nosso Conselho de Administração é formado por 5 (cinco) membros, eleitos na assembleia geral ordinária realizada em 28 de abril de 2016, com mandato até a assembleia geral ordinária que aprovar as contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação dos negócios sociais, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe especialmente: (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (b) eleger e destituir os Diretores; (c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; (d) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (e) escolher e destituir os auditores independentes, ressalvado o direito de veto previsto em lei; (f) autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, e posterior alienação; (g) deliberar sobre a emissão de valores mobiliários, inclusive notas promissórias, para distribuição pública ou privada, no país e/ ou no exterior, de acordo com a respectiva legislação; (h) deliberar sobre a concessão, ou não, do direito de preferência aos antigos acionistas, ou mesmo reduzir o prazo desse direito, nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações, e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita por uma das modalidades previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações; (i) deliberar sobre os recursos que, eventualmente, sejam interpostos na forma prevista no parágrafo primeiro do artigo 24 do Estatuto Social; e (j) designar o Diretor de Relações com Investidores. O Conselho de Administração não possui regimento interno.

Diretoria

Além dos poderes necessários à realização dos fins sociais e ao regular funcionamento da Companhia, a Diretoria está investida de poderes para (a) contratar empréstimos junto a instituições financeiras, oficiais ou privadas, podendo, para tanto, constituir garantias reais sobre bens imóveis, móveis e semoventes; (b) adquirir, onerar e alienar bens imóveis e participações em sociedades ou empreendimentos das quais a Companhia seja ou venha a ser sócia ou acionista; (c) prestar fianças e/ ou avais em favor de outras empresas ou empreendimentos dos quais a Companhia seja ou venha a ser sócia ou acionista, direta ou indiretamente, até o limite da proporção de sua participação no capital social respectivo; (d) transigir, renunciar, desistir e firmar compromissos; e (e) representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extra-judicialmente, em atos e operações que constituam obrigações para ela ou exonerem terceiros de obrigações para com ela, respeitadas as condições estabelecidas no artigo 26 do Estatuto Social. A Diretoria não possui regimento interno.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é órgão não permanente e, quando instalado, será constituído por 3 (três) a 5 (cinco) membros e suplentes em igual número. O prazo de mandato do Conselho Fiscal será aquele determinado pela Assembleia Geral de Acionistas que o eleger.

Nos termos da Lei 6.404 de 15.12.1976, compete ao Conselho Fiscal da Companhia:

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (i) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia-geral;
- (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia-geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- (iv) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembleia-geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia;
- (v) convocar a assembleia-geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias;
- (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; e
- (vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar.

O Conselho Fiscal possui regimento interno.

b) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal foi instalado na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 28 de abril de 2016, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2017.

c) Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

A Companhia não realiza avaliação de desempenho dos seus órgãos de administração e não dispõe de comitês.

d) Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

A nossa Diretoria é composta por 1 (um) diretor presidente (“Diretor Presidente”) e até 5 (cinco) diretores vice-presidentes, executivos (“Diretores Vice-Presidentes Executivos”) ou Corporativos (“Diretores Vice-Presidentes Corporativos”), acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração, sendo permitida a cumulação de cargos, notadamente a função de Diretor de Relações com Investidores (“Diretores”). O mandato dos Diretores é de 1 (um) ano, admitida a reeleição. Os Diretores deverão permanecer em seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. Todos os membros de nossa Diretoria possuem endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 9º e 10º andares, Pinheiros, CEP 01452-919. O nosso Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Orlando de Souza Dias, sendo seu telefone (11) 3503-9320 e fax (11) 3503-9076, e seu e-mail odias@suzano.com.br.

Nossa Diretoria é responsável pela administração dos negócios em geral e pela prática de todos os atos necessários ou convenientes para tanto, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo nosso Estatuto Social atribuída competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração.

A Diretoria reúne-se sempre que assim exigirem os negócios sociais, mediante convocação do Diretor Presidente, ou por dois Diretores Vice-Presidentes, com antecedência mínima de 2 (dois) dias. Independentemente de convocação, serão válidas as reuniões da Diretoria que

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

tratarem de matéria urgente e que contarem com a presença da maioria de seus membros em exercício, entre os quais o Diretor Presidente.

As reuniões da Diretoria serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros em exercício, entre os quais o Diretor Presidente e as deliberações serão tomadas por maioria dos votos dos membros presentes, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade. Se o Diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente que o estiver substituindo for vencido em qualquer deliberação, a Diretoria terá a faculdade de recorrer ao Conselho de Administração, hipótese em que ficará sustada a deliberação recorrida até o pronunciamento do Conselho de Administração. O nosso Estatuto Social autoriza sejam proferidos os votos por carta, fax, telegrama ou correio eletrônico, desde que recebidos pelo Diretor Presidente ou seu substituto, até o momento da reunião e a designação, por qualquer dos conselheiros, de qualquer de seus pares para representá-lo na reunião.

As responsabilidades e atribuições individuais de nossos Diretores são definidas pelo nosso Conselho de Administração e Estatuto Social, conforme segue:

Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia: (a) sem prejuízo do disposto no artigo 26 do Estatuto Social, representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, especialmente para prestar depoimento pessoal, podendo neste caso constituir procurador especial ou preposto; (b) presidir as reuniões da Diretoria; e (c) dirigir todas as atividades sociais com o apoio dos Diretores Vice-Presidentes.

Compete aos Diretores Vice-Presidentes Executivos, dentre outras atribuições que lhes sejam estabelecidas: (a) auxiliar o Diretor Presidente em suas funções e substituí-lo em suas ausências e impedimentos; (b) sem prejuízo do disposto no artigo 26 do Estatuto Social, representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele; (c) identificar, planejar e estabelecer novas áreas para o desenvolvimento dos negócios da Companhia; e (d) definir as estratégias relacionadas aos negócios da Companhia.

Compete aos Diretores Vice-Presidentes Corporativos, dentre outras atribuições que lhes sejam estabelecidas: (a) auxiliar o Diretor Presidente em suas funções e substituí-lo em suas ausências e impedimentos; (b) identificar, planejar e estabelecer novas áreas para o desenvolvimento dos negócios da Companhia; e (c) definir as estratégias relacionadas aos negócios da Companhia.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe sejam estabelecidas: (a) representar a Companhia perante a CVM, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; (b) planejar, coordenar e orientar a comunicação e o relacionamento entre a Companhia e seus investidores, a CVM e as entidades onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; (c) propor diretrizes e normas para as relações com os investidores da Companhia; (d) observar as exigências estabelecidas pela legislação do mercado de capitais em vigor e divulgar ao mercado as informações relevantes sobre a Companhia e seus negócios, na forma requerida em lei; (e) guardar os livros societários e zelar pela regularidade dos assentamentos neles feitos; (f) supervisionar os serviços realizados pela instituição financeira depositária das ações relativas ao quadro acionário, tais como, sem se limitar, o pagamento de dividendos e bonificações, compra, venda e transferência de ações; e (g) zelar pelo cumprimento das regras de governança corporativa e das disposições estatutárias e legais relacionadas ao mercado de valores mobiliários.

A tabela a seguir apresenta os nomes, cargos e mandatos dos atuais membros da Diretoria:

Diretores	Cargo	Data de eleição	Término do mandato
David Feffer	Diretor Presidente	12.05.2016	Até a RCA subsequente à AGO de 2017
Claudio Thomaz Lobo Sonder	Diretor Vice-Presidente Executivo	12.05.2016	Até a RCA subsequente à AGO de 2017

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Orlando de Souza Dias	Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores	12.05.2016	Até a RCA subsequente à AGO de 2017
Gustavo Kehl Jobim	Diretor Vice-Presidente Executivo	12.05.2016	Até a RCA subsequente à AGO de 2017

e) Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

A Companhia realiza avaliação de desempenho dos membros da Diretoria que têm dedicação permanente por meio de indicadores de desempenho que são comparados com metas previamente estabelecidas. A Companhia não pratica avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração e não dispõe de comitês.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.2. Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais:

a) Prazos de convocação

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as nossas assembleias gerais são convocadas mediante anúncio publicado por três vezes no Diário Oficial do Estado de São Paulo, bem como em outro jornal de grande circulação. A primeira convocação deve ser feita, no mínimo, 15 (quinze) dias antes da realização da assembleia geral, e a segunda convocação deve ser feita com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência. Todavia, a CVM poderá requerer, em determinados casos, mediante pedido de qualquer acionista e ouvida a Companhia, que a primeira convocação para nossa assembleia geral seja feita em até 30 (trinta) dias antes de sua realização. Será dispensada esta formalidade quando da assembleia participarem a totalidade dos acionistas da Companhia.

b) Competências

Conforme previsto em lei e no Estatuto Social, compete, exclusivamente, à assembleia geral:

- reformar o Estatuto Social;
- eleger ou destituir a qualquer tempo membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras;
- suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir as obrigações impostas por lei ou pelo Estatuto Social;
- deliberar sobre a avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;
- deliberar sobre a emissão de ações e bônus de subscrição;
- fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;
- autorizar a emissão de debêntures; e
- aprovar previamente planos de outorga de opção de compra de ações aos administradores ou empregados da Companhia, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedades sob seu controle.

c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 10º andar, Pinheiros, São Paulo/ SP, CEP 01452-919 e na página da CVM na rede mundial de computadores, a saber: www.cvm.gov.br.

d) Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não possui um procedimento específico para identificar conflitos de interesses. A Lei das Sociedades por Ações dispõe que o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral que puder beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não possui regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas assembleias gerais.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

f) Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

A Companhia admite que, desde que o representante esteja validamente constituído, este representante poderá votar em nome do acionista. A Companhia não admite a outorga de procurações por meio eletrônico.

g) Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

A Companhia não mantém fóruns e páginas na internet através do qual recebe comentários dos acionistas, inclusive sobre as pautas das assembleias.

h) Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias.

A Companhia não transmite ao vivo e não possui áudio em suas assembleias.

i) Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas.

Não há atualmente mecanismos específicos para permitir a inclusão de propostas formuladas por acionistas para a ordem do dia das assembleias. A Companhia poderá atender tais solicitações, caso apresentadas e observadas as disposições legais e regulamentares, em cada caso específico.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.3. Regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração:

O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, residentes ou não no país, eleitos pela assembleia geral para um mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição. A assembleia geral indicará, entre os eleitos, o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração.

a) Frequência das reuniões

O Estatuto Social da Companhia prevê, em seu artigo 19, que o Conselho de Administração da Companhia reunir-se-á sempre que convocado pelo seu Presidente, Vice-Presidente ou Diretor Presidente, com antecedência mínima de 2 (dois) dias e a indicação da ordem do dia, admitida a convocação por correio eletrônico. Será dispensada esta formalidade, quando da reunião participarem 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Administração, entre os quais o seu Presidente ou o seu Vice-Presidente, e as deliberações, neste caso, forem tomadas por unanimidade de votos. No último exercício social foram realizadas 5 (cinco) reuniões, sendo 4 (quatro) ordinárias e 1 (uma) extraordinária.

b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

NÃO APLICÁVEL. Não há acordo de acionistas.

c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Lei das Sociedades por Ações não permite que seja eleito para o Conselho de Administração, salvo dispensa da assembleia geral, aquele que: (i) ocupar cargo em sociedades consideradas nossas concorrentes; ou (ii) tiver interesse conflitante com a nossa Companhia.

O art. 156 da Lei das Sociedades por Ações estabelece que é vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe o dever de notificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do conselho de administração ou da diretoria, a natureza e extensão do seu interesse. A Companhia não possui regra de identificação e administração de conflitos de interesse.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.4 Cláusula compromissória do estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem, se aplicável:

NÃO APLICÁVEL.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Gustavo Kehl Jobim	09/07/1965	Pertence apenas à Diretoria	12/05/2016	Até a RCA subsequente à AGO de 2017	0
075.913.208-90	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	12/05/2016	Sim	0.00%
		Diretor Vice-Presidente Executivo			
David Feffer	13/11/1956	Pertence apenas à Diretoria	12/05/2016	Até a RCA subsequente a AGO de 2017	0
882.739.628-49	Empresário	10 - Diretor Presidente / Superintendente	19/05/2016	Sim	0.00%
ORLANDO DE SOUZA DIAS	27/01/1946	Pertence apenas à Diretoria	12/05/2016	Até a RCA subsequente à AGO de 2017	0
046.293.378-49	Contador	19 - Outros Diretores	12/05/2016	Sim	0.00%
	Diretor de Relações com Investidores	Diretor Vice-Presidente Executivo			
Edgar Gleich	11/09/1946	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2016	Até a AGO de 2017	3
184.011.558-00	Engenheiro	29 - Outros Conselheiros	12/05/2016	Sim	100.00%
		Membro do Conselho de Administração			
Marcos Sampaio de Almeida Prado	23/02/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2016	Até a AGO de 2017	3
095.833.608-30	Administrador de Empresas	29 - Outros Conselheiros	12/05/2016	Sim	100.00%
		Membro do Conselho de Administração			
Antonio de Souza Corrêa Meyer	13/08/1946	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2016	Até a AGO de 2017	3
215.425.978-20	Advogado	29 - Outros Conselheiros	12/05/2016	Sim	100.00%
		Membro do Conselho de Administração			
Boris Tabacof	28/07/1928	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2016	Até a AGO de 2017	15
000.616.035-20	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	12/05/2016	Sim	100.00%
Claudio Thomaz Lobo Sonder	25/04/1942	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	28/04/2016	CA: Até a AGO de 2017; Diretoria: Até a RCA subsequente à AGO de 2017	3
066.934.078-20	Engenheiro	32 - Vice Pres. C.A. e Vice Dir. Presidente	12/05/2016	Sim	100.00%

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Diretor Vice-Presidente Executivo - Data de eleição: 12.05.2016; Termo de Posse: 12.05.2016					
Ricardo Scalzo 370.933.557-49	24/05/1951 Físico	Conselho Fiscal 40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	28/04/2016 12/05/2016	Até a AGO de 2017 Sim	3 100.00%
Marcelo Curti 036.305.588-60	09/01/1962 Economista	Conselho Fiscal 46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2016 12/05/2016	Até a AGO de 2017 Sim	3 0.00%
Heraldo Gilberto de Oliveira 454.094.479-72	04/05/1964 Contador	Conselho Fiscal 43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2016 12/05/2016	Até a AGO de 2017 Sim	3 100.00%
Guillermo Oscar Braunbeck 106.627.498-39	06/12/1972 Economista	Conselho Fiscal 46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2016 12/05/2016	Até a AGO de 2017 Sim	3 0.00%
Marcelo Meth 596.424.677-04	26/12/1957 Economista	Conselho Fiscal 46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2016 12/05/2016	Até a AGO de 2017 Sim	3 0.00%
José Carlos Garbes 005.994.128-60	20/05/1958 Economista	Conselho Fiscal 43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2016 12/05/2016	Até a AGO de 2017 Sim	2 100.00%
Vice-Presidente do Conselho Fiscal eleito em 12.05.2016					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Gustavo Kehl Jobim - 075.913.208-90					

Graduado em administração pela Universidade de São Paulo (USP) e com MBA pela The Wharton School, University of Pennsylvania, nos Estados Unidos. Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, ocupou e/ou ocupa os seguintes cargos: (a) desde abril de 2014, é Diretor Vice-Presidente Executivo da Companhia e Diretor Vice-Presidente Executivo da IPLF Holding S.A., companhia fechada cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (b) desde maio de 2014, é Diretor da Polpar S.A., companhia aberta cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (c) desde 2015, é Diretor da Premesa S.A., controlada da Companhia cuja principal atividade é a incorporação de empreendimentos imobiliários; (d) desde 2015, é membro do Conselho de Administração da MDS, SGPS, S.A., companhia constituída de acordo com as leis da Portugal, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (e) desde 2014, é membro do Comitê de Gestão da Suzano Papel e Celulose S.A., companhia aberta cuja principal atividade é a fabricação, comércio, importação e exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências florestais, e (f) desde 2014, é membro do Conselho de Administração da Brasil Supply S.A., companhia fechada cuja principal atividade é o apoio marítimo à prospecção e produção de petróleo e gás. Desde 2011, é sócio e membro do Conselho de Administração da Mais Próxima Comercial e Distribuidora S.A. De 2003 a 2011, foi sócio e Diretor de Investimentos da GPS Administradora de Recursos S.A. Antes de 2003, atuou nos escritórios da Goldman Sachs & Co. em Nova Iorque, Londres e Miami; no Banco Sul América; na Brasilpar Serviços Financeiros e na Microcomp Computadores e Sistemas. Gustavo Jobim declarou que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

David Feffer - 882.739.628-49

Cursou Administração de Empresas e possui especialização na Columbia University (EUA), na escola de administração suíça IMD e no The Aspen Institute (USA). Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, ocupou e/ou ocupa os seguintes cargos: (a) desde 2003, é Diretor Presidente da Companhia, companhia aberta cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, sendo responsável pela coordenação dos Diretores e planejamento estratégico geral da Companhia; (b) desde 2003, é Presidente do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Gestão; e desde 2006, é membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia da Suzano Papel e Celulose, companhia aberta cuja principal atividade é a fabricação, comércio, importação e exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências florestais, sendo responsável pela (i) orientação geral dos negócios sociais, (ii) coordenação das atividades de assessoria relacionadas às áreas de finanças, orçamento, controle e de novos negócios, e (iii) assessoria relacionada ao planejamento estratégico e de sustentabilidade da companhia; (c) de 2001 a 2014, foi Vice-Presidente e desde abril de 2015, é Presidente do Conselho de Administração da Polpar S.A.; e desde 2001, é Diretor Presidente da Polpar S.A., companhia aberta cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, sendo responsável pela orientação geral dos negócios sociais, coordenação dos demais Diretores e planejamento estratégico da companhia; (d) desde 2004, é Diretor Presidente da IPLF Holding S.A., companhia fechada cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, sendo responsável pela coordenação dos demais Diretores e planejamento estratégico geral da companhia; (e) de 2001 a 2014, foi Diretor Vice-Presidente e desde abril de 2015, é Diretor Presidente da Premesa S.A., controlada da Companhia cuja principal atividade é a incorporação de empreendimentos imobiliários, sendo responsável pela gestão e planejamento estratégico da companhia. Também é membro do Conselho Consultivo Internacional da Lafarge e membro de várias instituições sociais e culturais, dentre as quais se destacam as seguintes atuações: Presidente do Conselho Deliberativo da Escola Antonietta e Leon Feffer; Membro do Conselho Deliberativo da Associação Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein; Membro do Conselho da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável; Vice-Presidente do Conselho Diretor e Presidente do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo - Futuro Para o Desenvolvimento Sustentável; e Presidente do Conselho Curador e Diretor Vice-Presidente da Diretoria Executiva da Fundação Filantrópica Arymax. David Feffer declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

ORLANDO DE SOUZA DIAS - 046.293.378-49

Cursou economia na Universidade de São Paulo e graduou-se contador pela Universidade São Judas Tadeu. Iniciou suas atividades nas sociedades do grupo Suzano em 1972, tendo exercido os cargos de Chefe de Controladoria, Gerente de Controladoria Geral, Diretor Adjunto e Diretor de Planejamento Tributário, Auditoria e Controladoria. Atualmente ocupa os seguintes cargos: (a) desde 2008, é Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores da Companhia, companhia aberta cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, sendo responsável (i) pela gestão e avaliação das áreas de auditoria e controladoria da Companhia e de suas controladas; e (ii) pela representação da Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições do mercado de capitais, (b) desde 2008, é Diretor e Diretor de Relações com Investidores da Polpar S.A., companhia aberta cuja atividade principal é a participação em outras sociedades, sendo responsável pela representação da companhia perante os órgãos de controle e demais instituições do mercado de capitais; (c) desde abril de 2013, é Diretor Vice Presidente Executivo da IPLF Holding S.A., companhia fechada cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (d) desde abril de 2015, é Diretor Premesa S.A., controlada da Companhia cuja principal atividade é a incorporação de empreendimentos imobiliários. Orlando Dias atualmente também é (i) membro do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – IBEF (Rio de Janeiro) e (ii) Diretor Secretário da Diretoria Executiva da Fundação Filantrópica Arymax, associação cuja atividade principal é a defesa de direitos sociais. Orlando Dias declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Edgar Gleich - 184.011.558-00

Foi membro Suplente do Conselho de Administração de empresas do Grupo Klabin S.A., Gerente de Controladoria da Metal Leve S.A., Diretor da Falkenburg Indústria de Produtos Alimentícios Ltda., Vice-Presidente do Conselho de Administração de Dixie-Toga S.A., Membro do Conselho Deliberativo do FUNBIO, Membro do Conselho Deliberativo do Hospital Albert Einstein e membro do Conselho de Administração da Cinemark S.A. Desde abril de 2013, é (i) membro do Conselho de Administração da Companhia, e (ii) membro do Conselho de Administração da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades. Também é Co-Fundador e atual Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto George Mark Klabin.

Edgar Gleich declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marcos Sampaio de Almeida Prado - 095.833.608-30

Graduado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Atua há 40 anos na prestação de consultoria societária, fiscal e financeira de empresas de médio e grande porte, notadamente em companhias abertas. Nos primeiros vinte anos, atuou pela Arthur Andersen, sendo dez anos como sócio-diretor e os últimos vinte anos pela Almeida Prado, Paes, Caruso e Colauto Consultoria Empresarial. Desde abril de 2013, é membro do Conselho de Administração da Companhia e da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades. Também é membro do Conselho Fiscal da JSL S.A.

Marcos Prado declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Antonio de Souza Corrêa Meyer - 215.425.978-20

Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo. É membro do Conselho de Administração da Companhia. É sócio fundador do escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, onde trabalha até hoje. Nos últimos 5 anos, atuou como: (i) membro do Conselho de Administração da Companhia e da IPLF Holding S.A. desde 2013; (ii) membro do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose desde 2004; (iii) Conselheiro do Instituto dos Advogados de São Paulo - IASP; (iv) membro da Diretoria Executiva do CESA - Centro de Estudos das Sociedades de Advogados; e (v) membro do Conselho de Administração da ICC Brasil International Chamber of Commerce e do respectivo comitê de Arbitragem. Faz, também, parte dos Conselhos Consultivo e Curador da Fundação Faculdade de Medicina de São Paulo, Conselho Superior de Assuntos Jurídicos e Legislativos (CONJUR) da FIESP e da Câmara de Mediação e Arbitragem da CIESP - FIESP e Conselheiro do Instituto de Oncologia de São Paulo, Hospital Otavio Frias de Oliveira. Foi Diretor e Presidente da Associação dos Advogados de São Paulo (AASP); Conselheiro Legal e Presidente do Comitê Legislativo da American Chamber of Commerce for Brazil (entre 1987 e 1989); Diretor da Câmara Americana do Brasil e membro do Comitê Legislativo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA); Presidente do CESA - Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (2006/2008). Exerceu as funções públicas de Secretário da Justiça e de Secretário da Segurança Pública do Governo do Estado de São Paulo. Condecorado com o Colar do Mérito Judiciário, outorgado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. É membro da International Bar Association; da Ordem dos Advogados do Brasil e Instituto dos Advogados de São Paulo. Não ocupou outros cargos de administração em companhias abertas.

Antonio Meyer declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Boris Tabacof - 000.616.035-20

Graduou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica da Universidade da Bahia. Boris Tabacof foi Secretário da Fazenda do Estado da Bahia de 1965 a 1970 (administrações de Lomanto Jr. e Luiz Vianna Filho) e professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Católica de Salvador até 1970. De 1970 a 1975, foi Diretor Superintendente do Grupo Financeiro Safra e em 1989, foi eleito Presidente do Banco do Estado de São Paulo - BANESPA. Entre 2006 e 2009, foi membro do Conselho de Administração da EMBRAER - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. Foi, também, chairperson do Advisory Committee on Paper and Wood Products da Organização de Alimentos e Agricultura das Nações Unidas em Roma, membro do Comitê Empresarial Permanente do Ministério de Relações Exteriores e Presidente do Conselho Superior de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - "FIESP". Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, Boris Tabacof ocupou e/ou ocupa os seguintes cargos: (a) em 1975 foi eleito pela primeira vez diretor de sociedade integrante do grupo econômico da Companhia, tendo atuado como diretor de 1975 a 1988, (b) de 1988 a 1993, exerceu o cargo de Diretor Superintendente da Companhia, na época denominada Nemofeffer S.A., (c) de 2001 a abril de 2013, atuou como Vice-Presidente do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose S.A., nossa controlada e companhia aberta cuja principal atividade é a fabricação, comércio, importação e exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências florestais; (d) de 2001 a abril 2013, foi Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia e desde abril de 2013, é Presidente do Conselho de Administração; (e) de 2004 a abril de 2013 foi Vice-Presidente do Conselho de Administração da IPLF Holding S.A. e desde abril de 2013, é Presidente do Conselho de Administração da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (f) desde 1991, é membro do Conselho Curador da Fundação Arymax, associação cuja atividade principal é a promoção, apoio e desenvolvimento de atividades ligadas a interesses sociais; (g) desde 2002, é membro do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável; e (h) desde abril de 2013, é membro do Conselho de Administração da Polpar S.A. Boris Tabacof atualmente também é: (i) membro do Conselho Consultivo da IBÁ - Indústria Brasileira de Árvores; (ii) membro do Conselho de Administração do SEPACO - Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo; (iii) membro do Conselho Deliberativo da Sociedade Israelita Hospital Albert Einstein, sociedade cuja atividade principal é o atendimento hospitalar; (iv) membro do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF (Rio de Janeiro); e (v) Vice-Presidente do Conselho Superior de Economia da FIESP.

Boris Tabacof declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Claudio Thomaz Lobo Sonder - 066.934.078-20

Graduou-se em Engenharia Química e em Ciências Econômicas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e cursou extensão universitária em Munique, na Alemanha, e em Boston, nos Estados Unidos. Claudio Sonder tem 40 anos de experiência profissional em empresas dos setores químico e farmacêutico. Entre 1983 e 1993, foi Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Hoechst do Brasil Química e Farmacêutica S.A. Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, ocupou e/ou ocupa os seguintes cargos: (a) desde 2010, é Diretor Vice-Presidente Executivo e, desde abril de 2013, é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; (b) desde 2002 é membro do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose (sendo Vice-Presidente desde 2013), nossa controlada e companhia aberta cuja principal atividade é a fabricação, comércio, importação e exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências florestais; desde 2006, é coordenador do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e membro do Comitê de Auditoria da Suzano Papel e Celulose; e desde 2012, é membro do Comitê de Gestão da Suzano Papel e Celulose, sendo responsável, respectivamente, pela (i) orientação geral dos negócios sociais; (ii) coordenação da assessoria relacionada ao planejamento estratégico e de sustentabilidade da companhia; (iii) assessoria relacionada à análise das demonstrações financeiras, desenvolvimento dos controles internos e fiscalização das auditorias interna e externa da companhia; e (iv) análise referente à distribuição da remuneração anual dos administradores; (c) desde abril de 2013, é Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice Presidente Executivo da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (d) de 2010 a maio 2015, foi Diretor e desde abril de 2015, é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Polpar S.A., companhia aberta controlada pelos acionistas controladores da Companhia, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, sendo responsável pela gestão e planejamento estratégico da companhia; (e) desde 2011, é Diretor da Alden Desenvolvimento Imobiliário Ltda.; (f) desde 2010, é membro do Conselho Diretor e do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável; (g) desde 2010, é membro do Conselho de Administração da MDS, SGPS, S.A., companhia constituída de acordo com as leis da Portugal cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (h) desde abril de 2015, é Diretor da Premesa S.A., controlada da Companhia cuja principal atividade é a incorporação de empreendimentos imobiliários, sendo responsável pela gestão e planejamento estratégico da companhia; (i) desde 2011, é membro do Conselho Curador e desde 2013, é membro da diretoria executiva da Fundação Arymax, associação cuja atividade principal é a promoção, apoio e desenvolvimento de atividades ligadas a interesses sociais. Claudio Sonder atualmente também é (i) desde 2013, é Vice-Presidente do Conselho de Administração das Lojas Renner S.A., companhia aberta cuja principal atividade é o comércio através de lojas de departamentos e magazines; (ii) membro do Conselho de Administração do Grupo RBS S.A., companhia cuja atividade principal é a comunicação multimídia através de emissoras de televisão, rádio, jornais e portal na internet; e (iii) Vice-Presidente do Conselho Deliberativo da Sociedade Israelita Hospital Albert Einstein, sociedade cuja principal atividade é o atendimento hospitalar. Claudio Sonder declarou que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito (a) condenação criminal, (b) condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Ricardo Scalzo - 370.933.557-49

Licenciado em Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro desde 1974. Ingressou nesse mesmo ano na Arthur Andersen S&C como assistente de auditoria. Ao longo de sua carreira de cerca de 8 anos, realizou trabalhos de auditoria e prestou consultoria em empresas de ramos de atividade e portes diversificados. Em 1982, já na função de gerente de auditoria e consultoria financeira da Arthur Andersen, foi convidado a trabalhar no Banco de Investimentos Garantia S.A. com a missão de implantar e gerenciar a área de auditoria e controle corporativo. Durante todo o período em que permaneceu no Banco de Investimentos Garantia S.A. esteve subordinado diretamente à presidência. Participou ativamente na consecução de diversas transações de natureza corporativa e societária, destacando-se as aquisições das Lojas Americanas S.A. e da Companhia e Cervejaria Brahma, constituição da AmBev e alienação do Banco para terceiros em 1998. Imediatamente após à alienação do Banco, foi atuar com os seus ex-sócios majoritários, na qualidade de consultor em tempo integral, trabalhando, especialmente, no gerenciamento e na administração das diversas empresas holding pertencentes aos mesmos. Permaneceu com tais atribuições até 2005. Atualmente, é consultor independente e conselheiro fiscal certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC em 2009. Atua como membro titular do conselho fiscal das seguintes empresas: Lojas Americanas S.A. (desde a implantação do conselho fiscal em 1999), ALL-América Latina Logística S.A. (desde 2004); Magnesita Refratários S.A. (desde 2008); Tecnisa S.A. (desde 2007); Kroton Educacional S.A. (desde 2011); BHG Hóteis S.A. (desde 2011); Maringá S.A. Cimento Ferro e Liga (desde 2013); e Aliansce Shopping Center S/A (desde 2014). Foi, ainda, conselheiro fiscal das seguintes empresas: Companhia e Cervejaria Brahma AmBev (1992 a 2003); Contax S.A. (2005 a 2007); Hopi Hari (2000 a 2008); Companhia Energética do Maranhão – CEMAR (2007); Equatorial Energia S.A. (2007); Beneficência Médica Brasileira S.A. - Hospital São Luiz (2008 a 2012); e São Carlos Participações S.A. (2013). Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde março de 2015 é Presidente do Conselho Fiscal da Companhia e do Conselho Fiscal da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades.

Ricardo Scalzo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marcelo Curti - 036.305.588-60

Economista formado pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), com pós-graduação em administração de empresas também pela FAAP. É sócio-diretor da Rio Branco Consultores Associados desde julho de 2009 e da Maiol Assessoria em Gestão Empresarial desde 2003. É membro do Conselho Fiscal da Duke Energy International e da Geração Parapanema S.A. desde 2009; da Hypermarcas S.A. e da Cosan S.A. – Indústria e Comércio desde 2013. Entre 1981 e 2008, foi diretor estatutário e membro dos Comitês Executivos e de Auditoria dos Bancos Safra e Banco J. Safra. Foi diretor no Shopping Vila Olímpia como representante da Brookfield Shopping Center. É diretor da empresa Taubaté Nova Fronteira Ltda.

Foi membro e presidente dos conselhos de administração da BCP SP S.A. - Telecomunicações e da BSE NE S.A. – Telecomunicações entre 1998 e 2003 (Atual Claro). Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde março de 2015 é membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia e do Conselho Fiscal da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades

Marcelo Curti declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Heraldo Gilberto de Oliveira - 454.094.479-72

Formado em Administração e Ciências Contábeis e é mestre em Contabilidade e Controladoria pela FEA – USP (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade). Atualmente é (i) coordenador da área de projetos da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIEPACFI desde 1997; e (ii) membro independente do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Auditoria do Banco Industrial e Comercial S.A. – BICBANCO desde 2009, sendo seu membro qualificado perante o Banco Central. Atua como assistente técnico pericial em questões envolvendo matérias contábil, societária e tributária, em processos administrativos, judiciais e arbitragens. Foi auditor independente entre 1984 e 1995 (Directa BDO), bem como professor da FEA – USP no âmbito do Programa de Aperfeiçoamento do Ensino e de cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de contabilidade, auditoria e mercado de capitais. Atuou como membro do Conselho de Administração e coordenador do Comitê de Auditoria (membro especialista em Contabilidade e Finanças) do Banco Nossa Caixa S/A entre 2007 e até a realização da operação da Nossa Caixa com o Banco do Brasil. Foi membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP entre 2009 e 2013. Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde fevereiro de 2015, é membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia; de fevereiro a abril de 2005, foi membro efetivo e desde maio de 2015, é membro suplente do Conselho Fiscal da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades

Heraldo Oliveira declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Guillermo Oscar Braunbeck - 106.627.498-39

Formado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e é doutor em Controladoria e Contabilidade pela FEA – USP. Atualmente é (i) conselheiro fiscal suplente da Via Varejo S.A. (entidade administradora de duas importantes varejistas brasileiras, Casas Bahia e Ponto Frio) desde 2014; e (ii) sócio-administrador da Laplane – Consultoria Econômica Ltda. (pessoa jurídica através da qual são desenvolvidos projetos de consultoria empresarial, fundamentalmente de emissão de notas técnicas, estudos e pareceres em temas de contabilidade e finanças) desde 2009. Foi aprovado em concurso público em 2014 para exercer o cargo de Professor Doutor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA/USP) no Departamento de Contabilidade e Atuária. É também professor e pesquisador atuante nas disciplinas de Contabilidade Empresarial, Relatórios Financeiros, Contabilidade Internacional e Governança Corporativa em curso de especialização e MBA da Fiepacfi, bem como consultor em projetos de gestão, finanças e contabilidade desde 2008. Foi assistente, supervisor e gerente de auditoria da Arthur Andersen S/C entre 1994 e 2001. Atuou como Gerente de Riscos e Auditoria Interna Ombudsman (ouvidor-geral) da Votorantim Celulose e Papel S.A. (atual Fibria) de 2002 até 2005. Foi sócio-diretor atuante nas áreas de Assurance, Consultoria Contábil e Governança Corporativa do Hirashima & Associados entre 02/2005 e 01/2009. Atuou como conselheiro fiscal suplente e conselheiro especialista em finanças suplente do conselho fiscal nas funções de Audit Committee nos termos da Sarbanes-Oxley Act da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer) de 2005 até 2010. Foi gerente de projetos responsável por projetos educacionais de disseminação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) no International Accounting Standards Board (IASB) entre 09/2011 e 08/2014. Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde março de 2015, é membro sup do Conselho Fiscal da Companhia; de março a abril de 2015, foi membro suplente do Conselho Fiscal da IPLF Holding S.A., e em maio de 2015, passou a ser membro efetivo do Conselho Fiscal.

Guillermo Braunbeck declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marcelo Meth - 596.424.677-04

Formou-se em Economia pela Universidade Cândido Mendes em 1983, em Contabilidade pela Universidade Santa Úrsula em 1991 e em Direito pela Universidade Paulista em 2004. Fez especialização em Administração com Ênfase em Controladoria - Faculdade de Economia São Luis (SP) e atualmente faz MBA na USP, especialização em IFRS. Iniciou a carreira como trainee na Auditoria Interna da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, alcançando o cargo de controller nas holdings de algumas empresas, dentre as quais: Grupo Garantia, GP Investments, Ambev, Lojas Americanas, e São Carlos Empreendimentos Imobiliários, entre outros, e também foi sócio diretor da RB Capital. Atuou como sócio gerente da empresa Soldo Serviços de Contabilidade Ltda. entre 2001 e 2009, prestando consultoria nas áreas contábil, fiscal, financeira e administrativa para diversas empresas e tendo como principais clientes: São Carlos Empreendimentos Imobiliários, GP Investimentos e Holdings de investimentos nas Lojas Americanas e AmBev entre outras. Atuou como membro efetivo do Conselho Fiscal do Hopi Hari, Membro Titular do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas do Maranhão - Cemar S.A. (empresa do ramo de geração e distribuição de energia) e Membro Suplente do Conselho Fiscal das Lojas Americanas S.A. (empresa do ramo de varejo). Atualmente é (i) sócio diretor de empresas do Grupo RB Capital (empresa independente que desenvolve soluções inovadoras no mercado de capitais); membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia e da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades.

Marcelo Meth declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Carlos Garbes - 005.994.128-60

Graduou-se em Economia pela Faculdade de Economia São Luís e ocupou diversos cargos no Grupo Suzano nas duas últimas décadas. Entre 2002 e 2006, foi Gerente de Controladoria da Suzano Papel e Celulose S.A., sendo anteriormente responsável pela Área de Relações com Investidores, companhia de capital aberto controlada pela Companhia. Entre 2006 e 2011, foi Diretor Financeiro e Administrativo da Ripasa Papel e Celulose S.A, transformada em 2009 no Conpacel, consórcio constituído pela Suzano Papel e Celulose S.A. e Votorantim Celulose e Papel S.A. sendo posteriormente adquirido pela Suzano Papel e Celulose S.A. Como Diretor do Conpacel era responsável pelas áreas de Controladoria, Contas a Pagar, Recursos Humanos e Serviços Administrativos, Tecnologia da Informação, Jurídico, bem como Suprimentos e Logística. Entre 2011 e 2012, auxiliou no planejamento tributário e projetos especiais da Suzano Papel e Celulose S.A. Entre 2012 e 2013, foi Diretor Financeiro da Usinas Itamarati, responsável junto à acionista pela negociação para alienação das operações dos negócios de açúcar e álcool e terras, desenvolvimento de estratégias de reestruturação do passivo bancário e tributário e análises de viabilidade de equalização de fluxo de caixa. José Carlos Garbes é também associado na AFL Consultores Associados, empresa especializada em serviços de consultoria tributária.

José Garbes declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não tem comitês.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Daniel Feffer	011.769.138-08	Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia				
<u>Pessoa relacionada</u>				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Diretor Presidente e acionista controlador				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Daniel Feffer	011.769.138-08	Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Ruben Feffer	157.423.548-60	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
controlador				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Daniel Feffer	011.769.138-08	Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Jorge Feffer	013.965.718-50	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
acionista controlador				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Gestão e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia				

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Ruben Feffer acionista controlador	157.423.548-60	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Daniel Feffer Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia	011.769.138-08	Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
David Feffer Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Gestão e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia	882.739.628-49	Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Daniel Feffer acionista controlador	011.769.138-08	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
David Feffer Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Gestão e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia	882.739.628-49	Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Jorge Feffer Acionista controlador	013.965.718-50	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

David Feffer	882.739.628-49	Premesa S.A.	61.142.469/0001-50	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente				

Pessoa relacionada

Daniel Feffer	011.769.138-08	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
acionista controlador				

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

David Feffer	882.739.628-49	Premesa S.A.	61.142.469/0001-50	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente				

Pessoa relacionada

Jorge Feffer	013.965.718-50	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Acionista controlador				

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

David Feffer	882.739.628-49	Premesa S.A.	61.142.469/0001-50	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente				

Pessoa relacionada

Ruben Feffer	157.423.548-60	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
acionista controlador				

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Jorge Feffer membro do Conselho de Administração e do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia	013.965.718-50	Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
David Feffer Diretor Presidente e acionista controlador	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Jorge Feffer Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia	013.965.718-50	Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Ruben Feffer Acionista controlador	157.423.548-60	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Jorge Feffer membro do Conselho de Administração e do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia	013.965.718-50	Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Daniel Feffer acionista controlador	011.769.138-08	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	47.892.435/0001-51	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Jorge Feffer acionista controlador	013.965.718-50	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	47.892.435/0001-51	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Daniel Feffer acionista controlador	011.769.138-08	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	47.892.435/0001-51	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Ruben Feffer acionista controlador	157.423.548-60	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Daniel Feffer acionista controlador	011.769.138-08	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Observação				

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

Administrador do emissor ou controlada

David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
------------------------------------	----------------	---------------------	--------------------	---

Pessoa relacionada

Jorge Feffer acionista controlador	013.965.718-50	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
---------------------------------------	----------------	---------------------	--------------------	--

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
------------------------------------	----------------	---------------------	--------------------	---

Pessoa relacionada

Ruben Feffer Acionista controlador	157.423.548-60	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
---------------------------------------	----------------	---------------------	--------------------	--

Observação

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2015Administrador do Emissor

David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Controle	Controlada Direta
------------------------------------	----------------	----------	-------------------

Pessoa Relacionada

Suzano Papel e Celulose S.A. Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Gestão e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia	16.404.287/0001-55		
--	--------------------	--	--

Observação

Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.

Administrador do Emissor

Claudio Thomaz Lobo Sonder Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente Executivo	066.934.078-20	Subordinação	Controlada Direta
--	----------------	--------------	-------------------

Pessoa Relacionada

Suzano Papel e Celulose S.A. Vice-Presidente do Conselho de Administração, coordenador do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e membro dos Comitês de Gestão e Auditoria	16.404.287/0001-55		
---	--------------------	--	--

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Antonio de Souza Corrêa Meyer Membro do Conselho de Administração	215.425.978-20	Subordinação	Controlada Direta
--	----------------	--------------	-------------------

Pessoa Relacionada

Suzano Papel e Celulose S.A. Membro do Conselho de Administração	16.404.287/0001-55		
---	--------------------	--	--

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Antonio de Souza Corrêa Meyer Membro do Conselho de Administração	215.425.978-20	Prestação de serviço	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Suzano Papel e Celulose S.A. Membro do Conselho de Administração	16.404.287/0001-55		
Observação A prestação de serviço se dá por meio do escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, do qual o conselheiro é sócio			
<hr/>			
Administrador do Emissor David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Premesa S.A. Diretor Presidente	61.142.469/0001-50		
Observação Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			
<hr/>			
Administrador do Emissor David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Nemonorte Imóveis e Participações Ltda. Diretor Presidente	47.892.435/0001-51		
Observação Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			
<hr/>			
Administrador do Emissor Claudio Thomaz Lobo Sonder Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente Executivo	066.934.078-20	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda. Diretor Executivo	47.892.435/0001-51		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Claudio Thomaz Lobo Sonder Vice-Presidente do Conselho e Administração e Diretor Vice-Presidente Executivo	066.934.078-20	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Premesa S.A. Diretor	61.142.469/0001-50		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
ORLANDO DE SOUZA DIAS Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores	046.293.378-49	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Premesa S.A. Diretor	61.142.469/0001-50		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
ORLANDO DE SOUZA DIAS Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores	046.293.378-49	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda. Diretor Executivo	47.892.435/0001-51		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Gustavo Kehl Jobim Diretor Vice-Presidente Executivo	075.913.208-90	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> Suzano Papel e Celulose S.A. Membro do Comitê de Gestão	16.404.287/0001-55		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Gustavo Kehl Jobim Diretor Vice-Presidente Executivo	075.913.208-90	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Premesa S.A. Diretor	61.142.469/0001-50		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Gustavo Kehl Jobim Diretor Vice-Presidente Executivo	075.913.208-90	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Nemonorte Imóveis e Participações Ltda. Diretor Executivo	47.892.435/0001-51		
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2014Administrador do Emissor

David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Controle	Controlada Direta
------------------------------------	----------------	----------	-------------------

Pessoa Relacionada

Suzano Papel e Celulose S.A. Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Gestão e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia	16.404.287/0001-55		
--	--------------------	--	--

Observação

Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.

Administrador do Emissor

Claudio Thomaz Lobo Sonder Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente Executivo	066.934.078-20	Subordinação	Controlada Direta
--	----------------	--------------	-------------------

Pessoa Relacionada

Suzano Papel e Celulose S.A. Membro do Conselho de Administração, coordenador do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e membro dos Comitês de Gestão e Auditoria	16.404.287/0001-55		
--	--------------------	--	--

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Antonio de Souza Corrêa Meyer Membro do Conselho de Administração	215.425.978-20	Subordinação	Controlada Direta
--	----------------	--------------	-------------------

Pessoa Relacionada

Suzano Papel e Celulose S.A. Membro do Conselho de Administração	16.404.287/0001-55		
---	--------------------	--	--

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Antonio de Souza Corrêa Meyer Membro do Conselho de Administração	215.425.978-20	Prestação de serviço	Fornecedor
Pessoa Relacionada Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados Sócio	45.762.077/0004-80		
Observação			

Administrador do Emissor David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Premesa S.A. Diretor Presidente	61.142.469/0001-50		
Observação Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			

Administrador do Emissor David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Nemonorte Imóveis e Participações Ltda. Diretor Presidente	47.892.435/0001-51		
Observação			

Administrador do Emissor Claudio Thomaz Lobo Sonder Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente Executivo	066.934.078-20	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda. Diretor Executivo	47.892.435/0001-51		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Claudio Thomaz Lobo Sonder Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente Executivo	066.934.078-20	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Premesa S.A. Diretor	61.142.469/0001-50		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
ORLANDO DE SOUZA DIAS Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores	046.293.378-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Premesa S.A. Diretor	61.142.469/0001-50		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
ORLANDO DE SOUZA DIAS Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores	046.293.378-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda. Diretor Executivo	47.892.435/0001-51		
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Gustavo Kehl Jobim Diretor Vice-Presidente Executivo	075.913.208-90	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Suzano Papel e Celulose S.A. Membro do Comitê de Gestão	16.404.287/0001-55		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Gustavo Kehl Jobim Diretor Vice-Presidente Executivo	075.913.208-90	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Premesa S.A. Diretor	61.142.469/0001-50		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Gustavo Kehl Jobim Diretor Vice-Presidente Executivo	075.913.208-90	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Nemonorte Imóveis e Participações Ltda. Diretor Executivo	47.892.435/0001-51		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Marcos Sampaio de Almeida Prado	095.833.608-30	Prestação de serviço	Fornecedor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Almeida Prado, Assessoria Contábil S.S. Ltda.

03.763.697/0001-40

Sócio

Observação**Administrador do Emissor**

David Feffer

882.739.628-49

Controle

Controlada Direta

Diretor Presidente

Pessoa Relacionada

Nemopar S.A.

Diretor Presidente

Observação

Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.

Exercício Social 31/12/2013**Administrador do Emissor**

David Feffer

882.739.628-49

Controle

Controlada Direta

Diretor Presidente

Pessoa Relacionada

Suzano Papel e Celulose S.A.

16.404.287/0001-55

Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Gestão, membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e membro do Comitê de Auditoria

Observação

Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.

Administrador do Emissor

Daniel Feffer

011.769.138-08

Controle

Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Vice-Presidente Corporativo			
Pessoa Relacionada			
Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55		
Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia.			
Observação			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			

Administrador do Emissor			
Jorge Feffer	013.965.718-50	Controle	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente Corporativo			
Pessoa Relacionada			
Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55		
Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia.			
Observação			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			

Administrador do Emissor			
Claudio Thomaz Lobo Sonder	066.934.078-20	Subordinação	Controlada Direta
Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente Executivo			
Pessoa Relacionada			
Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55		
Membro do Conselho de Administração, coordenador do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e membro dos Comitês de Gestão e Auditoria..			
Observação			
Eleito como membro do Comitê de Gestão em 09.05.2012.			

Administrador do Emissor			
Antonio de Souza Corrêa Meyer	215.425.978-20	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Suzano Papel e Celulose S.A. Membro do Conselho de Administração	16.404.287/0001-55		
Observação			

Administrador do Emissor			
David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Premesa S.A. Diretor Vice-Presidente	61.142.469/0001-50		
Observação			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			

Administrador do Emissor			
Daniel Feffer Diretor Vice-Presidente Corporativo	011.769.138-08	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Premesa S.A. Diretor Presidente	61.142.469/0001-50		
Observação			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			

Administrador do Emissor			
Jorge Feffer Diretor Vice-Presidente Corporativo	013.965.718-50	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Premesa S.A. Diretor	61.142.469/0001-50		
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.

Administrador do Emissor

David Feffer	882.739.628-49	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente			

Pessoa Relacionada

Nemopar S.A.
Diretor Presidente

Observação

Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.

Administrador do Emissor

Daniel Feffer	011.769.138-08	Controle	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente Corporativo			

Pessoa Relacionada

Nemopar S.A..
Diretor Vice-Presidente

Observação

Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.

Administrador do Emissor

Daniel Feffer	011.769.138-08	Controle	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente Corporativo			

Pessoa Relacionada

Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	47.892.435/0001-51		
Diretor Presidente			

Observação

Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.

Administrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Boris Tabacof Vice-Presidente do Conselho de Administração	000.616.035-20	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Nemonorte Imóveis e Participações Ltda. Diretor Executivo	47.892.435/0001-51		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Jorge Feffer Diretor Vice-Presidente Corporativo	013.965.718-50	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Nemonorte Imóveis e Participações Ltda. Diretor Executivo	47.892.435/0001-51		
<u>Observação</u> Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Marcelo Feriozzi Bacci Diretor Vice-Presidente Executivo	165.903.168-05	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Suzano Papel e Celulose S.A. Membro do Comitê de Gestão	16.404.287/0001-55		
<u>Observação</u> Eleito como membro do Comitê de Gestão em 09.05.2012.			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.11. Acordos (inclusive apólices de seguro) estabelecendo o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais e acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções:

A Companhia contratou cobertura de seguro de Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e ou Administradores (D&O), o qual visa garantir aos administradores da Companhia e de suas controladas o pagamento ou o reembolso de despesas decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou a nossa Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais e acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em razão do exercício de suas funções. A apólice contratada está em vigor e o prêmio foi devidamente pago. A Companhia considera que a cobertura de sua apólice de seguro de responsabilidade civil de administradores, no valor de R\$ 120.000.000,00, é consistente com as de outras empresas do setor e suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando suas atividades e as de suas controladas. O valor do prêmio pago pela Companhia e controladas com o seguro de D&O em 2015 foi de R\$ 288.000,00. Tal apólice está vigente no período compreendido entre 11/08/2015 e 11/08/2016.

12.12 - Práticas de Governança Corporativa

12.12. Informar se o emissor segue algum código de boas práticas de governança corporativa, indicando, em caso afirmativo, o código seguido e as práticas diferenciadas de governança corporativa adotadas em razão do mesmo.

A Companhia não segue códigos de boas práticas corporativas.

12.13 - Outras informações relevantes

12.13. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1 Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração

Nossa política de remuneração tem por objetivo atrair e reter profissionais na Companhia que tenham alinhamento com nossos princípios e valores e com os objetivos dos acionistas.

Para tanto, pautamos nossa política pelo acompanhamento do ambiente externo e comparamos anualmente nossa grade salarial com mercados de referência, composto por empresas concorrentes nos segmentos em que atuamos, multinacionais brasileiras, empresas de capital aberto ou que possuam estratégia de remuneração similar àquela que praticamos.

Nossa estratégia de remuneração indica que queremos nos posicionar acima mediana de nosso mercado de referência na remuneração total para que, com isto, possamos atingir nossos objetivos de atração e retenção dos profissionais de alto nível que ajudarão a Companhia a entregar e superar os resultados planejados.

Praticamos também, com relação à remuneração variável, a participação nos lucros e resultados alicerçada por metas que estejam alinhadas à estratégia da Companhia e que sejam adequadas para cada parcela dos nossos colaboradores.

Para alguns colaboradores que tenham responsabilidade direta ou indireta e ativa na estratégia de longo prazo da Companhia, oferecemos ainda a possibilidade de acesso a um programa de incentivo de longo prazo atrelado à valorização das ações da Companhia, do tipo *phantom shares*.

O programa tem por objetivo estimular a expansão da Companhia e o atingimento das metas empresariais estabelecidas, a partir da criação de incentivos que visem a uma maior integração de nossos executivos, administradores e colaboradores, na qualidade de acionistas da Companhia.

b) Composição da remuneração, indicando: (i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles; (ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total; (iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração; e (iv) razões que justificam a composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um destes elementos

Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração recebem somente a remuneração fixa, a qual é estabelecida de acordo com padrões de mercado e visa recompensar, atrair e reter Conselheiros que agreguem valor aos resultados da empresa.

Nenhum membro do Conselho de Administração participa dos programas de incentivo de longo prazo em *phantom Shares*.

Diretoria

Os membros da Diretoria fazem jus à remuneração fixa e variável.

Para a remuneração variável há o incentivo de curto prazo, como forma de recompensa pelo atingimento de metas que sustentem a estratégia de curto prazo da Companhia.

Há ainda o incentivo de longo prazo que, por meio de mecanismo de *phantom shares*, recompensa os executivos pelo atingimento de metas que dão sustentação aos objetivos estratégicos de médio e longo prazo da Companhia.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Ambas parcelas da remuneração variável atuam no alinhamento dos executivos com os objetivos dos acionistas e com a sustentabilidade da Companhia.

Tanto a remuneração fixa quanto a variável dos membros da Diretoria são estabelecidas conforme padrões de mercado por meio de pesquisas conduzidas por renomadas consultorias especializadas no tema.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal recebem, cada membro, remuneração fixa, superior a 10% (dez por cento) da remuneração que, em média, for atribuída a cada diretor da Companhia, excluídos os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros atribuídos aos diretores, na forma do §3º do Art. 162 da Lei 6.404/76.

Comitês

Não há Comitês na Companhia.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Conselho de Administração

Nos últimos três anos 100% da remuneração total do Conselho de Administração foi paga no modelo de remuneração fixa.

Diretoria

A tabela abaixo indica o percentual da parcela da remuneração fixa (salários / pró-labores, benefícios diretos e indiretos e pós emprego), da variável de curto prazo (bônus e participação nos resultados) e a remuneração variável de longo prazo (baseada em ações):

Ano	Remuneração Fixa ⁽¹⁾	Remuneração Variável Curto Prazo ⁽²⁾	Remuneração Variável Longo Prazo ⁽³⁾
2015	46%	47%	7%
2014	46%	51%	2%
2013	39%	57%	4%

⁽¹⁾ Remuneração fixa (salários / pró-labores, benefícios diretos e indiretos e pós emprego)

⁽²⁾ Remuneração variável curto prazo (bônus e participação nos resultados)

⁽³⁾ Remuneração variável longo prazo (baseada em ações)

Conselho Fiscal

Para o Conselho Fiscal 100% de sua remuneração total é paga no modelo de remuneração fixa.

Esses percentuais podem variar em função do resultado dos indicadores que direcionam a remuneração variável.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores da remuneração pagos pela Companhia aos membros da Diretoria e Conselho de Administração são periodicamente comparados com os valores pagos pelo mercado, conforme diretrizes estabelecidas pela estratégia de remuneração, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas renomadas e especializadas no tema, de modo a apurar o grau de competitividade e, se necessário, avaliar a necessidade de se propor ajustes em algum componente da remuneração que esteja desalinhado.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

Buscamos alinhar a composição de nossa remuneração às proporções praticadas pelo mercado e estas são também dimensionadas de modo a atingir o objetivo da estratégia de remuneração quanto ao posicionamento da remuneração total acima da mediana deste mercado selecionado.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Os valores de remuneração pagos pela Companhia ao Conselho Fiscal observam o disposto no §3º do Art. 162 da Lei 6.404/76.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há membros não remunerados.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a parcela fixa da remuneração são consideradas pesquisas de mercado e o posicionamento relativo da remuneração frente a este mercado.

Para as parcelas variáveis são definidos indicadores que demonstrem o suporte à estratégia da Companhia.

Um exemplo de metas definidas no período são o EBITDA de empresas controladas.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A parcela fixa da remuneração é estruturada para um posicionamento na mediana do mercado selecionado, tendo como base pesquisas conduzidas por consultorias especializadas no tema.

A remuneração variável é estruturada de modo que somente quando atingidos níveis mínimos das metas definidas seja reconhecida remuneração variável.

Adicionalmente, a Companhia tem um programa estruturado de avaliação do alinhamento do comportamento dos membros da Diretoria, de modo a garantir o alinhamento destes aos valores e princípios éticos da empresa e esta avaliação também tem reflexo em uma parcela da remuneração variável.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Companhia busca o alinhamento das práticas de remuneração com os interesses de curto prazo por meio da atração e retenção de profissionais que agreguem valor ao seu negócio.

Para isso aplica alinhamento da remuneração fixa com um mercado selecionado.

Ainda no alinhamento de curto prazo, a Companhia monitora e reconhece, por meio da remuneração variável de curto prazo, indicadores de desempenho dos negócios em base anual.

Alguns destes indicadores também atuam no alinhamento dos interesses de médio prazo.

Os programas de incentivo de longo prazo atuam no alinhamento dos interesses de longo prazo da Companhia.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Conselho de Administração

Há membro do Conselho de Administração que também tem remuneração suportada por empresas controladas direta ou indiretamente pelos acionistas controladores da Companhia, recebida a título de honorários pela participação em Conselho de Administração.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutáriaDiretoria

Há membros da Diretoria com remuneração suportada por empresas controladas direta ou indiretamente pelos acionistas controladores da Companhia, recebida a título de honorários pela participação em Conselho de Administração e Comitês.

Conselho Fiscal

A remuneração de seus membros é suportada integralmente pela Companhia.

Comitês

Não há Comitês na Companhia.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação de controle acionário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinados eventos societários.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2016 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	462.000,00	2.849.328,86	405.571,32	3.716.900,18
Benefícios direto e indireto	0,00	331.909,36	0,00	331.909,36
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	92.400,00	569.865,77	81.114,26	743.380,03
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	5.538.147,50	0,00	5.538.147,50
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	54.662,92	0,00	54.662,92
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.111.035,27	0,00	1.111.035,27
Observação				
Total da remuneração	554.400,00	10.454.949,68	486.685,58	11.496.035,27

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00	2,50	11,50
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	420.000,00	5.209.504,42	304.380,30	5.933.884,72
Benefícios direto e indireto	0,00	584.772,78	0,00	584.772,78
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	84.000,00	1.051.095,85	60.876,06	1.195.971,91

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.489.094,00	0,00	1.489.094,00
Participação de resultados	0,00	5.381.781,00	0,00	5.381.781,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	297.818,80	0,00	297.818,80
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	49.693,56	0,00	49.693,56
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.061.413,75	0,00	1.061.413,75
Observação				
Total da remuneração	504.000,00	15.125.174,16	365.256,36	15.994.430,52

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,33	0,00	10,33
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	420.000,00	7.681.015,95	0,00	8.101.015,95
Benefícios direto e indireto	0,00	611.452,70	0,00	611.452,70
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	84.000,00	1.532.664,84	0,00	1.616.664,84
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.770.090,25	0,00	4.770.090,25
Participação de resultados	0,00	5.225.110,08	0,00	5.225.110,08
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	954.018,05	0,00	954.018,05

Descrição de outras remunerações variáveis		INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.		
Pós-emprego	0,00	53.448,00	0,00	53.448,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	489.910,31	0,00	489.910,31
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente.	O número de membros da Diretoria Estatutária foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	Não há Conselho Fiscal.	
Total da remuneração	504.000,00	21.317.710,18	0,00	21.821.710,18

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	6,00	0,00	11,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.188.747,92	8.213.725,46	0,00	9.402.473,38
Benefícios direto e indireto	0,00	360.975,89	0,00	360.975,89
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	237.749,56	1.639.344,15	0,00	1.877.093,71
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	7.030.000,00	0,00	7.030.000,00
Participação de resultados	0,00	5.871.320,00	0,00	5.871.320,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.406.000,00	0,00	1.406.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração variável (bônus).		
Pós-emprego	0,00	52.847,28	0,00	52.847,28
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	984.876,99	0,00	984.876,99

Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente.	O número de membros da Diretoria Estatutária foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente.	Não há Conselho Fiscal.	
Total da remuneração	1.426.497,48	25.559.089,77	0,00	26.985.587,25

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3 Remuneração variável dos últimos três exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Exercício social corrente (encerrado em 31.12.2016)

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	4	3,00	12,00
Número de membros remunerados	0	4	0	4,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	3.190.000,00	N/A	3.190.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	6.816.755,00	N/A	6.816.755,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	5.538.147,50	N/A	5.538.147,50

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Exercício social encerrado em 31.12.2015**

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	4	2,50	11,50
Número de membros remunerados	0	4	0	4,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	1.191.275,20	N/A	1.191.275,20
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	1.786.912,80	N/A	1.786.912,80
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	1.489.094,00	N/A	1.489.094,00
Valor efetivamente reconhecido exercício social	N/A	1.489.094,00	N/A	1.489.094,00
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	3.100.000,00	N/A	3.100.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	6.197.050,00	N/A	6.197.050,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	5.849.499,00	N/A	5.849.499,00
Valor efetivamente reconhecido exercício social	N/A	5.381.781,00	N/A	5.381.781,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Exercício social encerrado em 31.12.2014**

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	5,33	0	10,33
Número de membros remunerados	0	5,33	0	5,33
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	4.770.090,00	N/A	4.770.090,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	8.290.000,00	N/A	8.290.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	4.770.090,00	N/A	4.770.090,00
Valor efetivamente reconhecido exercício social	N/A	4.770.090,00	N/A	4.770.090,00
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	3.197.248,00	N/A	3.197.248,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	6.061.056,00	N/A	6.061.056,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	5.411.652,00	N/A	5.411.652,00
Valor efetivamente reconhecido exercício social	N/A	5.225.110,00	N/A	5.225.110,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Exercício social encerrado em 31.12.2013**

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	6	0	11
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	5.863.755,00	N/A	5.863.755,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	7.063.755,00	N/A	7.063.755,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	7.063.755,00	N/A	7.063.755,00
Valor efetivamente reconhecido exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	2.794.000,00	N/A	2.794.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	5.668.000,00	N/A	5.668.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	5.259.490,00	N/A	5.259.490,00
Valor efetivamente reconhecido exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

a. termos e condições gerais

Para seus principais executivos e membros chave entre seus colaboradores, a Companhia possui dois planos de incentivo de longo prazo (ILP) atrelados ao preço da ação da Suzano Papel e Celulose, subsidiária da Companhia ("SPC"), com pagamento em moeda corrente (liquidação em caixa). São eles o Plano de Ações Fantasma e o plano de apreciação do valor das ações (SAR – *Share Appreciation Right*). Os dois planos, além de dependerem do preço da ação da SPC, também dependem do desempenho das ações da SPC em relação aos principais concorrentes, como será detalhado no item "i".

- **Plano de Ações Fantasma**

São estabelecidas condições gerais para a outorga, pela Companhia, de ações fantasmas a esses executivos (beneficiários), as quais são definidas em regulamentos específicos que devem ser administrados pelo comitê de remuneração (não estatutário), segundo as diretrizes e condições estabelecidas.

Anualmente, o comitê de remuneração estabelece indicadores de desempenho no âmbito corporativo (condição de aquisição) que, se atingidos, configuram o direito à outorga de ações fantasmas aos seus beneficiários.

A determinação das quantidades de ações fantasmas a serem outorgadas a cada beneficiário é definida pela divisão entre a quantidade de salários concedidos e a média aritmética das cotações de fechamento das ações preferenciais da SPC (SUZB5) negociadas nos últimos 90 pregões.

As quantidades de salários concedidos são determinadas com base em (i) cumprimento de metas; (ii) quantidades discricionárias atribuídas pelo comitê de remuneração em relação ao nível de atendimento dos indicadores corporativos; e (iii) quantidades por diferimento, mediante o investimento do beneficiário de parte de sua remuneração de curto prazo, limitado a dois salários, com aporte de mesmo valor pela Companhia.

São então outorgadas quantidades de ações fantasmas a cada beneficiário mediante a divisão do valor total dos salários concedidos e a cotação média das ações preferenciais da SPC (SUZB5) apuradas nos últimos 90 pregões.

Para outorgas a um conjunto de executivos é aplicado um percentual atrelado ao desempenho da SPC em relação aos seus concorrentes.

Depois de outorgadas, as ações fantasmas podem ser resgatadas em dinheiro pelos beneficiários desde que eles cumpram o prazo de carência estipulado (3 anos de permanência na Companhia).

Para os planos com outorgas até 2013, continuam vigentes as condições estipuladas para os programas anteriores, até a data de liquidação.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

- **Plano de SAR**

Para seus principais executivos e membros chave entre seus colaboradores, a Companhia passou a outorgar em 2014 o plano SAR (Share Appreciation Rights, ou Plano de Apreciação do Valor das Ações). O pagamento deste plano está atrelado ao preço da ação da SPC, com pagamento em moeda corrente (liquidação em caixa). O que diferencia este plano do plano de ILP (ações fantasmas) da Companhia é o fato de existir uma exigência de valorização mínima das ações para que o beneficiário tenha ganho. Este valor tem característica similar ao preço de exercício de opções. Por este motivo, o plano também é chamado de Plano de Opções Fantasmas.

As outorgas têm preço de exercício (ou patamar mínimo de valorização das ações) que representa 20% da média dos 90 últimos pregões antes da data de outorga. A outorga foi composta de 1 lote com término da carência 3 anos após a outorga e com vencimento 6 meses após o término da carência.

Uma diferença do Plano em relação aos demais está no fato do beneficiário ser convidado a participar do plano. O aceite está relacionado ao investimento de um valor que representa 5% do valor da outorga, que deve ser depositado na conta da Companhia.

Assim como o plano de ILP, o ganho do beneficiário pode ser penalizado ou bonificado em razão do desempenho das ações da SPC em comparação ao desempenho das ações concorrentes.

b.principais objetivos do plano

Os programas de ILP são sistemas criados com o objetivo de:

- i. alavancar negócios e resultados, incentivando os executivos em busca de contribuições efetivas para o crescimento da empresa;
- ii. fortalecer o comprometimento com os resultados sustentáveis, compatibilizando visão do curto e longo prazo;
- iii. permitir que o crescimento da empresa proporcione uma recompensa financeira ao mesmo tempo em que compõe um fator de retenção dos principais executivos; e
- iv. estabelecer critérios de Participação nos Lucros e Resultados de Longo Prazo para executivos elegíveis.

c.forma como o plano contribui para estes objetivos

O plano contribui para os objetivos apresentados acima, por meio do alinhamento dos objetivos pessoais e financeiros dos beneficiários com os objetivos de longo prazo da Companhia.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O plano se insere na política de remuneração da Companhia, de modo a compor a remuneração total dos beneficiários.

Assim, em pesquisa de mercado selecionado conduzida por consultoria especializada, é avaliado o posicionamento da remuneração total dos beneficiários versus este mercado,

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

sendo que a estratégia da Companhia é que estes estejam posicionados acima da média destes resultados.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

As outorgas realizadas com base nos programas de remuneração baseada em ações (ações fantasmas) alinham os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo, desde a concessão, uma vez que estes programas de remuneração baseiam-se em indicadores de desempenho e dependem da análise do comitê de remuneração, incentivando o interesse dos administradores em trabalhar na valorização da empresa para a consequente valorização de suas ações ou opções outorgadas.

Além disso, o ciclo dos programas prevê um período de vesting (carência) para as phantom shares, de modo a estimular o interesse do beneficiário em focar em ações de gestão sustentáveis de longo prazo.

f. número máximo de ações abrangidas

Limite não aplicável, uma vez que dada a modalidade de ações fantasmas, não são emitidas / outorgadas ações existentes da Companhia – a liquidação se dá em caixa.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Não há na Companhia plano de Opção de Compra de Ações.

h. condições de aquisição das ações

- **Plano de Ações Fantasmas**

São elegíveis a este programa os Vice-Presidentes e Diretores da Companhia.

O convite em um determinado ano não é garantia de permanência no programa, sendo que os candidatos selecionados em um ano podem ou não estar na lista em anos subsequentes.

O regulamento do Plano determina ainda as seguintes condições para que esses beneficiários passem a ter direito sobre o exercício das ações fantasmas (condições de aquisição e não-aquisição): i) nos programas em que for possível fazer o diferimento, no caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária (nestes casos, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as ações fantasmas que lhe foram outorgadas, sem indenização, com exceção apenas das quantidades outorgadas por diferimento); ii) na hipótese de desligamento sem justa causa ou por aposentadoria, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das ações fantasmas, conferido ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das ações fantasmas; iii) na ausência da situação (i) e (ii) acima, as condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas ações fantasmas nos termos definidos pelos regulamentos.

Salvo nas condições de não-aquisição mencionadas acima, as ações fantasmas somente podem ser exercidas após um período de carência de um a três anos (período de aquisição) e, quando aplicável, até um período limite de seis anos a contar da data de outorga.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

- **Plano de SAR**

São elegíveis a este programa os Vice-Presidentes e Diretores da Companhia.

O convite em um determinado ano não é garantia de permanência no programa, sendo que os candidatos selecionados em um ano podem ou não estar na lista em anos subsequentes.

O regulamento do Plano determina ainda as seguintes condições para que esses beneficiários passem a ter direito sobre o exercício das SAR (condições de aquisição e não-aquisição): i) no caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as Ações Fantasma que lhe foram outorgadas, sem indenização, perdendo também o valor investido para ingressar no programa; ii) na hipótese de desligamento sem justa causa ou por aposentadoria, o beneficiário receberá o valor investido para o ingresso no programa corrigido pelo índice IPCA; iii) na ausência da situação (i) e (ii) acima, as condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas Ações Fantasma nos termos definidos pelos regulamentos.

Salvo nas condições de não-aquisição mencionadas acima, as SARs somente podem ser exercidas após um período de carência de três anos.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

- **Plano de Ações Fantasmas**

Não existe preço de exercício, uma vez que o plano não é baseado em opções, mas no valor das ações.

Todavia, o ganho correspondente a cada *phantom share* outorgada é calculado da seguinte forma:

$VR = VMA \times TRS$, sendo:

VR = Valor Resgatado = Valor a ser resgatado pelo beneficiário.

VMA = cotação média das ações da Companhia apuradas pela média dos últimos 90 pregões contando-se a partir do fechamento do último dia útil de pregão do mês anterior ao mês da concessão.

TRS = percentual atrelado ao desempenho da Companhia em relação a seus concorrentes que pode variar de 75% a 125%, quando aplicável.

- **Plano de SAR**

O preço de exercício, correspondente a cada SAR (opção fantasma), pelo qual os beneficiários poderão exercer sua opção, é calculado da seguinte forma:

$Pe = 20\% \times \text{Média dos últimos 90 pregões antes da data de outorga.}$

Já o valor resgatado é dado por:

$VR = [VMA - Pe] \times TRS$, sendo:

VR = Valor Resgatado = Valor a ser resgatado pelo beneficiário

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

VMA = VMA = cotação média das ações da Companhia apuradas pela média dos últimos 90 pregões contando-se a partir do fechamento do último dia útil de pregão do mês anterior ao mês da concessão.

TRS = percentual atrelado ao desempenho da Companhia em relação a seus concorrentes que pode variar de 75% a 125%, quando aplicável.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

O prazo de exercício deve respeitar ao menos o ciclo que a Companhia determina como adequado para o retorno das ações dos beneficiários em forma de resultados para a Companhia.

- **Plano de Ações Fantasma**

O prazo de exercício inicia no terceiro ano após a outorga e termina no sexto ano.

- **Plano SAR**

Após três anos e meio de carência, é iniciado o prazo de exercício do plano.

k. forma de liquidação

Para as ações fantasmas, a liquidação se dá em folha de pagamento em favor do beneficiário quando satisfeitas todas as condições.

l. restrições a transferência das ações

Não há para este programa a concessão de ações da Companhia, uma vez que a liquidação é realizada em dinheiro.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Os planos de Incentivo de Longo Prazo poderão ser extintos, a qualquer tempo, por decisão da Diretoria da Companhia. O término da vigência do plano não afetará a eficácia das opções ainda em vigor que tenham sido outorgadas por meio do regulamento vigente.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado e ações

Conforme mencionado no item (h) acima, com relação às Ações Fantasma: i) nos programas em que for possível fazer o diferimento conforme explicado acima, no caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as Ações Fantasma que lhe foram outorgadas, sem indenização, com exceção apenas das quantidades outorgadas por diferimento por parte do executivo; ii) na hipótese de desligamento, sem justa causa ou por aposentadoria, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das Ações Fantasma, conferindo ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das Ações Fantasma.

No caso do SAR, em situações de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as Ações Fantasma que lhe foram outorgadas, sem indenização, perdendo também o valor investido para ingressar no programa. Na hipótese de desligamento sem justa causa ou por aposentadoria, o beneficiário receberá o valor investido para o ingresso no programa corrigido pelo índice IPCA.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.5 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

As informações dos Planos de Ações Fantasmas (*phantom shares*) são apresentadas nas tabelas a seguir.

Não existem Ações Fantasmas para o Conselho de Administração ou Conselho Fiscal. Apenas a Diretoria Estatutária é contemplada por estes planos.

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS		Previsão para 31/12/2016
a) Órgão	Diretoria Estatutária	
b) Número Total de Membros	4,00	
c) Número de Membros Remunerados	1,00	
d) Em relação a cada outorga:		
i. Data de Outorga	01/03/2013	
ii. Quantidade de ações fantasmas outorgadas	160.827	
iii. Quantidade de ações fantasmas em aberto no início do período	43.768	
iv. Prazo para que as ações fantasmas se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga	
v. Prazo máximo para exercício das ações fantasmas	6 anos após a data de outorga	
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para Ações Fantasmas	
vii. Valor médio ponderado das ações fantasma:		
<input type="checkbox"/> em aberto no início do exercício social	R\$ 18,11	
<input type="checkbox"/> perdidas durante o exercício social	Não há previsão	
<input type="checkbox"/> exercidas durante o exercício social	Não há previsão	
<input type="checkbox"/> expiradas durante o exercício social	Não há previsão	
e) Valor justo das ações fantasmas na data de cada outorga	R\$ 6,58	
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações fantasmas	Não aplicável para Ações Fantasmas	

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS

Período fiscal com fim em 31/12/2015

a) Órgão	Diretoria Estatutária		
b) Número Total de Membros	4,00		
c) Número de Membros Remunerados	1,00		
d) Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:			
i. Data de Outorga	01/03/2011	01/03/2012	01/03/2013
ii. Quantidade de ações fantasmas outorgadas	17.180	124.607	160.827
iii. Quantidade de ações fantasmas em aberto no início do período	17.180	35.247	43.768
iv. Prazo para que as ações fantasmas se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga		
v. Prazo máximo para exercício das ações fantasmas	6 anos após a data de outorga		
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para Ações Fantasmas		
vii. Valor médio ponderado das ações fantasma:			
<input type="checkbox"/> em aberto no início do exercício social	18,11	18,11	18,11
<input type="checkbox"/> perdidas durante o exercício social	Não há		
<input type="checkbox"/> exercidas durante o exercício social	15,99	15,99	Não há
<input type="checkbox"/> expiradas durante o exercício social	Não há		
e) Valor justo das ações fantasmas na data de cada outorga	18,64	7,49	6,58
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações fantasmas	Não aplicável para Ações Fantasmas		

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS

Período fiscal com fim em 31/12/2014

a) Órgão	Diretoria Estatutária			
b) Número Total de Membros	5,33			
c) Número de Membros Remunerados	2,00			
d) Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:				
i. Data de Outorga	01/03/2008	01/03/2011	01/03/2012	01/03/2013
ii. Quantidade de ações fantasmas outorgada	11.428	17.180	124.607	160.827
iii. Quantidade de ações fantasmas em aberto no início do período	8.832	17.180	124.607	160.827
iv. Prazo para que as ações fantasmas se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga			
v. Prazo máximo para exercício das ações fantasmas	6 anos após a data de outorga			
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para Ações Fantasmas			
vii. Valor médio ponderado das ações fantasma:				
• em aberto no início do exercício social	R\$ 9,00	R\$ 9,00	R\$ 9,00	R\$ 8,94
• perdidas durante o exercício social	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
• exercidas durante o exercício social	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
• expiradas durante o exercício social	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
e) Valor justo das ações fantasmas na data de cada outorga	R\$ 39,06	R\$ 18,64	R\$ 7,49	R\$ 6,58
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações fantasmas	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS

Período fiscal com fim em 31/12/2013

a) Órgão	Diretoria Estatutária					
b) Número Total de Membros	6,00					
c) Número de Membros Remunerados	2,00					
d) Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:						
i. Data de Outorga	01/03/08	01/03/09	01/03/10	01/03/11	01/03/12	01/03/13
ii. Quantidade de ações fantasmas outorgada	11.428	23.861	16.378	17.180	124.607	160.827
iii. Quantidade de ações fantasmas em aberto no início do período	11.428	23.861	16.378	17.180	124.607	160.827
iv. Prazo para que as ações fantasmas se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga					
v. Prazo máximo para exercício das ações fantasmas	6 anos após a data de outorga					
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para Ações Fantasmas					
vii. Valor médio ponderado das ações fantasma:						
• em aberto no início do exercício social	R\$ 9,00	R\$ 9,00	R\$ 9,00	R\$ 9,00	R\$ 9,00	R\$ 8,94
• perdas durante o exercício social	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
• exercidas durante o exercício social	R\$ 9,00	R\$ 9,00	R\$ 9,00	Não Há	Não Há	Não Há
• expiradas durante o exercício social	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
e) Valor justo das ações fantasmas na data de cada outorga	R\$ 39,06	R\$ 15,11	R\$ 23,86	R\$ 18,64	R\$ 7,49	R\$ 6,58
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações fantasmas	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

PLANO DE SAR

Período fiscal com fim em 31/12/2016

a) Órgão	Diretoria Estatutária	
b) Número Total de Membros	4,00	
c) Número de Membros Remunerados	2,00	
d) Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:		
i. Data de Outorga	01/04/2014	01/04/2015
i. Quantidade de SAR outorgada	96.573	74.807
ii. Quantidade de SAR em aberto no início do período	96.573	74.807
iv. Prazo para que as SAR se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga	
v. Prazo máximo para exercício das SAR	6 meses após o fim da carência	
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para SAR	
vii. Valor médio ponderado das SAR		
<input type="checkbox"/> em aberto no início do exercício social	19,05	18,16
<input type="checkbox"/> perdidas durante o exercício social	Não há previsão	
<input type="checkbox"/> exercidas durante o exercício social	Não há previsão	Não há previsão
<input type="checkbox"/> expiradas durante o exercício social	Não há previsão	
e) Valor justo das SAR na data de cada da outorga	8,16	10,93
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as SAR	Não aplicável para SAR	

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

PLANO DE SAR

Período fiscal com fim em 31/12/2015

a) Órgão	Diretoria Estatutária	
b) Número Total de Membros	4,00	
c) Número de Membros Remunerados	2,00	
d) Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:		
i. Data de Outorga	01/04/2014	01/04/2015
i. Quantidade de SAR outorgada	96.573	74.807
ii. Quantidade de SAR em aberto no início do período	96.573	0
iv. Prazo para que as SAR se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga	
v. Prazo máximo para exercício das SAR	6 meses após o fim da carência	
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para SAR	
vii. Valor médio ponderado das SAR		
<input type="checkbox"/> em aberto no início do exercício social	19,05	18,16
<input type="checkbox"/> perdidas durante o exercício social	Não há	
<input type="checkbox"/> exercidas durante o exercício social	Não há	Não há
<input type="checkbox"/> expiradas durante o exercício social	Não há	
e) Valor justo das SAR na data de cada outorga	8,16	10,93
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as SAR	Não aplicável para SAR	

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

PLANO DE SAR		Referente ao Exercício Social findo em 31/12/2014
a) Órgão	Diretoria Estatutária	
b) Número Total de Membros	5,33	
c) Número de Membros Remunerados	2	
d) Em relação a cada outorga:		
i. Data de Outorga	01/04/2014	
ii. Quantidade de SAR outorgada	96.573	
iii. Quantidade de SAR em aberto no início do período	96.573	
iv. Prazo para que as ações fantasmas se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga	
v. Prazo máximo para exercício das ações fantasmas	6 meses após o fim da carência	
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para Ações Fantasmas	
vii. Valor médio ponderado das ações fantasma:		
• em aberto no início do exercício social	R\$ 8,16	
• perdidas durante o exercício social	Não Há	
• exercidas durante o exercício social	Não Há	
• expiradas durante o exercício social	Não Há	
e) Valor justo das ações fantasmas na data de cada outorga	R\$ 8,16	
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações fantasmas	Não aplicável	

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.6 Opções em Aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

As informações sobre o Plano de Ações Fantasma (*Ações Fantasma*) e sobre o Plano de SAR (*Share Appreciation Rights*) são apresentadas na tabela a seguir.

Não existe remuneração baseada em ações disponível para o Conselho de Administração ou Conselho Fiscal. Apenas a Diretoria Estatutária é contemplada por estes planos.

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS

Período fiscal com fim em 31/12/2015

a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	4,00
C) Número de Membros Remunerados	1,00
d) Em relação às ações fantasmas ainda não exercíveis	
i. Quantidade	43.768
ii. Data em que se tornarão exercíveis	01/03/2016
iii. Prazo máximo para exercício	01/03/2019
iv. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para ações fantasma
v. Preço médio ponderado de exercício	Não aplicável para ações fantasma
vi. Valor justo das ações fantasma no último dia do exercício social	R\$ 792.638,48
e) Em relação às ações fantasmas exercíveis	
i. Quantidade	Não há Ações Fantasma exercíveis
ii. Prazo máximo para exercício das ações fantasma	
iii. Prazo de restrição à transferência das ações	
iv. Preço médio ponderado de exercício	
v. Valor justo das ações fantasma no último dia do exercício social	
vi. Valor justo do total das ações fantasma no último dia do exercício social	

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária**PLANO DE SAR**Período fiscal com fim em
31/12/2015

a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	4,00
C) Número de Membros Remunerados	2,00
d) Em relação às SAR ainda não exercíveis	
i. Quantidade	171.380
ii. Data em que se tornarão exercíveis	01/04/2017 - 96.573 01/04/2018 - 74.807
iii. Prazo máximo para exercício	6 meses após o fim da carência
iv. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para SAR
v. Preço médio ponderado de exercício	R\$ 2,03
vi. Valor justo das SAR no último dia do exercício social	R\$ 3.198.210,77
e) Em relação às SAR exercíveis	
i. Quantidade	Não há SAR exercíveis
ii. Prazo máximo para exercício das ações fantasma	
iii. Prazo de restrição à transferência das ações	
iv. Preço médio ponderado de exercício	
v. Valor justo das SAR no último dia do exercício social	
vi. Valor justo do total das SAR no último dia do exercício social	

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

As informações sobre o Plano de Ações Fantasmas (*Ações Fantasma*) são apresentadas nas tabelas a seguir.

Não existe remuneração baseada em ações disponível para o Conselho de Administração ou Conselho Fiscal. Apenas a Diretoria Estatutária é contemplada por estes planos.

Em relação ao Plano de SAR (*Share Appreciation Rights*), ainda não houve exercício uma vez que todos os lotes estão em carência.

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS

Período fiscal com fim em 31/12/2015

a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	4,00
C) Número de Membros Remunerados	1,00
d) Em relação às ações fantasmas exercidas	
i. Quantidade	52.427
ii. Preço médio ponderado de exercício (valor da ação fantasma)	R\$ 15,99
iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	Não aplicável para ações fantasma
e) Em relação às ações entregues	Não aplicável para ações fantasma
i. Número de ações	Não aplicável para ações fantasma
ii. Preço médio ponderado de aquisição	Não aplicável para ações fantasma
iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações	Não aplicável para ações fantasma

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS	Período fiscal com fim em 31/12/2014
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	5,33
c) Número de Membros Remunerados	1
d) Em relação às ações fantasmas exercidas	
i. Quantidade	8.832
ii. Preço médio ponderado de exercício (valor da ação fantasma)	R\$ 9,00
iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	Não aplicável para ações fantasma
e) Em relação às ações entregues	Não se aplica, já que as ações fantasma são liquidadas em dinheiro (em caixa)
i. Número de ações	-
ii. Preço médio ponderado de aquisição	-
iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações	-

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS

Período fiscal com fim em: 31/03/2013

a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	6
c) Número de Membros Remunerados	2
d) Em relação às ações fantasmas exercidas	
i. Quantidade	42.835
ii. Preço médio ponderado de exercício (valor da ação fantasma)	R\$ 9,00
iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	Não aplicável para ações fantasma
e) Em relação às ações entregues	Não se aplica, já que as ações fantasma são liquidadas em dinheiro (em caixa)
i. Número de ações	-
ii. Preço médio ponderado de aquisição	-
iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações	-

Não houve exercício de SAR

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

As informações divulgadas nos itens 13.5 a 13.7 são referentes à remuneração baseada em ações da Diretoria Estatutária. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não recebem remuneração baseada em ações (Plano de Ações Fantasma e Plano SAR).

As notas explicativas dos resultados trimestrais e do resultado anual da Companhia apresentam informações referentes a todos colaboradores abrangidos pelos planos de remuneração baseados em ações.

Plano de Ações Fantasmas

Por ser um Plano liquidado em caixa, a Companhia deve revisar o valor justo das ações fantasmas em toda divulgação de resultados. Conforme apresentado anteriormente, o valor justo é calculado pela média dos últimos 90 pregões da ação SUZB5 ponderada pelo volume negociado em cada data. Este valor é multiplicado pelo TRS observado no período (o qual varia entre 75% e 125% e depende do desempenho da ação SUZB5 em relação às ações de empresas do mesmo setor no Brasil).

Nos planos de Ações Fantasma outorgados antes de 2013 deve ser obedecido o um limite mínimo de R\$ 9,00 para o valor das ações fantasmas.

Plano SAR

Para a mensuração do valor justo dos ativos outorgados no plano SAR, a Companhia utilizou o modelo matemático de aproximação para opções seguindo o método de Simulação de Monte Carlo. Isso foi realizado por conta da natureza da SAR que se assemelha a uma opção, porém com a liquidação em caixa. A escolha deste método específico se deveu à necessidade de simular não apenas a dinâmica do valor das ações da Companhia no Futuro, mas também de seus competidores, uma vez que ambos impactam o ganho do beneficiário.

Na modelagem não foram consideradas condições de exercício antecipado no cálculo das SAR.

Demais premissas consideradas (data base de 31/12/2015 – data de recálculo do valor do SAR para fins de fechamento):

Premissa	Valor Considerado
Preço do ativo base ⁽¹⁾	R\$ 18,11
Expectativa de Volatilidade ⁽²⁾	32,70% a.a.
Expectativa de vida média das opções ⁽³⁾	Igual à vida do contrato
Expectativa de distribuição de dividendos ⁽⁴⁾	2,94% a.a.
Taxa de Juros média ponderada livre de risco ⁽⁵⁾	11,90%a.a.

(1) O preço do ativo base foi definido considerando a média aritmética do preço de fechamento dos últimos 90 pregões para a ação SUZB5 na data de cálculo da SAR.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a**13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções**

(2) A expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, levando em consideração o tempo remanescente para completar o período de aquisição, bem como a volatilidade histórica dos retornos, considerando 745 pregões anteriores à data de cálculo das SAR e utilizando o modelo GARCH de cálculo de volatilidade.

(3) A expectativa de vida média das opções de ação foi definida pelo prazo remanescente até a data limite de exercício.

(4) A expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da Companhia.

(5) A taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré de juros em reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera de acordo com o período de aquisição.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.9 Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

COMPANHIA		31/12/2015		
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Sociedade	Tipo			
Suzano Holding S.A.	Ações Ordinárias	-	12.833.469	-
	Ações Preferenciais Classe A	-	12.249.431	-
	Ações Preferenciais Classe B	-	5.312.663	-

CONTROLADAS		31/12/2015		
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Sociedade	Tipo			
Suzano Papel e Celulose S.A.	Ações Ordinárias	-	2.280	-
	Ações Preferenciais Classe A	1.880.482 (1)	48.815.984	3.750
	Ações Preferenciais Classe B	-	-	-

(*) 1.875.000 ações preferenciais Classe A são detidas por companhia controlada por membro do Conselho de Administração

		31/12/2015		
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Sociedade	Tipo			
Premesa S.A.	Ações Ordinárias	-	31	-

SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM		31/12/2015		
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Sociedade	Tipo			
IPLF Holding S.A.	Ordinárias	-	99.016.875	-
	Preferenciais	-	1.161	-

		31/12/2015		
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Sociedade	Tipo			
Polpar S.A.	Ordinárias	-	13.379	N/A

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

a.Orgão	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
b.Número de Membros	5	4	2,5	11,50
c.Número de Membros remunerados	0	2	0	2
d.Nome do plano	N/A	Suzano Prev	N/A	N/A
e.Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	01	N/A	01
f.Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Ter no mínimo 55 anos, no mínimo 3 anos de permanência no Suzano Prev e rescindir o contrato de trabalho com a Companhia.	N/A	N/A
g.Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	N/A	1.245.057,73	N/A	1.245.057,73
h.Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	N/A	49.693,56	N/A	49.693,56
i. Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	O resgate pode ocorrer total ou parcialmente a qualquer momento, respeitando a carência mínima entre os resgates de 60 dias, conforme previsto na legislação vigente.	N/A	N/A

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

item não divulgado em razão do processo 2010.5101002888-5, movido pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – IBEF/RJ, instituição à qual alguns dos administradores da Companhia são associados.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13 Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto, em relação ao último exercício social:

ORGÃO	Exercício social encerrado em 31.12.2015	Exercício social encerrado em 31.12.2014	Exercício social encerrado em 31.12.2013
Diretoria Estatutária	28,89%	54,83%	51,15%
Conselho de Administração	N/A	N/A	61,10%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14 Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados, em relação aos 3 últimos exercícios sociais:

ORGÃO	Exercício social encerrado em 31.12.2015	Exercício social encerrado em 31.12.2014	Exercício social encerrado em 31.12.2013
Diretoria Estatutária	-	-	-
Conselho de administração	874.680,00	867.798	1.054.000
Conselho Fiscal	-	-	-
TOTAL	874.680,00	867.798	1.054.000

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15 Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos, em relação ao último exercício social:

a) Remuneração recebida em função do exercício do cargo do emissor - Exercício Social 31/12/2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

b) Demais remunerações recebidas - Exercício Social 31/12/2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	1.300.960	5.275.902	-	6.576.862
Sociedades sob controle comum	180.000	1.053.878	-	1.233.878

a) Remuneração recebida em função do exercício do cargo do emissor - Exercício Social 31/12/2014

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

b) Demais remunerações recebidas - Exercício Social 31/12/2014

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	1.284.960	6.591.209	-	7.876.169
Sociedades sob controle comum	180.000	2.290.492	-	2.470.492

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

a) Remuneração recebida em função do exercício do cargo do emissor - Exercício Social 31/12/2013

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

b) Demais remunerações recebidas - Exercício Social 31/12/2013

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	256.000	7.684.168	-	7.940.168
Sociedades sob controle comum	306.324	1.666.308	-	1.972.632

13.16 - Outras informações relevantes

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações relevantes a respeito da remuneração dos Administradores da Companhia foram divulgadas nos itens acima.

14.1 - Descrição dos recursos humanos**14.1 Descrição dos recursos humanos da Companhia, em relação aos 3 últimos exercícios sociais:**

- a) Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica).

Distribuição dos Colaboradores (Exercício de 2015)	Gestão	Especialista	Administrativa	Operacional	TOTAL
São Paulo	09	05	20	0	34
Total					

Distribuição dos Colaboradores (Exercício de 2014)	Gestão	Especialista	Administrativa	Operacional	TOTAL
São Paulo	10	04	23	0	37
Total	10	04	25	0	37

Distribuição dos Colaboradores (Exercício de 2013)	Gestão	Especialista	Administrativa	Operacional	TOTAL
São Paulo	10	04	25	0	39
Total	10	04	25	0	39

- b) Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

NÃO APLICÁVEL.

- c) Índice de rotatividade (base dez/2015)

Índice Rotatividade (Exercício de 2015)	Efetivos	Admissões	Desligamentos	Rotatividade
São Paulo	34	0	3	4%
Total				

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

14.2 Alterações relevantes ocorridas com relação aos números divulgados no item 14.1 acima:

NÃO APLICÁVEL.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.3 Políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a) Política de salários e remuneração variável

A Companhia garante uma política de remuneração competitiva realizando, anualmente, uma pesquisa de cargos e salários entre as maiores e melhores empresas de diversos segmentos.

A remuneração é composta de um salário fixo mensal, que está relacionado ao nível de complexidade do cargo, além da participação anual nos resultados da empresa através do programa de remuneração variável.

O programa de remuneração variável tem como principais objetivos alavancar negócios e resultados, incentivando os colaboradores em busca de contribuições efetivas para o crescimento da empresa, fortalecer o comprometimento com os resultados sustentáveis, compatibilizando visão de curto e longo prazo e permitir que o crescimento da empresa proporcione uma recompensa financeira, além da retenção dos colaboradores.

A Companhia conta com três diferentes programas de remuneração variável que são baseados no estabelecimento de metas coletivas e individuais.

Estas metas são desdobradas em todos os níveis hierárquicos.

b) Política de benefícios

A Companhia fornece no ato da admissão de seus colaboradores os seguintes benefícios: seguro de vida, assistência odontológica, plano de saúde, previdência complementar, vale refeição, vale alimentação, vale transporte, cesta de natal, brinquedos aos filhos dos colaboradores de zero a 12 (doze) anos, programa de incentivo ao estudo aos filhos dos colaboradores a partir do ensino fundamental ao ensino médio, kit material escolar, auxílio creche para colaboradoras, auxílio filho excepcional.

Estes benefícios, por sua vez, são oferecidos através das convenções coletivas e/ ou por liberalidade da Companhia.

c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: (i) Grupos de beneficiários, (ii) Condições para exercício, (iii) Preços de exercício, (iv) Prazos de exercício, (v) Quantidade de ações comprometidas pelo plano

Termos e condições gerais dos planos de remuneração baseado em ações dos empregados não-administradores:

(i) Grupo de beneficiários:

Para alguns colaboradores a Companhia possui dois planos de Incentivo de Longo Prazo (ILP), atrelado ao preço da ação da controlada Suzano Papel e Celulose ("SPC), com pagamento em moeda corrente.). São eles o Plano de Ações Fantasma (*phantom shares*) e o plano de apreciação do valor das ações (SAR – *Share Appreciation Right*). Os dois planos, além de dependerem do preço da ação da SPC, também dependem do desempenho das ações da SPC em relação aos principais concorrentes.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

- **Plano de Ações Fantasmas**

São estabelecidas condições gerais para a outorga, pela Companhia, de ações fantasmas a esses beneficiários, as quais são definidas em regulamentos específicos que devem ser administrados pelo comitê de remuneração (não estatutário), segundo as diretrizes e condições estabelecidas.

Anualmente, o comitê de remuneração estabelece indicadores de desempenho no âmbito corporativo (condição de aquisição) que, se atingidos, configuram o direito à outorga de ações fantasmas aos seus beneficiários.

A determinação das quantidades de ações fantasmas a serem outorgadas a cada beneficiário é definida pela divisão entre a quantidade de salários concedidos e a média aritmética das cotações de fechamento das ações preferenciais da SPC (SUZB5) negociadas nos últimos 90 pregões.

As quantidades de salários concedidos são determinadas com base em (i) cumprimento de metas; (ii) quantidades discricionárias atribuídas pelo comitê de remuneração em relação ao nível de atendimento dos indicadores corporativos; e (iii) quantidades por diferimento, mediante o investimento do beneficiário de parte de sua remuneração de curto prazo, limitado a dois salários, com aporte de mesmo valor pela Companhia.

São então outorgadas quantidades de ações fantasmas a cada beneficiário mediante a divisão do valor total dos salários concedidos e a cotação média das ações preferenciais da SPC (SUZB5) apuradas nos últimos 90 pregões.

Para outorgas a um conjunto de executivos é aplicado um percentual atrelado ao desempenho da SPC em relação aos seus concorrentes.

Depois de outorgadas, as ações fantasmas podem ser resgatadas em dinheiro pelos beneficiários desde que eles cumpram o prazo de carência estipulado (3 anos de permanência na Companhia).

Para os planos com outorgas até 2013, continuam vigentes as condições estipuladas para os programas anteriores, até a data de liquidação.

- **Plano de SAR**

A Companhia passou a outorgar em 2014 o plano SAR (Share Appreciation Rights, ou Plano de Apreciação do Valor das Ações) para empregados-chave. O pagamento deste plano está atrelado ao preço da ação da SPC, com pagamento em moeda corrente (liquidação em caixa). O que diferencia este plano do plano de ILP (ações fantasmas) da Companhia é o fato de existir uma exigência de valorização mínima das ações para que o beneficiário tenha ganho. Este valor tem característica similar ao preço de exercício de opções. Por este motivo, o plano também é chamado de Plano de Opções Fantasmas.

As outorgas têm preço de exercício (ou patamar mínimo de valorização das ações) que representa 20% da média dos 90 últimos pregões antes da data de outorga. A outorga foi composta de 1 lote com término da carência 3 anos após a outorga e com vencimento 6 meses após o término da carência.

Uma diferença do Plano em relação aos demais está no fato do beneficiário ser convidado a participar do plano. O aceite está relacionado ao investimento de um valor que representa 5% do valor da outorga, que deve ser depositado na conta da Companhia.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Assim como o plano de ILP, o ganho do beneficiário pode ser penalizado ou bonificado em razão do desempenho das ações da SPC em comparação ao desempenho das ações concorrentes.

(ii) Condições para exercício:

- **Plano de Ações Fantasmas**

O regulamento do Plano determina as seguintes condições para que os beneficiários passem a ter direito sobre o exercício das ações fantasmas (condições de aquisição e não-aquisição): i) nos programas em que for possível fazer o diferimento, no caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária (nestes casos, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as ações fantasmas que lhe foram outorgadas, sem indenização, com exceção apenas das quantidades outorgadas por diferimento); ii) na hipótese de desligamento sem justa causa ou por aposentadoria, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das ações fantasmas, conferido ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das ações fantasmas; iii) na ausência da situação (i) e (ii) acima, as condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas ações fantasmas nos termos definidos pelos regulamentos.

Salvo nas condições de não-aquisição mencionadas acima, as ações fantasmas somente podem ser exercidas após um período de carência de um a três anos (período de aquisição) e, quando aplicável, até um período limite de seis anos a contar da data de outorga.

- **Plano de SAR**

O regulamento do Plano determina as seguintes condições para que os beneficiários passem a ter direito sobre o exercício das SAR (condições de aquisição e não-aquisição): i) no caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as Ações Fantasma que lhe foram outorgadas, sem indenização, perdendo também o valor investido para ingressar no programa; ii) na hipótese de desligamento sem justa causa ou por aposentadoria, o beneficiário receberá o valor investido para o ingresso no programa corrigido pelo índice IPCA; iii) na ausência da situação (i) e (ii) acima, as condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas Ações Fantasma nos termos definidos pelos regulamentos.

Salvo nas condições de não-aquisição mencionadas acima, as SARs somente podem ser exercidas após um período de carência de três anos.

(iii, iv e v) Preços de exercício, prazos de exercício e quantidade de instrumentos em aberto:

Plano	Data de Outorga	Data fim da Carência	Data de Expiração	Quantidade Disponível	Preço de Exercício
Ações Fantasma	01/03/2013	01/03/2016	01/03/2019	108.518	Não há
SAR	01/04/2014	01/04/2017	01/04/2019	84.759	R\$ 1,79
SAR	01/04/2015	01/04/2018	01/04/2020	67.138	R\$ 2,34

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.4 Descrição das relações entre o emissor e sindicatos:

Os sindicatos aos quais os colaboradores da Companhia estão vinculados são: o Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Empresas de Serviços Contábeis no Estado de São Paulo e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Celulose e Pasta de Madeira de São Paulo.

A Companhia sempre manteve um bom relacionamento com os sindicatos que representam os seus colaboradores, o que faz com que haja uma relação positiva e produtiva entre as partes.

Diretamente, ou através do sindicato patronal, a Companhia firma vários acordos e convenções coletivas de trabalho aplicáveis aos seus colaboradores que tem, como ponto comum, assuntos como reajuste salarial, jornada de trabalho, pausa para refeição e descanso.

14.5 - Outras informações relevantes

14.5 Outras informações que julgar relevantes – Recursos Humanos:

Todas as informações relevantes de Recursos Humanos da Companhia foram divulgadas nos itens acima.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Janet Guper						
029.123.398-80	Brasileira-SP	Não	Sim			
Não						
2.424.028	3,424000%	6.972.227	7,122000%	9.396.255	5,570000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	4.954.809	7,226000%				
Preferencial Classe B	2.017.418	6,881000%				
TOTAL	6.972.227	7,122286%				
Lisabeth S. Sander						
698.932.768-53	Brasileira-SP	Não	Sim			
Não						
2.424.028	3,424000%	5.307.119	5,421000%	7.731.147	4,583000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	3.289.701	4,797000%				
Preferencial Classe B	2.017.418	6,881000%				
TOTAL	5.307.119	5,421341%				
André Guper						
055.100.858-00	Brasileiro-SP	Não	Sim			
Não						
2.424.028	3,424000%	6.852.946	7,000000%	9.276.974	5,499000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	4.835.528	7,052000%				
Preferencial Classe B	2.017.418	6,881000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
André Guper						
055.100.858-00	Brasileiro-SP	Não	Sim			
Não						
2.424.028	3,424000%	6.852.946	7,000000%	9.276.974	5,499000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	6.852.946	7,000438%				
Ian Baruch H. Guper						
316.520.818-28	Brasileiro-SP	Não	Sim			
Não						
1.212.014	1,711000%	3.545.878	3,622000%	4.757.892	2,820000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	2.537.169	3,700000%				
Preferencial Classe B	1.008.709	3,440000%				
TOTAL	3.545.878	3,622194%				
Pedro Noah H. Guper						
316.521.178-73	Brasileiro-SP	Não	Sim			
Não						
1.212.014	1,711000%	3.545.878	3,622000%	4.757.892	2,820000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	2.537.169	3,700000%				
Preferencial Classe B	1.008.709	3,440000%				
TOTAL	3.545.878	3,622194%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
David Feffer						
882.739.628-49	Brasileiro-SP	Não	Sim			
Não						
12.833.469	18,125000%	17.562.094	17,940000%	30.395.563	18,018000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	12.249.431	17,863000%				
Preferencial Classe B	5.312.663	18,119000%				
TOTAL	17.562.094	17,940072%				
Daniel Feffer						
011.769.138-08	Brasileiro-SP	Não	Sim			
Não						
12.833.469	18,125000%	17.493.722	17,870000%	30.327.191	17,977000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	12.181.059	17,764000%				
Preferencial Classe B	5.312.663	18,119000%				
TOTAL	17.493.722	17,870229%				
Ruben Feffer						
157.423.548-60	Brasileiro-SP	Não	Sim			
Não						
12.833.469	18,125000%	17.301.390	17,674000%	30.134.859	17,863000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	11.988.727	17,483000%				
Preferencial Classe B	5.312.663	18,119000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Ruben Feffer						
157.423.548-60	Brasileiro-SP	Não	Sim			
Não						
12.833.469	18,125000%	17.301.390	17,674000%	30.134.859	17,863000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	17.301.390	17,673757%				
Fanny Feffer						
688.071.208-87	Brasileira-SP	Não	Sim			
Não						
9.775.358	13,806000%	6	0,000000%	9.775.364	5,795000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	3	0,000000%				
Preferencial Classe B	3	0,000000%				
TOTAL	6	0,000006%				
Jorge Feffer						
013.965.718-50	Brasileiro-SP	Não	Sim			
Não						
12.833.469	18,125000%	17.400.037	17,775000%	30.233.506	17,922000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	12.087.374	17,627000%				
Preferencial Classe B	5.312.663	18,119000%				
TOTAL	17.400.037	17,774527%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
OUTROS						
	0	0,000000%	1.911.810	1,954000%	1.911.810	1,133000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	1.911.807	2,788000%				
Preferencial Classe B	3	0,000000%				
TOTAL	1.911.810	1,952957%				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL						
	70.805.346	100,000000%	97.893.107	100,000000%	168.698.453	100,000000%

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	28/04/2016
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	27
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	2
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

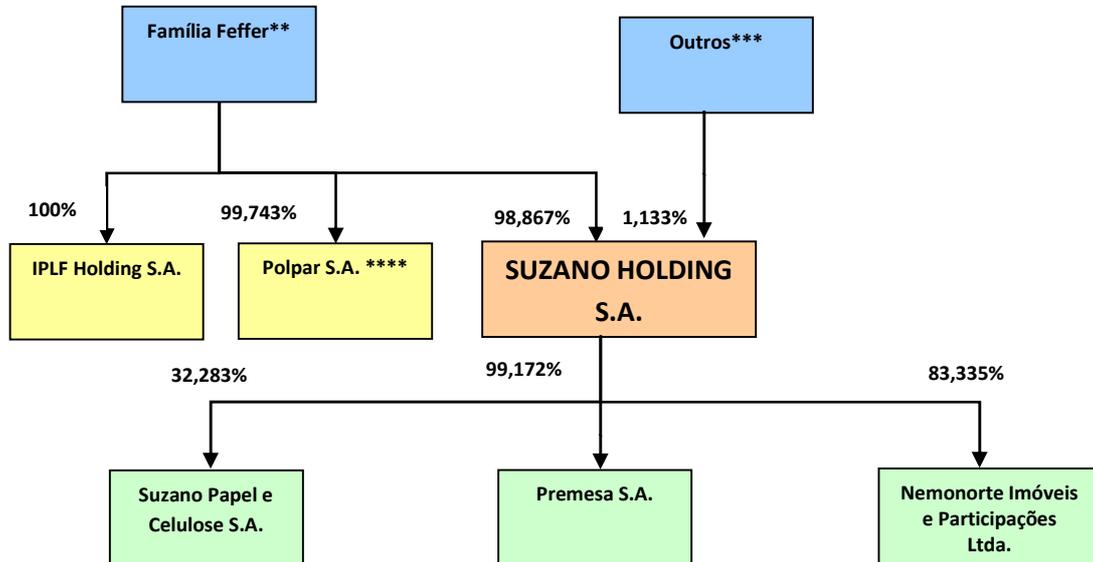
Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	0	0,000000%

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.4. Inserir organograma dos acionistas do emissor, identificando todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações:

ORGANOGRAMA *



* Participações no capital social total

** Considera-se “Família Feffer” todos os acionistas controladores indicados no item 15.1

*** Considera-se “Outros” acionistas ligados aos acionistas controladores, titulares de ações preferenciais.

**** O organograma acima não contempla as participações da Companhia e da IPLF Holding S.A. na Polpar S.A., respectivamente de 0,138% e 0,118% do capital social total da Polpar S.A.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.5. Informações sobre acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor:

NÃO APLICÁVEL. Não há acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.6. Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor, de acordo com os 3 últimos exercícios sociais:

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 13 de outubro de 2015, a acionista Fanny Feffer celebrou Instrumento Particular de Doação de Ações referente a 9.696.112 ações ordinárias, 17.696.888 ações preferenciais classe A e 8.069.672 ações preferenciais classe B de sua propriedade de emissão da Companhia, as quais, em conjunto, representavam 21,03% do capital social da Companhia ("Doação"). Os donatários foram (i) seus filhos Lisabeth S. Sander, Janet Guper, e André Guper; e (ii) seus netos Pedro Noah Hornett Guper, Ian Baruch Hornett Guper (em conjunto, "Donatários")

Por meio da Doação, a Sra. Fanny Feffer doou a cada um de seus filhos 2.424.028 ações ordinárias, 4.424.222 ações preferenciais classe A e 2.017.418 ações preferenciais classe B e a cada um de seus netos acima referidos 1.212.014 ações ordinárias, 2.212.111 ações preferenciais classe A e 1.008.709 ações preferenciais classe B; c) por força da Doação, houve alteração da participação de cada um dos acionistas acima referidos, conforme detalhado na tabela a seguir:

PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA ANTES DA DOAÇÃO				
	% ON	% PNA	% PNB	% Capital Social
Fanny Feffer	27,50	25,81	27,52	26,82
Lisabeth S. Sander	-	0,04	-	0,01
Janet Guper	-	0,21	-	0,09
André Guper	-	0,04	-	0,01
Pedro Noah Hornett Guper	-	0,19	-	0,08
Ian Baruch Hornett Guper	-	0,19	-	0,08

PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA APÓS A DOAÇÃO				
	% ON	% PNA	% PNB	% Capital Social
Fanny Feffer	13,81	-	-	5,79
Lisabeth S. Sander	3,42	6,49	6,88	5,27
Janet Guper	3,42	6,66	6,88	5,34
André Guper	3,42	6,49	6,88	5,27
Pedro Noah Hornett Guper	1,71	3,42	3,44	2,71
Ian Baruch Hornett Guper	1,71	3,42	3,44	2,71

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 3 de dezembro de 2015, a acionista Lisabeth S. Sander cedeu e transferiu 1.159.370 ações preferenciais classe A de sua propriedade de emissão da Companhia, as quais representam 0,68% do capital social da Companhia para seus irmãos, Janet Guper e André Guper e seus sobrinhos Pedro Noah Hornett Guper e Ian Baruch Hornett Guper. Por meio da cessão, cada um de seus irmãos acima referidos recebeu 386.457 ações preferenciais classe A e a cada um de seus sobrinhos acima referidos recebeu 193.228 ações preferenciais classe A.

Por força da cessão, houve alteração da participação de cada um dos acionistas acima referidos, conforme detalhado na tabela a seguir:

PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA ANTES DA CESSÃO				
	% ON	% PNA	% PNB	% Capital Social
Lisabeth S. Sander	3,42	6,49	6,88	5,27
Janet Guper	3,42	6,66	6,88	5,34
André Guper	3,42	6,49	6,88	5,27
Pedro Noah Hornett Guper	1,71	3,42	3,44	2,71
Ian Baruch Hornett Guper	1,71	3,42	3,44	2,71

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA APÓS A CESSÃO				
	% ON	% PNA	% PNB	% Capital Social
Lisabeth S. Sander	3,42	4,79	6,88	4,58
Janet Guper	3,42	7,22	6,88	5,57
André Guper	3,42	7,05	6,88	5,49
Pedro Noah Hornett Guper	1,71	3,70	3,44	2,82
Ian Baruch Hornett Guper	1,71	3,70	3,44	2,82

A cessão não teve o objetivo de alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da Companhia.

15.7 - Principais operações societárias

15.7. Descrever as principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para a Companhia, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, indicando, quando envolver o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas.

Não houve operações societárias que tenham tido efeito relevante para a Companhia.

Controlada Suzano Papel e Celulose S.A.:

I. Incorporação da Vale Florestar S.A.

a. evento:

Incorporação da Vale Florestar.

b. principais condições do negócio:

Em 04 de junho de 2014, a Suzano e Papel e Celulose, por meio de uma subsidiária, firmou acordo para aquisição da totalidade das quotas do Vale Florestar Fundo de Investimento em Participações (“Fundo Vale Florestar”), por R\$ 528.940.906,15 (quinhentos e vinte e oito milhões, novecentos e quarenta mil, novecentos e seis reais e quinze centavos).

As quotas do Fundo Vale Florestar eram até então detidas pela Vale S.A., BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, Fundação dos Economistas – FUNCEF e Fundação Petrobrás de Seguridade Social – Petros.

A aquisição foi instrumentalizada através de um Contrato de Cessão de Quotas, prevendo pagamento de sinal no montante de R\$ 44.998.137,31 (quarenta e quatro milhões, novecentos e noventa e oito mil, cento e trinta e sete reais e trinta e um centavos) e o saldo em parcelas anuais e sucessivas de 10 (dez) e 15 (quinze) anos, vencendo a primeira delas 1 (um) ano após a data de fechamento.

Os ativos pertencentes ao Fundo Vale Florestar consistem em 45 mil hectares de florestas de eucalipto plantadas em áreas arrendadas no Estado do Pará. Tais ativos florestais são destinados ao abastecimento de madeira à Unidade Maranhão.

A operação foi realizada em linha com a estratégia da Suzano e Papel e Celulose no que tange à busca pela competitividade estrutural com o objetivo de maximizar a rentabilidade do negócio, sendo os principais benefícios desta transação a maior flexibilidade de corte, gestão do manejo florestal pela própria Suzano e Papel e Celulose e longo prazo de pagamento.

A operação foi submetida ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), tendo sido aprovada sem restrições.

No dia 08 de agosto de 2014, cumpridas as condições precedentes, ocorreu o fechamento da operação, tendo sido (i) pago o montante de R\$ 44.998.137,31 (quarenta e quatro milhões, novecentos e noventa e oito mil, cento e trinta e sete reais e trinta e um centavos) a título de sinal; e (ii) distratado o Contrato de Compra e Venda de Árvores em Pé celebrado em 13 de junho de 2009.

O Fundo Vale Florestar foi liquidado em 25 de setembro de 2014, passando a Vale Florestar a ser uma controlada direta da Suzano e Papel e Celulose, tendo sido incorporada em 30 de setembro de 2014.

15.7 - Principais operações societárias

c. sociedades envolvidas:

Suzano Papel e Celulose S.A.; e Vale Florestar S.A..

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:

Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da Suzano e Papel e Celulose.

e. quadro societário antes e depois da operação:

Não houve alteração, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário das sociedades envolvidas.

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas:

Não aplicável.

II. Incorporação da Suzano Energia Renovável Ltda.

a. evento:

Incorporação de controlada.

b. principais condições do negócio:

Em 30 de setembro de 2014, a Suzano e Papel e Celulose incorporou a Suzano Energia Renovável Ltda. ("SER").

Ante a decisão da Suzano e Papel e Celulose de não seguir, por ora, com as atividades idealizadas como objeto social da SER, a incorporação tende a trazer consideráveis benefícios de ordem operacional, administrativa, econômica e financeira à Suzano e Papel e Celulose, tais como (i) racionalização e simplificação de sua estrutura societária, com concentração dos ativos e, conseqüentemente, consolidação e redução de gastos e despesas operacionais combinadas; e (ii) a união dos recursos empresariais e patrimônios envolvidos na operação, o que permitirá melhor gestão tanto das operações quanto dos ativos e fluxos de caixa, resultando, assim, numa melhor utilização de seus recursos e maiores benefícios para as atividades sociais.

c. sociedades envolvidas:

Suzano Papel e Celulose S.A.; e Suzano Energia Renovável Ltda.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:

Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da Suzano e Papel e Celulose.

e. quadro societário antes e depois da operação:

Não houve alteração, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário das sociedades envolvidas.

15.7 - Principais operações societárias

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas:

Não aplicável.

III. Alienação de participação indireta no Consórcio Capim Branco Energia

a. evento:

Alienação de participação indireta em usina geradora de energia elétrica

b. principais condições do negócio:

Em 28 de dezembro de 2012, a Suzano Papel e Celulose S.A. (“Suzano e Papel e Celulose” ou “Suzano”) recebeu da Cemig Capim Branco S.A. (“CEMIG”) manifestação de aceitação da oferta que lhe foi apresentada pela Suzano, para a aquisição de parcela da participação detida indiretamente no Consórcio Capim Branco Energia (“Consórcio”) pela Suzano, mais eventuais sobras, caso os demais consorciados não exercessem seus direitos de primeira oferta, assegurados no Instrumento Particular de Constituição do Consórcio.

A participação da Suzano no Consórcio representava 81 MW de potência instalada e 51 MW médios de energia assegurada das usinas hidrelétricas Amador Aguiar I e Amador Aguiar II.

Em 12 de março de 2013, a Suzano celebrou com a Vale S.A. (“Vale”) e Cemig o contrato definitivo referente à alienação da participação da qual a Suzano é titular, através de sociedade sob seu controle, no Consórcio Capim Branco Energia. O preço fixado foi de R\$ 320.000.000,00 (trezentos e vinte milhões de reais).

A transação foi submetida à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), tendo recebido aprovações sem restrições por estes dois órgãos. A operação também recebeu anuência por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Em 28 de maio de 2013, ocorreu a conclusão da operação, com respectiva liberação do preço em favor da Suzano.

c. sociedades envolvidas:

Suzano Papel e Celulose S.A. e Suzano Holding S.A., na qualidade de vendedoras; Cemig Capim Branco Energia S.A. e Vale S.A., na qualidade de compradoras; e, como intervenientes anuentes, Comercial e Agrícola Paineiras Ltda. e Epícares Empreendimentos e Participações Ltda.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:

Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da Suzano e Papel e Celulose

e. quadro societário antes e depois da operação:

Não houve alteração relevante no quadro societário da Suzano e Papel e Celulose.

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas:

Não aplicável.

15.8 - Outras informações relevantes

15.8. Outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Não há outras informações relevantes sobre este item 15.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16.1. Regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, os locais em que ela pode ser consultada:

Em linhas gerais, todos os termos e condições de contratos que a Companhia celebra com partes relacionadas são praticados com base em valores de mercado, refletindo o cenário que seria verificado caso a contratação tivesse ocorrido com um terceiro sem qualquer relação com a Companhia, seus acionistas ou administradores.

A Companhia negocia individualmente os contratos a serem celebrados com partes relacionadas, analisando seus termos e condições à luz dos termos e condições usualmente praticados pelo mercado, bem como diante das particularidades de cada operação, incluindo prazos, valores e atendimento de padrões de qualidade, entre outros.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Bexma Comercial Ltda.	31/12/2015	7.467.354,14		R\$ 7.467.354,14	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada por alguns acionistas controladores da Companhia						
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas corporativas com a Companhia e a controlada Suzano Papel e Celulose						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Suzano Papel e Celulose S.A.	03/02/2006	1.956.582.000,00	R\$ 396.499.590,11	R\$ 58.320.958,04	11 anos e 2 meses.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada.						
Objeto contrato	Fiança para financiamento.						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Suzano Papel e Celulose S.A.	06/01/2009	169.000.000,00	R\$ 39.164.952,80	R\$ 3.217.265,99	8 anos e 11 meses.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada.						
Objeto contrato	Fiança para financiamento.						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Suzano Papel e Celulose S.A.	02/06/2015	200.000.000,00	R\$ 161.000.000,00	R\$ 897.724,97	10 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fiança para financiamento						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
IPLF Holding S.A.	31/12/2005	24.797,16	R\$ 2.108,71	R\$ 22.688,45	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pelos acionistas controladores da Companhia						
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas corporativas						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	31/12/2015	417.000,00		R\$ 417.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas corporativas.						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Acionista	25/06/2015	57.116.084,38		R\$ 57.116.084,38	21 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador pessoa física						
Objeto contrato	Dividendos a pagar pela Companhia.						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Valor pago em 16/07/2016						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Taba Consultores Associados Ltda.	27/09/2006	888.000,00		R\$ 888.000,00	indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa cujo o sócio pertence ao Conselho Administrativo da Companhia						
Objeto contrato	Consultoria e assessoria prestada para Companhia						
Garantia e seguros	Não existe garantias						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Suzano Papel e Celulose S.A.	24/11/2015	37.004.426,86		R\$ 37.004.426,86	1 dia	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Dividendos de Controlada						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Valor recebido em 24/11/2015						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CPMais Serviços de Consultoria em Meio Ambiente Ltda.	31/12/2015	2.649.000,00	R\$ 220.750,00	R\$ 2.428.250,00	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada indiretamente por alguns acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas corporativas						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Empreendimentos Imobiliários BVF Ltda.	31/12/2015	147.221,84	R\$ 147.221,84		Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada por alguns acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Adiantamento para liquidação de despesas com a controlada Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Não existe						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Empreendimentos Imobiliários Imofors Ltda.	31/12/2015	294.460,79	R\$ 294.460,79		Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada por alguns acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Adiantamento para liquidação de despesas com a controlada Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Não existe						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Mabex Representação e Participação Ltda.	01/01/2009	466.244,76		R\$ 466.244,76	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada por alguns acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Reembolso de despesas de aeronave da Companhia e da controlada Suzano Papel e Celulose.						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Lazam MDS Corretora e Administradora de Seguros S.A.	01/07/2008	343.745,80		R\$ 343.745,80	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada em conjunto indiretamente pelos acionistas controladores da Companhia.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Consultoria e assessoria em seguros com a controlada Suzano Papel e Celulose.						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Central Distribuidora de Papéis Ltda.	18/11/2009	22.000.000,00	R\$ 15.493.108,41	R\$ 15.493.108,41	Indeterminada	SIM	1,269800
Relação com o emissor	Sociedade controlada por alguns acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Operação Vendor entre a controlada Suzano Papel e Celulose						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação	Natureza: financeira. Razão: financiamento de vendas. Taxa de juros indicada é a taxa média das operações realizadas no exercício de 2015.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Suzano Papel e Celulose	30/04/2015	46.256.381,43		R\$ 46.256.381,43	1 dia	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Dividendos a receber da controlada						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Valor recebido em 30/04/2015.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Central Distribuidora de Papéis Ltda.	31/12/2015	47.928.481,72	R\$ 31.954.491,77	R\$ 31.954.491,77	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada por alguns acionistas controladores da Companhia						
Objeto contrato	Transações comerciais com a controlada Suzano Papel e Celulose						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Acionistas	21/12/2015	80.319.493,67	R\$ 80.319.493,67	R\$ 80.319.493,67	3 meses e 9 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador pessoa física						
Objeto contrato	Pagamento de juros sobre capital próprio						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Não existe						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Suzano Papel e Celulose S.A.	31/12/2015	14.987.392,83		R\$ 14.987.392,83	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas corporativas						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Nemopar S.A.	28/02/2003	642.985.259,30		R\$ 683.690.980,00	até 06/08/2015	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimo externo						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato liquidado antecipadamente em 06/08/2015						
Natureza e razão para a operação							
	Natureza: financeira. Razão: obtenção de recursos por meio de empréstimo externo.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Acionistas	12/11/2015	37.482.430,38		R\$ 37.482.430,38	13 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador pessoa física						
Objeto contrato	Dividendos pagos pela Companhia						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Valor pag em 25/11/2015						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
SPLF Investimentos e Participações Ltda.	31/12/2015	1.937.000,04		R\$ 1.937.000,04	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada indiretamente pelos acionistas controladores da Companhia						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas corporativas						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Premesa S.A.	31/12/2014	148.048,20		R\$ 148.048,20	9 meses e 13 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Dividendos a receber da controlada						
Garantia e seguros	Não existe garantias						
Rescisão ou extinção	Valor recebido em 13/10/2015.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Suzano Papel e Celulose S.A.	30/11/2011	2.731.570.000,00	R\$ 17.476.669,74	R\$ 42.555.200,48	10 anos e 8 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fiança de financiamento						
Garantia e seguros	Não existe garantias						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Premesa S.A.	31/12/2015	1.221.999,98		R\$ 1.221.999,98	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas corporativas.						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ficus Empreendimentos e Participações S.A.	31/12/2015	15.485,37	R\$ 15.485,37		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada por alguns acionistas controladores da Companhia						
Objeto contrato	Adiantamento para liquidação de despesas com a controlada Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Não existe						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
IPLF Holding S.A.	01/10/2012	2.906.532,01	R\$ 3.770.830,02		Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pelos acionistas controladores da Companhia						
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas corporativas com a Stenfar S/A, controlada indireta da Suzano Papel e Celulose S.A..						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável	06/06/2000	3.641.791,21		R\$ 3.641.791,21	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Organização da Sociedade Civil de interesse Público mantida pela controlada Suzano Papel e Celulose						
Objeto contrato	Doações e apoio a projetos sociais relacionados a educação, cultura e meio ambiente						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

16.3. Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:

a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.

A Companhia possui órgãos como Diretoria e Conselho de Administração e conselho fiscal, em pleno exercício de suas funções e responsabilidades, sendo submetida a estes a decisão acerca de todas as operações da Companhia, conforme competência descrita no Estatuto Social vigente. Assim, as operações da Companhia, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos órgãos decisórios da Companhia a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes.

Ainda, como prática de governança corporativa, a Companhia possui:

- Regimento interno do conselho de administração, que determina a abstenção de voto do membro que estiver em conflito de interesse em matéria específica a ser deliberada pelo conselho;
- Código de Conduta que estipula que administradores, gestores e colaboradores do Grupo Suzano devem:
 - (i) comunicar imediatamente aos seus superiores qualquer ato ou transação comercial sob sua responsabilidade, que envolva empresas onde trabalhem seus Parentes (por "Parentes" entendem-se o cônjuge ou companheiro do colaborador, e ainda os familiares tais como pais, avôs, bisavôs, filhos, netos, bisnetos, irmãos, tios, sobrinhos, primos, tios-avós, sobrinhos-netos, cunhados e concunhados do colaborador e do seu cônjuge ou companheiro(a));
 - (ii) comunicar aos seus superiores quaisquer participações em sociedades detidas por eles ou por seus Parentes e amigos, assim como interesses comerciais, financeiros ou econômicos, que possam gerar conflitos de interesses; e
 - (iii) não contratar, nem induzir a contratação de Parentes ou qualquer pessoa com quem mantenham vínculo pessoal na condição de subordinado ou prestador de serviços, sem informar previamente ao seu superior imediato e à área de recursos humanos.

b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Companhia busca assegurar que todas as operações realizadas entre a Companhia e suas partes relacionadas (incluindo seus diretores, conselheiros e principais acionistas e suas afiliadas) apresentem termos tão favoráveis à Companhia quanto os termos que ela poderia obter em negociações com terceiros não considerados partes relacionadas. Tais operações são amparadas pelas devidas avaliações prévias de suas condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização,

Os contratos com partes relacionadas celebrados pela Companhia consideraram as práticas usuais de mercado, definindo prazos para pagamento das obrigações pecuniárias neles estabelecidas, bem como, quando aplicáveis, taxas de juros de mercado, e obrigações não pecuniárias, visando evitar que qualquer unidade operacional seja prejudicada em detrimento a outra.

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

O caráter estritamente comutativo das condições pactuadas nas operações com partes relacionadas, em cada uma das modalidades celebradas pela Companhia, incluindo o valor total da operação, juros, se aplicáveis, e prazos, está demonstrado no quadro 16.2 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, a Companhia considera que as operações com partes relacionadas foram realizadas em conformidade com as práticas usuais de mercado para operações semelhantes. Dessa forma, caso tais operações fossem celebradas com terceiros não considerados partes relacionadas, teriam as mesmas condições principais, incluindo taxa de juros, prazos e valores envolvidos.

16.4 - Outras informações relevantes

16.4. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Todas as informações relevantes da Companhia foram descritas nos itens anteriores.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
30/04/2013	1.953.374.350,97		70.805.346	97.893.107	168.698.453
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	68.572.777				
Preferencial Classe B	29.320.330				

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
30/04/2013	AGE	30/04/2013	934.554.830,24	Subscrição particular	17.605.346	24.340.562	41.945.908	91,72920000	22,28	R\$ por Unidade

Capital social por classe ações

Classe ação preferencial	Quantidade ação por classe (Unidades)
PNA	17.050.231
PNB	7.290.331

Critério para determinação do preço de emissão Patrimônio líquido das ações em 31.12.2012

Forma de integralização Capitalização de créditos de adiantamentos para futuro aumento de capital

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO APLICAVEL. Não houve desdobramentos, grupamentos e bonificações nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução do capital social da Companhia nos 3 últimos exercícios sociais.

17.5 - Outras informações relevantes

17.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes referentes a este tópico estão indicadas nos itens 17.1 a 17.4 acima.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	80,000000
Direito a dividendos	A Lei das Sociedades por Ações e nosso Estatuto Social nos obrigam a realizar assembleia geral ordinária até o quarto mês após o encerramento de cada exercício social, na qual os acionistas deverão deliberar, dentre outras matérias, sobre o pagamento de dividendo do exercício encerrado, tomando por base as demonstrações financeiras auditadas, referentes ao exercício imediatamente anterior. É conferido aos titulares de ações de emissão da Companhia, na data em que o dividendo for declarado, direito ao recebimento de dividendos na proporção de suas participações no capital social, sem prejuízo do direito conferido às ações preferenciais, abaixo descrito. Nos termos do artigo 30 "c" do Estatuto Social da Companhia, é assegurado a todos os acionistas o direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do respectivo exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	De acordo com o artigo 9º do Estatuto Social, os acionistas titulares de ações ordinárias têm a faculdade de solicitar a conversão de parte ou mesmo da totalidade de suas ações ordinárias em ações preferenciais de classe "A" ou em ações preferenciais de classe "B" e, em ambas as hipóteses, cada ação ordinária será convertida, pura e simplesmente, em uma ação preferencial de classe "A" ou em uma ação preferencial de classe "B", conforme o caso, observado o limite máximo conjunto de ações preferenciais de classes "A" e "B" de 2/3 (dois terços) do capital social.
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações ordinárias de emissão da Companhia farão jus ao recebimento de pagamentos relativos a reembolso do capital na proporção de suas participações no capital social. No caso de liquidação da Companhia, tal pagamento ocorrerá após o pagamento de todas as obrigações da Companhia, sendo respeitada, neste e em qualquer outro caso de reembolso de capital, a prioridade de recebimento conferida às ações preferenciais de classes "A" e "B".
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o nosso Estatuto Social, nem as deliberações tomadas em assembleia geral podem privar os acionistas dos direitos de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar do acervo da Companhia, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência para a subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, observadas as condições previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes relativas às ações de emissão da Companhia.
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe A
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	As ações preferenciais de classe "A" farão jus a dividendos por ação, 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos a cada ação ordinária de emissão da Companhia.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim

18.1 - Direitos das ações

Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais de classe "A" têm prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a alteração das preferências, vantagens e condições inerentes a uma ou mais classes de ações preferenciais, ou a criação de nova classe mais favorecida, requer a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto (artigo 136, incisos I e II), ficando a eficácia de tal deliberação, ainda, sujeita à prévia aprovação ou ratificação, em prazo improrrogável de 1 (um) ano, por titulares de mais da metade das ações preferenciais existentes, reunidos em assembleia especial convocada pelos administradores e instalada com as formalidades da lei (artigo 136, § 1º). De notar que a aprovação dessa matéria dá ao titular de ações preferenciais o direito de retirar-se da Companhia, mediante reembolso do valor das suas ações (artigo 137, I). O prazo para o dissidente de deliberação de assembleia especial reclamar é de 30 (trinta) dias contados da publicação da respectiva ata (artigo 137, V).
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes relativas às ações de emissão da Companhia.
<hr/>	
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe B
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	As ações preferenciais de classe "B" farão jus a dividendos por ação, 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos a cada ação ordinária de emissão da Companhia.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais de classe "B" têm prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a alteração das preferências, vantagens e condições inerentes a uma ou mais classes de ações preferenciais, ou a criação de nova classe mais favorecida, requer a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto (artigo 136, incisos I e II), ficando a eficácia de tal deliberação, ainda, sujeita à prévia aprovação ou ratificação, em prazo improrrogável de 1 (um) ano, por titulares de mais da metade das ações preferenciais existentes, reunidos em assembleia especial convocada pelos administradores e instalada com as formalidades da lei (artigo 136, § 1º). De notar que a aprovação dessa matéria dá ao titular de ações preferenciais o direito de retirar-se da Companhia, mediante reembolso do valor das suas ações (artigo 137, I). O prazo para o dissidente de deliberação de assembleia especial reclamar é de 30 (trinta) dias contados da publicação da respectiva ata (artigo 137, V).
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes relativas às ações de emissão da Companhia.
<hr/>	

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.2. Regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública:

Nosso Estatuto Social não dispõe de regra que limite o direito de voto de acionistas significativos.

O artigo 6º-A do Estatuto Social da Companhia dá aos acionistas titulares de ações preferenciais de classe “B” o direito de serem adquiridos na oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas no artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações, pelo preço igual ao valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18.3. Exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto:

NÃO APLICÁVEL. O Estatuto Social da Companhia não estabelece exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há registros de negócios com as ações ordinárias e preferenciais (classes "A e "B") de emissão da Companhia listadas na BM&FBOVESPA em cada um dos trimestres dos 3 (três) últimos exercícios sociais.

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO APLICÁVEL. A Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos além de ações.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6. Mercados brasileiros nos quais valores mobiliários da Companhia são admitidos à negociação

As ações da Companhia são admitidas à negociação na BM&FBOVESPA, sob os seguintes códigos de negociação: (i) ações ordinárias - "NEMO3"; (ii) ações preferenciais classe "A" - "NEMO5"; e (iii) ações preferenciais classe "B" - "NEMO6".

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.7. Valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros:

NÃO APLICÁVEL. A Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO APLICÁVEL. A Companhia não emitiu títulos no exterior.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

18.9. Ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia, nos 3 últimos exercícios sociais:

NÃO APLICÁVEL. Não foi realizada oferta pública de distribuição pela Companhia ou terceiros relativa a valores mobiliários de emissão da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

18.10. Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, indicar:

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da referida distribuição

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.

A Companhia não fez oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

18.11. Ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiro, nos 3 últimos exercícios sociais:

NÃO APLICÁVEL. A Companhia não realizou oferta pública de aquisição de ações de emissão de terceiro nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

18.12 - Outras informações relevantes

18.12. Outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Todas as informações relevantes relativas a este tópico estão indicadas nos itens 18.1 a 18.11 acima.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO APLICÁVEL. A Companhia não possui plano de recompra de ações de sua própria emissão.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO APLICÁVEL. A Companhia não manteve nos últimos 3 exercícios sociais valores mobiliários em tesouraria.

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

19.3. Outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Não existem outras informações relevantes sobre este item 19.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO APLICÁVEL. A Companhia não adotou política de negociação de valores mobiliários de sua emissão.

20.2 - Outras informações relevantes

20.2. Outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Não existem outras informações relevantes sobre este item 20.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.1. Normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva:

A Companhia possui política de divulgação de ato ou fato relevante (“Política”) que trata da divulgação e uso de informações relevantes e a manutenção de sigilo acerca das informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público. Além da Política descrita no item 21.2 deste Formulário de Referência, a Companhia não adota qualquer outra norma ou regimento, exceto a celebração de termo e/ ou acordo de confidencialidade com colaboradores e assessores no âmbito de projetos específicos, os quais têm por objeto o estabelecimento de elevados padrões de conduta e transparência para resguardo do sigilo de informações até ulterior divulgação ao mercado.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2. Política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pela Companhia, indicando o canal ou canais de comunicação utilizados para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e os locais onde a política pode ser consultada:

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 358 de 3 de janeiro de 2002 ("ICVM 358"), o Conselho de Administração da Companhia, a fim de adequar a política interna da Companhia ao princípio da transparência e às boas práticas de conduta no uso e divulgação de informações relevantes da Companhia, aprovou em reunião realizada em 25 de julho de 2002, a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, a ser observada por: (i) acionistas controladores, (ii) diretores, (iii) membros do Conselho de Administração, (iv) membros do Conselho Fiscal, (v) membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, ou (vi) quem, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha acesso privilegiado a informações relativas a ato ou fato relevante antes de sua comunicação e divulgação ao mercado ("Pessoas Vinculadas"). Nos termos da Política, do artigo 155, §1º, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 2º da ICVM 358, entende-se por "ato ou fato relevante" qualquer decisão de acionista controlador, deliberação de assembleia geral ou dos órgãos de administração da Companhia ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influir de modo ponderável: (a) na cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia; (b) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários de emissão da Companhia; ou (c) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários referenciados a valores mobiliários de emissão da Companhia.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de Ato ou Fato Relevante relacionado à Companhia. Dessa forma, as Pessoas Vinculadas que tiverem conhecimento de Ato ou Fato Relevante, deverão comunicá-lo ao Diretor de Relações com Investidores, a fim de que este tome as providências necessárias. Cumpre, ainda, às Pessoas Vinculadas, o dever de guardar sigilo acerca das informações relevantes a que tenham acesso privilegiado até a sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam. Caso, diante da comunicação realizada, as Pessoas Vinculadas constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento do seu dever de comunicação, deverão as mesmas comunicar o Fato Relevante à CVM e bolsa de valores.

A Política prevê como regra geral a imediata comunicação e divulgação simultânea à CVM, às bolsas de valores e mercado em geral, de Ato ou Fato Relevante, divulgação essa a ser feita preferencialmente antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores ou entidades do mercado de balcão organizado em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados.

Caso seja imperativo que a divulgação do Ato ou Fato Relevante ocorra durante o horário de negociação, caberá ao Diretor de Relações com Investidores solicitar sempre simultaneamente às bolsas de valores nacionais e estrangeiras, a suspensão da negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante.

A Política prevê, ainda, que a informação relevante poderá deixar de ser divulgada se a sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia. A não divulgação deverá ser objeto de decisão dos acionistas controladores ou administradores da Companhia, conforme o caso. De todo modo, em tais casos excepcionais de não divulgação, cabe ao Diretor de Relações com Investidores acompanhar a cotação, preço e volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia e, caso constate oscilação atípica ou, ainda, na hipótese de a informação escapar ao controle, deverá divulgar imediatamente o Ato ou Fato Relevante.

A Companhia faz a divulgação de atos ou fatos relevantes por meio do jornal Valor Econômico.

O texto completo da Política está disponível no site da Companhia (www.suzano.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.3. Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações:

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia possui a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de Ato ou Fato Relevante envolvendo a Companhia. Compete, ainda, ao Diretor de Relações com Investidores zelar pela execução e acompanhamento da Política.

21.4 - Outras informações relevantes

21.4. Outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Todas as informações relevantes relacionadas a este tópico foram informadas nos itens 21.1 a 21.3 acima.